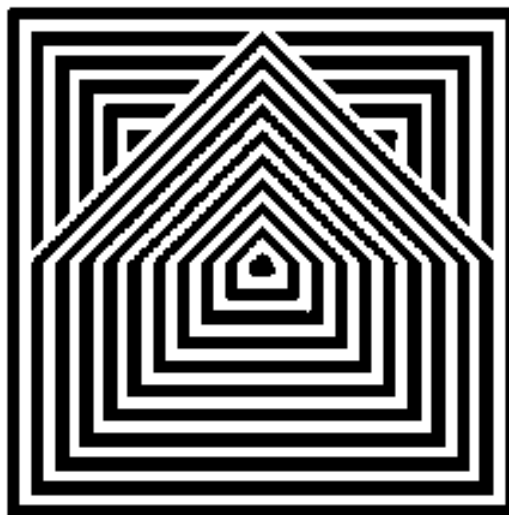




Universidade Federal  
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA CIVIL  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MAURO STÊNIO CARDONA ROCHA



**CENTRO CULTURAL  
ESTAÇÃO VELHA**

**Proposta de requalificação da Estação Velha de Campina Grande-PB**

Campina Grande - PB  
2016

MAURO STÊNIO CARDONA ROCHA

**CENTRO CULTURAL ESTAÇÃO VELHA:  
Proposta de requalificação da Estação Velha de Campina Grande-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Arquiteto e Urbanista, do semestre letivo de 2016.1

Orientador: Prof. Dr. Heitor de Andrade Silva

Campina Grande - PB  
2016



Trabalho de Conclusão de Curso "PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DA ESTAÇÃO VELHA DE CAMPINA GRANDE", apresentado por Mauro Stenio Cardona Rocha, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo outorgado pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo.

APROVADO EM: 26 de maio de 2016

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Heitor de Andrade Silva  
Orientador

Prof.ª Dr.ª Alcilia Afonso de Albuquerque Costa  
Examinador Interno

Prof. Ms. Pedro Freire de Oliveira Rossi  
Examinador Externo (IESP)

Aos meus pais, meus maiores  
incentivadores, pelo amor, incentivo e apoio  
incomensurável na minha formação.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por me permitir chegar até aqui, de cabeça erguida.

Aos meus pais Célia e Stênio, que nunca mediram esforços para que eu conquistasse meus objetivos. Mainha e painho, seus impulsos valeram a pena! Amo vocês.

Ao meu irmão Schneider, que apesar da distância, nunca me deixou sentir sua ausência. Obrigado por me ensinar muito do que sou hoje.

À minha família Cardona!

Aos meus companheiros de curso, em especial, à Favianny, companheira de tantas disciplinas; por me aturar ao longo dessa jornada.

Aos professores que tive durante a graduação, que contribuíram para a minha formação, em especial à Lívia, por quem tenho um carinho enorme e ao meu orientador Heitor, por ser tão amigo e paciente com minhas loucuras na jornada deste trabalho.

A todos os meus amigos que a vida me deu; que sempre escutaram meus “chô-rô-rô” do curso em diversas mesas de bar.

Por fim, agradeço à Renê, que sempre esteve ao meu lado, incentivando e torcendo pelas minhas conquistas. Sem você, nada disso estaria acontecendo. Amo você.

E bota mais um pra conta!

## RESUMO

ROCHA, Mauro Stênio Cardona. **Centro Cultural Estação Velha: Requalificação dos galpões da Estação Velha de Campina Grande.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

O anteprojeto arquitetônico de intervenção para a requalificação de um sítio histórico na cidade de Campina Grande-PB, com ênfase na ampliação do atual Museu do Algodão é a finalidade deste trabalho. A área objeto de estudo se configura pelos edifícios que compõem o complexo ferroviário da Estação Velha, sendo estes, edificações históricas tombada pelo órgão estadual de proteção ao patrimônio (IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba). Analisando os diversos conceitos teóricos acerca das práticas do restauro e questões concomitantes ao desenvolvimento de um projeto arquitetônico, assim como, o conhecimento de projetos com características e estratégias semelhantes, o trabalho tem como objetivo final, a contemplação de um espaço cultural igualitário, que preze pela adaptabilidade do sítio ao novo uso proposto, aumentando o seu valor histórico e cultural. A análise da área objeto de estudo em questão, seguida de uma proposta arquitetônica racional, também se propõe a ter caráter determinante para futuras intervenções que venham a se concretizar no lugar; tratando-se de um passo inicial dado em relação à construção de novas percepções sobre o patrimônio da cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Intervenção; Requalificação; Patrimônio Histórico; Centro Cultural.

## ABSTRACT

ROCHA, Mauro Stênio Cardona. **Centro Cultural da Estação Velha: Rehabilitation of the Estação Velha of Campina Grande.** 2016. Work Completion of course (Graduation in Architecture and Urbanism) - Federal University of Campina Grande, Campina Grande, 2016.

The architectural pre project of intervention for the requalification of a historic site in the city of Campina Grande-PB, with emphasis on the expansion of the current Museu do Algodão is the finality of this work. The study object area is shaped by the buildings that make up the railway complex of Estação Velha, these being, historic buildings listed by the state agency to protect the heritage (IPHAEP – *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba*, in Portuguese). Analyzing the various theoretical concepts about restoration practices and concomitant issues to the development of an architectural project, as well as the knowledge of projects with similar characteristics and strategies, the work has as its final objective, the contemplation of an egalitarian cultural place, which regard the adaptability of the site to the proposed new use, increasing its historical and cultural value. The analysis of the study object area in question, followed by a rational architectural proposal also aims to take decisive character for future interventions that may be realized in that place; in the case of an initial step taken in relation to the construction of new insights about the heritage of the city.

**Key – Words:** Intervention; Requalification; Historic Heritage; Cultural Center.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Estação Velha: primeira estação ferroviária de Campina Grande ....	15
Figura 02: Localização do SESC Pompéia (em destaque) .....	44
Figura 03: Vista aérea da fábrica.....	45
Figura 04: O cotidiano da fábrica de tambores antes da reforma .....	45
Figura 05: Planta geral, primeiro nível .....	46
Figura 06: Elevação dos galpões com visualização a partir da Rua Barão do Bananal.....	47
Figura 07: Planta de corte original do teatro instalado em um dos galpões .....	47
Figura 08: Retirada do reboco das paredes originais .....	48
Figura 09: Resultado final .....	48
Figura 10: Vista interna de um dos galpões.....	48
Figura 11: Vista interna de um dos galpões, com destaque para o mobiliário... ..	48
Figura 12: Corte original dos volumes que compõem o complexo esportivo .....	49
Figura 13: Planta baixa do 4º pavimento do complexo esportivo.....	49
Figura 14: Vista geral dos três volumes inseridos.....	50
Figura 15: Via de circulação mantida .....	50
Figura 16: Croqui do teatro por Lina.....	51
Figura 17: Vista geral do teatro .....	51
Figura 18: Localização do Małopolska Garden of Arts .....	53
Figura 19: Planta de locação e cobertura do Małopolska Garden of Arts .....	53
Figura 20: Volumetria do Małopolska Garden of Arts .....	53
Figura 21: Acesso oeste (biblioteca) .....	54
Figura 22: Acesso norte (teatro) .....	54
Figura 23: Fachada oeste .....	54
Figura 24: Planta baixa subsolo.....	55

Figura 25: Planta baixa térreo, com indicações dos acessos norte e oeste .....	55
Figura 26: Corte longitudinal da ala norte (teatro) .....	55
Figura 27: Biblioteca à noite.....	56
Figura 28: Jardim externo com acesso ao teatro .....	56
Figura 29: Sala multiuso (teatro).....	56
Figura 30: Biblioteca .....	56
Figura 31: Detalhe da estrutura na fachada norte conjugada ao vizinho.....	57
Figura 32: Hall de acesso ao teatro, detalhe para o nivelamento das áreas.....	57
Figura 33: Fotomontagem com estado do antigo complexo ferrov. de Araras ..	59
Figura 34: Localização do Centro Cultural de Araras .....	59
Figura 35: Planta de implantação e cobertura do Centro Cultural de Araras .....	60
Figura 36: Planta baixa do Centro Cultural de Araras .....	61
Figura 37: Auditório do centro cultural .....	62
Figura 38: Área de exposições com instalações elétricas aparentes .....	62
Figura 39: Plataforma e marquise nova.....	62
Figura 40: Antiga casa do chefe da estação restaurada.....	62
Figura 41: Rampa de acesso ao auditório .....	63
Figura 42: Edifício administrativo.....	63
Figura 43: Croqui do projeto de urbanização do pátio da Estação Velha proposto pelo Plano Trienal de Evaldo Cruz.....	69
Figura 44: Localização destacada em vermelho, na escala nacional, estadual e municipal, da área objeto de estudo .....	71
Figura 45: Terreno na porção sul/oeste do objeto de estudo servindo de depósito de lixo .....	72
Figura 46: Terreno na porção sudoeste do objeto de estudo servindo de depósito de lixo, com vista ao fundo da Estação Velha .....	72
Figura 47: Localização destacada em vermelho da área objeto de estudo .....	72



Figura 48: Mapa de uso e ocupação do solo da vizinhança da área de estudo	73
Figura 49: Detalhe piso.....	76
Figura 50: Piso em madeira .....	76
Figura 51: Detalhe alvenaria .....	76
Figura 52: Detalhe janela .....	76
Figura 53: Detalhe escada.....	76
Figura 54: Detalhe forro.....	76
Figura 55: Telhados .....	76
Figura 56: Detalhe telhado .....	76
Figura 57: Detalhe pilastras.....	76
Figura 58: Fachada nordeste.....	77
Figura 59: Fachada noroeste/sudoeste .....	77
Figura 60: Quiosque .....	77
Figura 61: Edificação em homenagem ao centenário da chegada do trem.....	77
Figura 62: Interior dos galpões.....	78
Figura 63: Detalhe da porta, da cercadura e do tipo de alvenaria .....	78
Figura 64: Fachada sudoeste/sudeste.....	79
Figura 65: Fachada nordeste .....	79
Figura 66: Vista aérea dos galpões. Destacado em vermelho a área sem acesso.....	79
Figura 67: Foco de cupim .....	80
Figura 68: Depósito de entulho no galpão.....	80
Figura 69: Piso original removido .....	81
Figura 70: Porta removida .....	81
Figura 71: Ausência de telhas .....	81

Figura 72: Pequeno anexo ao edifício sede onde suas portas foram fechadas por alvenaria na parte interior .....	81
Figura 73: Banheiro dos funcionários com acabamentos não originais .....	81
Figura 74: Sujidades no acesso ao banheiro.....	82
Figura 75: Esquadria danificada .....	82
Figura 76: Piso original de madeira do 1º pavimento desgastado .....	82
Figura 77: Condicionantes ambientais do sítio .....	83
Figura 78: Esquema inicial para definição do partido arquitetônico .....	94
Figura 79: Primeiro estudo volumétrico .....	96
Figura 80: Segundo estudo volumétrico.....	97
Figura 81: Terceiro estudo volumétrico .....	97
Figura 82: Quarto estudo volumétrico .....	97
Figura 83: Planta baixa do pavimento térreo proposto – Edifício sede .....	99
Figura 84: Planta baixa do 1º pavimento proposto – Edifício sede.....	99
Figura 85: Fluxograma – Edifício sede .....	100
Figura 86: Fachada sudoeste – Edifício sede .....	101
Figura 87: Planta baixa da intervenção no edifício dos galpões.....	102
Figura 88: Fachada noroeste .....	103
Figura 89: Fachada sudeste.....	103
Figura 90: Local de implantação do novo edifício no sítio .....	105
Figura 91: Processo de concepção formal .....	106
Figura 92: Fachada nordeste do edifício proposto.....	107
Figura 93: Fluxograma do novo edifício proposto .....	108
Figura 94: Café e áreas de convivência e de circulação do novo edifício .....	109
Figura 95: Planta baixa do pavimento térreo da edificação proposta .....	110
Figura 96: Possibilidades de configuração da sala multiuso .....	110

Figura 97: Sala multiuso do novo edifício .....	111
Figura 98: Planta baixa do 1º pavimento da edificação proposta .....	112
Figura 99: Esquema dos painéis móveis .....	113
Figura 100: Esquema do sistema estrutural empregado na edificação proposta .....	115
Figura 101: Nova área externa.....	116
Figura 102: Corte e informações da laje alveolar utilizada.....	117
Figura 103: Principais componentes do sistema de drywall .....	118
Figura 104: Incidência dos ventos na fachada da edificação .....	119
Figura 105: Permeabilidade dos ventos no interior da edificação.....	119
Figura 106: Nova configuração espacial do sítio .....	121
Figura 107: Pisos utilizados na paginação da área externa.....	122

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Quadro resumo dos procedimentos metodológicos adotados .....	17
Quadro 02: Síntese do pensamento teórico-prático dos principais estudiosos do séc. XVIII ao XX, no reconhecimento da restauração .....	29
Quadro 03: Síntese dos níveis e tipos de intervenções propostos por Andrade Junior.....	39
Quadro 04: Modelo de quadro síntese com estruturação dos tópicos a serem relacionados nos projetos correlatos.....	41
Quadro 05: Síntese das características intervencionistas no projeto do SESC Pompéia.....	52
Quadro 06: Síntese das características intervencionistas no projeto Jardim das Artes de Małopolska .....	58
Quadro 07: Síntese das características intervencionistas no projeto Centro Cultural de Araras.....	64
Quadro 08: Avaliação sintética dos estudos correlatos.....	65
Quadro 09: Prescrições urbanísticas para a área de estudo.....	86
Quadro 10: Programa de necessidades e pré - dimensionamento do setor administrativo.....	91
Quadro 11: Programa de necessidades e pré - dimensionamento do setor de serviços.....	92
Quadro 12: Programa de necessidades e pré - dimensionamento do setor público.....	92

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I – REFERÊNCIAS TEÓRICAS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS</b>	
<b>1. AS TEORIAS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO</b> .....	<b>20</b>
1.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO: O reconhecimento .....	20
1.2 CARTAS PATRIMONIAIS: Estruturação de normas e medidas legais ....	29
1.3 EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS: O reconhecimento social .....	32
1.4 A REQUALIFICAÇÃO: O conceito e suas implicações .....	35
<b>2. MÉTODOS E PROCESSOS DE ANÁLISE PROJETUAL</b> .....	<b>37</b>
2.1 NÍVEIS E TIPOS DE INTERVENÇÃO: Parâmetros para a análise de projetos correlatos .....	37
2.2 O PROCESSO DE PROJETO: Uma decisão .....	41
<b>CAPÍTULO II – REFERÊNCIAS EMPÍRICAS</b>	
<b>3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO: ESTUDOS DE REFERÊNCIA</b> .....	<b>44</b>
3.1 CENTRO DE LAZER SESC POMPÉIA .....	44
3.2 JARDIM DAS ARTES DE MALOPOŁSKA .....	52
3.3 CENTRO CULTURAL DE ARARAS .....	58
3.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS ESTUDOS .....	64
<b>CAPÍTULO III – CONDICIONANTES À PROJETAÇÃO</b>	
<b>4. HISTÓRICO DOS EDIFÍCIOS</b> .....	<b>67</b>
<b>5. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO SÍTIO E DAS EDIFICAÇÕES</b> .....	<b>70</b>
5.1 O ENTORNO IMEDIATO .....	70
5.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E ATUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO .....	74
<b>6. ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS</b> .....	<b>82</b>
6.1 CONDICIONANTES FÍSICO-AMBIENTAIS .....	83
6.2 CONDICIONANTES LEGAIS .....	84
6.3 ACESSIBILIDADE (NBR 9050/2015) .....	87
6.4 RECOMENDAÇÕES DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA PARAÍBA (IPHAEP) .....	87
<b>CAPÍTULO IV – A CONCEPÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO</b>	
<b>7. PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO</b> .....	<b>91</b>
<b>8. ESTRATÉGIAS DE PROJETO ADOTADAS</b> .....	<b>93</b>
<b>9. PROCESSO DE CONCEPÇÃO INICIAL</b> .....	<b>96</b>



<b>10. MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICATIVO</b> .....	98
<b>10.1 O EDIFÍCIO SEDE DA ESTAÇÃO VELHA</b> .....	98
<b>10.2 O EDIFÍCIO DOS GALPÕES</b> .....	101
<b>10.3 O NOVO EDIFÍCIO PROPOSTO</b> .....	104
<b>10.3.1 ESTUDOS FORMAIS</b> .....	105
<b>10.3.2 AMBIENTES E ACESSOS</b> .....	108
<b>10.3.3 ACESSIBILIDADE</b> .....	114
<b>10.3.4 ESTRUTURAS, FECHAMENTOS E FACHADAS</b> .....	115
<b>10.3.5 ESTRATÉGIAS DE CONFORTO</b> .....	118
<b>10.3.6 AÇÕES SUSTENTÁVEIS</b> .....	120
<b>10.4 INTERVENÇÕES NO SÍTIO – ÁREA EXTERNA</b> .....	121
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>125</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

A sociedade, principalmente a contemporânea, vem buscando formas de perpetuar sua história, suas crenças e tradições com o intuito de permanecer viva e potencializar suas características originais, oriundas de um tempo que se passou. São através dos museus e centros culturais, obras arquitetônicas do homem, é que são resguardados a memória de uma determinada época, pessoa, lugar ou objeto, transformando e repassando o saber das gerações passadas e atual.

O museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos, iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, nele se amplia o conhecimento e se aprofunda a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha. (Presidência do Instituto Brasileiro de Museus)

Dessa forma, o museu na contemporaneidade, assume grande importância perante a sociedade. Ele deixa de ser apenas um meio de perpetuação da história, passando a ser uma ferramenta fomentadora da arte, da cultura e do lazer, proporcionando assim, maior integração com a sociedade.

Partindo do princípio que um museu pode ser um instrumento capaz de impulsionar o desenvolvimento de atividades culturais referentes à história do lugar, é que surgem os centros culturais, com um programa mais diversificado, trazendo para si novos aspectos de interesse da população como a educação e o conhecimento prático.

O centro cultural surgiu, portanto, como um espaço para o desenvolvimento de atividades culturais, com o objetivo de promover a cultura entre os habitantes do local no qual está inserido. Sua estrutura se assemelha, em partes, aos museus, mas devido ao programa diversificado que geralmente fazem parte de sua estrutura, acaba por acarretar a necessidade de diversificação dos ambientes para a acomodação das suas diversas atividades.

Nesse intuito é que o presente trabalho sugere a proposição, em Campina Grande, de um espaço igualitário, educativo e museológico; e que, além disso, permita ser um instrumento de integração e apropriação da comunidade com sua história e seus costumes, contribuindo para que a área objeto de estudo, que faz parte do complexo ferroviário da Estação Velha (figura 01), e que

outrora fora de grande importância econômica e cultural para a cidade, se torne um novo ponto de referência cultural e educacional para a cidade. Enfaticamente, o que se propõe é a ampliação das atividades do Museu do Algodão, atualmente instalado no edifício principal da Estação Velha, de modo que seja promovida uma reabilitação do conjunto urbanístico em questão.



**FIGURA 01: Estação Velha: primeira estação ferroviária de Campina Grande, atual Museu do Algodão.**

Fonte: Acervo do autor, 2015.

No que se refere ao tipo de proposta de intervenção que se dará ao elemento edificado; ela será baseada na requalificação de todo o complexo ferroviário que faz parte da Estação Velha, onde os edifícios serão reconvertidos e modernizados para possibilitar o desenvolvimento de um novo programa, de caráter multicultural, a ser definido através do estudo e análise do conjunto urbanístico da Estação Velha. Esse tipo de intervenção vem sendo muito utilizado atualmente, pela demanda gerada, através das edificações ociosas presentes nos grandes centros urbanos.

Portanto, será articulado um projeto arquitetônico para atender a demanda do problema levantado: a requalificação dos edifícios através da ampliação das atividades do Museu do Algodão e da interação/integração com todos os espaços que compõem o atual complexo ferroviário. Com isso, novos objetivos são almejados no trabalho, através de pesquisas teóricas e análises, que buscará sistematizar um conceito coerente, baseado nos estudos preliminares, sobre o caminho a ser percorrido durante a fase de projeção.

No que concerne ao estímulo para o desenvolvimento do presente trabalho, destaca-se o interesse pela preservação do nosso patrimônio histórico e arquitetônico, e, conseqüentemente, o sentido de projetar para

requalificar esse tipo de edificação, sendo esse, um processo único e que demanda preocupações específicas para com o trabalho a ser realizado, caracterizando formas tidas como “não convencionais/usuais” no desenvolvimento projetual, pelo desafio de superar as barreiras formais e espaciais já preestabelecidas.

Didaticamente, como objeto de estudo, este trabalho propõe a requalificação de todas edificações históricas que fazem parte da Estação Velha, estando este, situado em porção estratégica da parcela urbana da cidade e que atualmente encontra-se subutilizado, à mercê da degradação do tempo.

A análise do objeto de estudo em questão, seguida de uma proposta arquitetônica coesa, que leva em consideração suas características peculiares no desenvolvimento do projeto, se propõe a ter caráter determinante para uma futura intervenção que venha a se concretizar nesse lugar. Trata-se de um passo inicial dado em relação à construção de novas percepções sobre o local, acarretando numa melhor compreensão da problemática apresentada e dos caminhos mais pertinentes a serem investidos, contribuindo para o alcance de alternativas mais eficazes nas atuais formas de abordagem do problema, que não somente se restringe ao objeto de estudo, mas também a todas as edificações históricas.

Já no que se refere ao objetivo geral do trabalho; propõe-se o desenvolvimento de uma proposta, em nível de anteprojeto, de requalificação e reestruturação da Estação Velha, visando à ampliação das atividades culturais e museológicas do Museu do Algodão, com sede atual, no edifício principal da Estação.

Objetiva-se, especificamente, identificar as relações do edifício no contexto local e histórico, detectar as suas patologias de forma a diagnosticar o atual estado em que se encontram as edificações, relacionar as diversas formas de composição formal e espacial através da investigação de processos de requalificação arquitetônica com partido semelhante, desenvolver uma proposta de requalificação arquitetônica adequada ao uso proposto, além de contribuir para as reflexões e discussões acerca da requalificação de edifícios com valor histórico e arquitetônico.

Nesse sentido a pesquisa contará com sete etapas metodológicas distintas, porém interligadas e de ordem cronológica flexível, visto a necessidade de retornar aos procedimentos anteriores para o preenchimento de lacunas que surgirem no decorrer das etapas de construção do estudo em questão. Elas se apresentam da seguinte forma: pesquisa bibliográfica, levantamento de informações, pesquisa de campo, fundamentação legislativa, pesquisa e análise de correlatos, tratamento dos dados e por fim a elaboração da proposta. O quadro a seguir resume os procedimentos metodológicos empregados neste trabalho.

<b>Área de atuação:</b> Anteprojeto de Arquitetura				
<b>Tema:</b> requalificação de bem histórico				
<b>Objeto de estudo:</b> Complexo ferroviário da Estação Velha				
<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Técnicas</b>	<b>Instrumentos</b>
Projetar um Centro Cultural a partir da requalificação do complexo ferroviário da Estação Velha.	Identificar as relações do edifício no contexto local e histórico.	Elaboração de estudos de referência: conceitual e empírico.	Consulta em bibliografia especializada.	Internet, revistas e livros.
	Detectar as suas patologias de forma a diagnosticar o atual estado das edificações.	Análise de estudos de referência.	Consulta em bibliografia especializada e visitas in loco.	Internet, revistas, livros, trenas e máquina fotográfica.
	Relacionar as diversas formas de composição formal e espacial através da investigação de processos de requalificação.	Análise de projetos de referência com características semelhantes.	Consulta em bibliografia especializada e visitas in loco.	Internet, livros e revistas técnicas.
	Desenvolver uma proposta de requalificação arquitetônica adequada ao uso proposto.	Aplicação da legislação, análise dos condicionantes naturais e aplicação de soluções adequadas ao local e ao uso.	Consulta em bibliografia especializada e desenvolvimento computacional e em maquete da proposta.	Plano Diretor, Código de Obras, NBR 9050, recomendações do IPHAEP, programas do tipo CAD e 3D.

**QUADRO 01.** Quadro resumo dos procedimentos metodológicos adotado.  
Fonte: O autor, 2016.

A fim de tornar o processo coerente e de fácil interpretação, as etapas metodológicas foram organizadas nesse trabalho, dando origem a quatro capítulos. No primeiro capítulo foi utilizado o referencial teórico-metodológico para fundamentar o desenvolvimento da proposta arquitetônica, abordando o reconhecimento do patrimônio histórico arquitetônico, bem como as cartas



patrimoniais e as teorias de restauro, além de outros conceitos e conhecimentos teóricos acerca das práticas de requalificação e do fazer arquitetura, condição essa, inerente ao tema proposto pelo trabalho.

O segundo capítulo é destinado ao referencial empírico, através da apresentação e análises de projetos correlatos, com o objetivo de obter referências funcionais, formais e tecnológicas, a fim de nortear o desenvolvimento da proposta arquitetônica objeto deste trabalho.

No terceiro capítulo são elencados os condicionantes para a elaboração da proposta final, através do conhecimento do universo de estudo com o aprofundamento do conhecimento histórico acerca do local objeto de estudo, bem como os seus condicionantes físico-ambientais e os legais.

O quarto e último capítulo do trabalho refere-se à apresentação da proposta final de intervenção, com descrição das etapas de desenvolvimento que contemplam todos os processos e decisões, que vão desde as diretrizes de intervenção e vão até o resultado final alcançado.



## 1. AS TEORIAS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

### 1.1 Patrimônio histórico:

#### O reconhecimento

Nas duas últimas décadas vem ocorrendo uma mudança significativa na tradicional forma de intervir no espaço público por meio dos gestores governamentais. Especificamente no Brasil, os grandes investimentos estavam concentrados somente em áreas mais periféricas ou em zonas de expansão ditadas pelo mercado imobiliário, atualmente, e principalmente nos centros urbanos mais desenvolvidos, as atenções estão cada vez mais voltadas para zonas centrais, históricas e conseqüentemente de forte valor simbólico para a cidade.

Essa mudança no foco das intervenções urbanas/arquitetônicas e na aplicação das verbas públicas advém da atual crise econômica, espacial, social e energética que afeta o mundo inteiro, permitindo valorizar pequenas porções da cidade e readequá-las às novas exigências da sociedade moderna, e assim, contribuindo na diminuição dos gastos públicos, na dinâmica social e na revalorização do espaço urbano. Nesse sentido Simões Júnior (1994) esclarece que essa “questão de se revalorizar as áreas centrais vem então responder a duas principais conseqüências dessa crise que se instaurou: a) aquela relativa à perda da capacidade de investimentos do setor público e, b) à busca de uma maior humanização na vida urbana [...]”. Ele ainda completa:

Essas áreas centrais passam a apresentar, assim, duas características muito importantes no sentido de satisfazer a essas restrições que se impõem: a) elas possuem uma localização otimizada dentro da rede intra-urbana, o que, acrescido ao fato de serem as áreas mais bem servidas pelo sistema de transporte coletivo, representa uma grande economia no número de [...] deslocamento; b) pelo fato de já possuírem toda uma rede de infraestrutura [...] qualquer política pública de melhoramentos que se faça nesse local será realizada com grande economia de investimentos (SIMÕES Jr. 1994, p. 5)

Ainda nesse enfoque, permitido pela valorização das áreas urbanas centrais, surge outro fator relevante: a contribuição dada para a revitalização do patrimônio arquitetônico de cunho histórico, que geralmente se faz presente, através de inúmeros exemplares nessas áreas. E é essa nova conjectura que vem predominando as novas diretrizes de intervenção desde os anos 1980,

valorizando não só as zonas urbanas, mas também as edificações inseridas nesse contexto.

Antes de adentrarmos nos conceitos básicos de revitalização e requalificação dos edifícios é determinante o conhecimento dos saberes acerca das teorias do restauro e da conservação do monumento histórico, sendo importante o reconhecimento do modo como se estruturou a esfera do pensamento crítico a respeito da conservação do patrimônio histórico, que surgiu através das contribuições teóricas que envolvem a restauração, para a perpetuação dos edifícios simbólicos através dos tempos.

Apesar de considerações iniciais acerca do patrimônio histórico existirem desde o final das guerras napoleônicas (1816), foi somente em meados do século XIX, que foram inseridas definitivamente, as práticas da restauração e da construção de monumentos dentro dos debates sobre a cultura, por meio das contribuições pioneiras de diversos teóricos como o inglês John Ruskin (1819-1900), o francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), e os italianos Camillo Boito (1835-1914), Gustavo Giovannoni (1873-1947) e Alois Riegl (1858-1905).

Eles preconizaram suas formulações e ideais além de estabelecerem padrões a serem seguidos, cada qual a seu tempo, motivados pela crescente importância que o tema vinha sendo tratado devido às modificações sociais, políticas e econômicas pelo qual passava a sociedade mediante o surgimento do Iluminismo, da Revolução Francesa e principalmente, pela Revolução Industrial.

O alicerce teórico que começou a orientar a preservação do patrimônio arquitetônico foi estabelecido em meados do século XIX e foi marcado pelo antagonismo de ideias sugeridas por Viollet-le-Duc e Ruskin, que pregavam ações intervencionistas e antiintervencionistas, respectivamente.

Apesar da dualidade das ideias, nesse momento os monumentos arquitetônicos, bem como diversas edificações, são devidamente reconhecidos e consagrados como importante elemento da história e da cultura em diversos países da Europa, ligado diretamente ao estabelecimento da era industrial e conseqüentemente ao olhar para o passado, mediante a consciência de uma nova modernidade que gerou uma ruptura entre a arquitetura tradicional e a construção moderna.

Choay (2001, p. 139) afirma que, para Ruskin, “a arquitetura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos nossa identidade, e que é parte de nosso ser”. Sendo assim, o reconhecimento da importância do edifício/monumento como um símbolo de uma história, de uma sociedade, acaba por gerar em Ruskin, um sentimento de perpetuação da arquitetura por meio das suas ideias radicais antiintervencionistas, que se estabelecem através da sua concepção acerca do monumento histórico, onde o considera sagrado. Choay (2001, p. 154) enfatiza sua linha de pensamento: “As marcas que o tempo neles imprimiu fazem parte da sua essência”.

Apesar dos ideais parecerem, por vezes, contrários ao processo de formação do conceito e da teoria do restauro, a postura de Ruskin é relativa às práticas do restauro como estavam sendo difundidas e formuladas no seu tempo que, mais precisamente, iam de encontro à construção da concepção do tema proposto e posto em prática por Viollet-le-Duc, que propunha um restauro com base em cópias e reconstituições.

Independentemente disso, Choay (2001, p. 156) afirma que mesmo diante de formulações demasiadamente radicais, na idealização das ações intervencionistas, pautado pela ideia de autenticidade da edificação, Ruskin preconizava a manutenção do monumento e admitia que fosse consolidado desde que de forma imperceptível, sem adições, só com reparações para que, pelo menos, o edifício se mantenha erigido ao longo dos tempos.

Contrário à Ruskin, Viollet-le-Duc, como já dito anteriormente, pautava suas intervenções no campo do restauro com ações intervencionistas e que foram predominantes no conjunto dos países europeus, com “reconstituições fantasiosas”<sup>1</sup>, adições, cópias de esculturas, entre outras práticas no mesmo sentido. Em 1858, quando da publicação do *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI au XVI siècle*, Viollet-le-Duc afirma que “Restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado” (CHOAY 2001, p. 156), resumindo assim, sua contribuição à restauração, onde a integridade do edifício pode ser facilmente retomada com

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Françoise Choay para denunciar intervenções realizadas por Viollet-le-Duc, deixando transparecer sua insatisfação com a metodologia de restauração empregada. “A alegoria do patrimônio”, p. 157.

o emprego das técnicas práticas do seu tempo, negligenciando a preocupação com a concepção histórica do edifício a ser restaurado em nome da recuperação e completude da unidade estilística.

Por considerar questões relativas à formação de inúmeros teóricos e estudiosos do campo da restauração, além da legislação francesa, referente aos monumentos históricos, ter sido alçada ao posto de referencial devido a sua clareza e racionalidade de seus procedimentos, as ideias de Viollet-le-Duc foram amplamente adotadas, pois “estas reuniam especialmente as aspirações historicistas dos restauradores formados nos países de língua alemã e da Europa central”. (CHOAY, 2001, p. 163).

A partir da ponderação das ideias de Ruskin e Viollet-le-Duc, e devido aos avanços no estudo da arqueologia e da história da arte, o arquiteto Camillo Boito buscou um caminho intermediário em suas considerações acerca da restauração, aqui entendido como campo prático e teórico que ajudaram no desenvolvimento do tema como disciplina.

No ensaio *Conservare o restaurare*, publicado em sua compilação *Questioni pratiche di belli arti – Restauri, concorsi, legislazione, professione, insegnamento*; Boito recolhe e explicita as melhores ideias que encontra em Viollet-le-Duc e Ruskin em suas teorias. Ora se alia à Viollet-le-Duc quando postula a prioridade do presente em relação ao passado, afirmando a legitimidade da restauração, mas “ela só deve ser praticada *in extremis*, quando todos os outros meios de salvaguarda (manutenção, consolidação, concertos imperceptíveis) tiverem fracassado.” (CHOAY 2001, p. 165), ora encontra em Ruskin um aliado, com posições mais favoráveis às suas visões, quando revela sua concepção da conservação dos monumentos baseada na noção de autenticidade da edificação.

De forma clara, Choay (2001, p. 166) traz as práticas, recomendações e ideais propostas por Boito, da seguinte forma:

Uma vez admitido o princípio da restauração, esta deve adquirir sua legitimidade. Para isso, é necessário e suficiente fazer que seja reconhecida como tal. O caráter pertinente, adventício, ortopédico do trabalho feito deve ser marcado de forma ostensiva. Ele não deve, em nenhuma hipótese, poder passar por original. É imperioso que se possa, num relance, distinguir a inautenticidade da parte restaurada das partes originais do edifício, graças a uma disposição engenhosa que recorra a múltiplos artifícios: materiais diferentes; cor diferente da do original; aposição de inscrições e de sinais simbólicos nas partes

restauradas, indicando as condições e as datas das intervenções; difusão, local e na imprensa, das informações necessárias, e em especial fotografias das diferentes fases dos trabalhos; conservação, em local próximo do monumento, das partes substituídas por ocasião da restauração. (CHOAY, 2001, p. 166)

Apesar de apresentar diretrizes bem definidas para a prática do restauro, Boito reconhece a necessidade de distinção entre a diversidade dos monumentos ao propor três tipos de intervenção<sup>2</sup>, de acordo com a idade e o estilo do edifício a ser restaurado: a restauração arqueológica, a restauração pitoresca e a restauração arquitetônica.

No início do século XIX, Gustavo Giovannoni amplia os ideais de Boito, sugerindo o desenvolvimento do conceito de uma “arquitetura menor”, que, como descreve Choay (2001, p. 143), numa perspectiva mais geral, menos moral, mais histórica e estética, ultrapassa e engloba o conceito de arquitetura doméstica. Assim, Giovannoni insere uma nova categoria de monumento, a destinada aos conjuntos urbanos antigos.

Uma cidade histórica constitui em si um monumento, tanto por sua estrutura topográfica como por seu aspecto paisagístico, pelo caráter de suas vias, assim como pelo conjunto de seus edifícios maiores e menores; por isso, assim como no caso de um monumento particular, é preciso aplicar-lhes as mesmas leis de proteção e os mesmo critérios de restauração, desobstrução, recuperação e inovação. (GIOVANNONI apud CHOAY, 2001, p. 143).

No início do século XX, quando Giovannoni deu suas contribuições acerca da ampliação do conceito de monumento histórico; Alois Riegl, enquanto presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, em 1902, propôs através da obra *Der moderne Denkmalkultus* (O Culto Moderno dos Monumentos), uma série de reflexões para fundamentar a conduta e atitudes ligadas à noção de monumento histórico, através de motivações que sustentassem uma política preservacionista e calcada sob uma perspectiva mais social e filosófica, pois, de acordo com Choay (2001, p. 168), só a investigação do sentido ou dos sentidos atribuídos pela sociedade ao monumento histórico permite fundar uma prática.

Em sua obra, citada anteriormente, Riegl propõe claramente, uma distinção de valores empregados aos monumentos, sendo uma ligada ao

---

<sup>2</sup> Para uma descrição detalhada dos três tipos de intervenção proposto por Boito, ver: CHOAY, A alegoria do patrimônio, p. 166.

passado e se valem da memória (valores de rememoração) e outra ligada à contemporaneidade (valor de contemporaneidade). Nesse sentido, Choay (2001) nos apresenta um esquema prático das diferentes categorias de valores proposto por Riegl:

- Valores de rememoração (ligados ao passado):
    - para a memória (monumento);
    - para a história e a história da arte (monumento histórico);
    - de ancianidade (monumento histórico).
  - Valores de contemporaneidade:
    - artístico:
      - relativo (monumento histórico);
      - de novidade (monumento e monumento histórico);
    - de uso (monumento e monumento histórico).
- (CHOAY, 2001, p. 168).

O valor de “ancianidade” é percebido por todos no primeiro contato com a obra, onde fica evidente o seu caráter não-moderno, havendo uma diferenciação, um contraste que pode ser percebida apenas pelo olhar. Para Riegl (apud CHOAY, 2001, p. 169), a imediatez com a qual esse valor se apresenta a todos, a facilidade com que se oferece à apropriação das massas, a sedução fácil que ela exerce sobre estas, deixam entrever que ele será o valor preponderante do monumento histórico no século XX. Devido a essa rápida e ligeira identificação de quem quer que seja com uma obra, é que Riegl determinou como um pressuposto de uma ação conservativa, a não intervenção.

Já o valor histórico é proveniente da contemplação estética juntamente com o conhecimento e reconhecimento de uma obra como símbolo de um momento histórico representado, por isso, o monumento deve ser mantido como no momento em que fora criado, mantendo-se o mais fiel possível àquele tempo, sendo necessária a paralisação do seu processo de degradação. O valor de rememoração é o mais contemporâneo, sendo a obra concretizada para buscar um presente eterno, onde residirá um valor de contemporaneidade.

Para Vieira (2009, p. 13), Riegl “formulou uma verdadeira teoria dos valores, estabelecendo uma conceituação e classificação dos valores com os quais temos que lidar ao tratar da questão preservacionista. Teoria esta, que se constitui em um referencial obrigatório para análises atuais sobre o patrimônio”. Essas reflexões e conceitos propostos por Riegl contribuíram, através da diferente valoração defendida por ele, com as correntes distintas de



manifestação e produção de obras dessa natureza, trazendo para o debate, não só para a época como também para a atualidade, a importância de uma obra para a sociedade como um todo.

Assim, do antagonismo entre as teorias de Ruskin e Le Duc, passou-se a busca de um caminho intermediário que foi preconizado por Boito, sendo posteriormente ampliado para a escala urbana por Giovannoni e analisados a partir da questão da identificação de valores por Riegl. Construindo-se a partir deste cabedal de experiências, o lastro onde estaria sendo alicerçado o campo teórico-conceitual da preservação e restauro dos bens de valor cultural (BRITTO 2014, p. 22).

Mais atual, Françoise Choay vem se dedicando a uma reflexão acerca das questões que envolvem o patrimônio edificado. Ela se debruça contra o esvaziamento da função memorial dos monumentos inseridos no contexto urbano, resgatando a função primordial da preservação das inúmeras terminologias oriundas das discussões iniciadas por Riegl.

Nesse intuito, a autora recupera o conceito inicial e distinto entre monumentos e monumentos históricos, sendo o primeiro, construído com a intenção de rememorar e o segundo sendo elaborações do saber sobre a realidade. Choay (2001) afirma que um ciclo de mudanças que influenciou na atual valoração do patrimônio se deu após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da internacionalização da cultura através de organismos governamentais e não governamentais como a Unesco e a Organização das Nações Unidas, que introduziram as inovações tecnológicas necessárias para o cumprimento do dever de resguardo dos monumentos, seja qual for sua intenção.

Diante da situação de destruição do patrimônio edificado estabelecida pelo pós-guerra, Britto (2014, p. 23) destaca que as discussões acerca do tema ampliaram-se em busca de uma solução para a visão dicotômica e que imperava até então, que colocava de um lado as visões do restauro fundamentadas nos aspectos documentais da obra, e de outro lado, as que ainda buscavam reverter a sua passagem no tempo através de posturas de recriação e mimese.

Desse modo, a partir dos anos 1940 foram introduzidos textos na tentativa de se encontrar respostas para as questões advindas com

as destruições em grande escala [...]. Entre esses textos, alguns se tornariam em importantes contribuições ao aprimoramento do campo teórico e conceitual da restauração [...], como os escritos por Cesare Brandi, Roberto Pane, Renato Bonelli e Paul Philippot. (BRITTO, 2014, p. 23)

Com isso, através dos vários autores envolvidos no campo teórico da restauração, foi possível compreender e estabelecer o campo como um processo histórico e crítico embasado na análise aprofundada da obra, de maneira que se possam observar suas nuances e não classificar determinado produto arquitetônico em uma categoria pré-estabelecida como era anteriormente.

Contextualizada as referências teórico-conceituais iniciais acerca da temática proposta pelo trabalho, daremos enfoque à teoria proposta por Cesare Brandi (1906-1988), pois é a que mais se aproxima dos interesses do projeto que está sendo, aqui, desenvolvido; devido às suas concepções modernas sobre o restauro.

Diante de uma nova realidade instaurada pelo fim da Segunda Guerra Mundial, um novo contexto referente às teorias do restauro tomavam forma, pois as formulações conceituais oriundas do passado não foram suficientes para lidar com as obras devastadas. É nesse panorama que Brandi delinea novos conceitos que, embora sejam contestados por diversos autores, permeia até a atualidade, o seu modo de lidar com a restauração do patrimônio histórico.

Em 1963 foi publicado a Teoria da Restauração, que reunia textos e temas que Brandi desenvolveu como professor no Instituto Central de Restauração; para Kuhl (2007, p. 202), “trata-se de uma consistente concepção e formulação do restauro, a oferecer uma unidade de método e de conceitos para guiar a atividade prática de restauro”. Primordialmente, Brandi (2004, p. 25-30) refere-se à restauração como “qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana”, relativizando a importância de consolidação do monumento histórico na medida em que a restauração se “constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro”.

Na prática, Brandi propôs a retomada do potencial que a obra continha antes da instalação das adversidades, sem que, para isso, seja estabelecida uma restauração disfarçada que comprometa a sua veracidade; nesse sentido ele enuncia que “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”. (BRANDI, 2004, p. 32). Esses ideais implícitos na teoria *brandiana* advêm da importância dada ao reconhecimento de uma edificação como monumento histórico, implicando na forma como se dará a restauração e condicionando os atos não como meros procedimentos práticos, mas sim, fruto dos condicionantes que a própria obra de arte impõe.

Brandi (2004, p. 126-127) acrescenta que na prática da restauração “a integração proposta deverá, então, contentar-se com limites e modalidades tais de modo a ser reconhecível à primeira vista, sem documentações especiais, mas precisamente como uma proposta que se sujeita ao juízo crítico de outros. Por isso, qualquer eventual integração, mesmo se mínima, deverá ser identificável de modo fácil”; nesse sentido, Kuhl (2007, p. 207) considera a contemporaneidade dos ideais de Brandi mencionando que “trata-se do princípio da distinguibilidade da ação contemporânea, que não pode induzir o observador ao engano de confundir a intervenção com a obra como estratificada ao longo do tempo”.

Ainda sobre a discussão sobre as práticas expostas por Brandi, Kuhl (2007, p. 207-208) comenta sobre a importância do princípio da reversibilidade proposto por Brandi para facilitar as eventuais intervenções futuras, fruto das mudanças na sociedade: “a restauração, portanto, não pode alterar a obra em sua substância, devendo-se inserir com propriedade e respeitosamente em relação ao preexistente, para não impedir intervenções futuras as quais se façam necessárias”.

Com isso, fica evidente que as intenções de Brandi se distinguem, em certos aspectos, das teorias desenvolvidas ao longo dos séculos que o antecederam, por considerar as mudanças impostas pelo ritmo tecnológico que se impõe na sociedade, não tolhendo os novos anseios e necessidades, mas partindo do princípio do reconhecimento e valorização do edifício como obra de arte. O quadro síntese abaixo expõe, resumidamente, as proposições e

contribuições de cada teórico explicitados até então, acerca das práticas do restauro.

TEÓRICO	PENSAMENTO
JOHN RUSKIN	Com uma doutrina anti intervencionistas, considerava como sagrado o monumento histórico e por conseqüência, as marcas que o tempo neles imprimiu, porém, admitia a manutenção dos monumentos desde que de forma imperceptível.
EUGÈNE VIOLLET-LE-DUC	Posição intervencionista de modo que a edificação mantenha uma unidade estilística, sendo comum a prática da reconstrução, considerando que o uso do edifício era a melhor forma de garantir a sua conservação.
CAMILLO BOITO	Considera a prioridade do presente frente ao passado, legitimando a prática da restauração, mesmo sendo apenas um meio paliativo, só sendo praticada em situações extremas.
GUSTAVO GIOVANNONI	Imprimiu maior importância ao urbanismo, através do qual, englobou a “arquitetura menor” no campo do monumento histórico. Apesar de ser contra os acréscimos na restauração, defende que estes, se necessário, fossem identificados.
ALOIS RIEGL	Mais teórico, estabeleceu uma conceituação e classificação de valores intrínsecos à questão preservacionista. Ao fazer do monumento o ponto central das discussões, sugere que a resolução dos conflitos da prática restauradora seja flexível e negociável em cada caso particular.
CESARE BRANDI	Considerava que a restauração constituía o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, onde o restabelecimento de sua unidade potencial deveria ser feito sem cometer um falso artístico, mantendo também, os traços da passagem da obra pelo tempo. Através do respeito pela obra original, trouxe os conceitos de reversibilidade e distinguibilidade na restauração.

**QUADRO 02.** Síntese do pensamento teórico-prático dos principais estudiosos do séc. XVIII ao XX, no reconhecimento da restauração.

Fonte: O autor, 2016. A partir das considerações de CHOAY, 2001.

## 1.2 Cartas Patrimoniais:

### Estruturação de normas e medidas legais

Tanto Riegl quanto Choay - entre tantos outros teóricos já citados anteriormente - também se utilizaram da figura do monumento, histórico ou não, para tratar, intrinsecamente de uma temática de abordagem mais profunda que é a preservação da história, da sociedade, dos avanços tecnológicos, políticos e sociais obtidos através dos tempos por meio de obras arquitetônicas elaboradas pelo homem. Nessa linha, mais precisamente no início do século XX, foram adotadas posturas, legislações e atitudes mais concretas, surgindo assim, congressos e reuniões que tiveram como fruto das

discussões, as cartas patrimoniais. Até hoje elas servem de parâmetro para os procedimentos internacionais em arquitetura, garantindo a perpetuação das características históricas e culturais nos monumentos a serem preservados.

Uma importante fonte inicial, documentada e debatida por especialistas e estudiosos, e que serve de referência, inclusive atualmente, para a conservação do patrimônio histórico foi a Carta de Atenas, fruto do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) que ocorreu no ano de 1933 e reuniu grandes pensadores e arquitetos da época, entre eles Le Corbusier, para tratar da temática “a cidade funcional”.

De acordo com Almeida (2009, p. 61), dentre todos os tópicos tratados na pauta do congresso, os principais foram:

- **Valorização dos monumentos:** recomenda-se o respeito ao caráter e à fisionomia das cidades, sobretudo nas vizinhanças dos monumentos antigos, no que se refere à construção de novos edifícios.
- **Materiais de restauração:** aprova-se o uso de recursos técnicos e materiais modernos, especialmente o concreto armado, para os casos de consolidação estrutural.
- **Deterioração dos monumentos:** constata-se a agressividade dos agentes atmosféricos, manifesta-se a dificuldade de se formular regras gerais e recomenda-se a troca de informações e publicação de trabalhos realizados nessas áreas.
- **Técnica da conservação:** antes de se proceder à restauração, sugere-se analisar escrupulosamente a existência de patologias; [...] sempre que possível e, ao mesmo tempo, recomenda-se a diferenciação dos novos materiais de complemento.
- **Colaboração internacional:** estima-se a importância de ações educativas de sensibilização e divulgação do interesse de *preservação dos testemunhos de toda a civilização* [...].

Com a evolução da sociedade e do pensamento, bem como a chegada das novas tecnologias, outras orientações foram sendo desenvolvidas e editadas, sempre no intuito de controlar a modernização que vinham sendo introduzidas pelas intervenções nos monumentos ou edificações históricas. Com isso, outros documentos foram sendo viabilizados, tendo em vista o equacionamento de diretrizes para o resgate da memória e da cultura na conservação do patrimônio edificado.

Em 1964, a Carta de Veneza detalhou normas mais criteriosas com uma abordagem voltada mais para o restauro e também, de acordo com Costa (*apud* UNESCO, 1965) “esse documento enfatiza a possibilidade do patrimônio

adquirir função útil à sociedade”. Mediante o quadro momentâneo da sociedade:

A Carta inova ao esclarecer que os conjuntos urbanos históricos podem ser adaptados às necessidades modernas, onde a revitalização do monumento propicia seu uso a despeito de sua função original, ou seja, permite sua refuncionalização. (COSTA *apud* UNESCO, 1965, p. 15)

Importante demonstração de conduta presente nesta carta diz respeito à demonstração histórica manifestada no objeto arquitetônico a ser levado em consideração, visto que em seu Art. 1º versa que “a conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”, logo, fica claro que independente das intervenções que sejam realizadas tanto no edifício quanto no sítio, é primordial conservar e proteger a formação da obra e do território de modo que propicie a compreensão do todo. Essas normas e diretrizes internacionais refletiam, como citado anteriormente, as preocupações daquele momento: os aspectos legais, os técnico-construtivos e os princípios norteadores da ação de conservação do patrimônio.

Correlacionando as proposições encontradas na Carta de Veneza aos anseios projetuais do presente trabalho, vale ressaltar os artigos 11, 12, e 13, que fazem menção aos processos de adição, substituição e da unidade estilística do edifício:

Artigo 11º - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração (...). O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Artigo 12º - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte de história.

Artigo 13º - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente. (CARTA DE VENEZA, 1962, p. 3)

Esses poucos parâmetros mencionados na Carta de Atenas e na Carta de Veneza nos dão uma rápida percepção da forma como esses documentos contribuíram para uma padronização mundial das regras a serem aplicadas na conservação dos edifícios, sendo assim, foram eles que permitiram dar um

primeiro passo no que diz respeito aos esforços iniciais para salvaguardar o patrimônio histórico.

### **1.3 Edificações históricas:**

#### O reconhecimento social

Para Delgado (2008), é importante o reconhecimento da população perante um edifício que contenha características históricas e arquitetônicas relevantes, para que assim, a história de um local e da sociedade seja perpetuada, sendo assim, ele conclui:

A sobrevivência dos edifícios, ou melhor, a vontade que temos que determinados edifícios, ou conjuntos de edifícios, sobrevivam, resulta do reconhecimento do seu valor patrimonial e da vontade de perpetuar na memória das gerações vivências, que contribuíram e contribuem de forma decisiva para aquilo que somos e fazemos hoje. (DELGADO, 2008, p. 4).

Portanto, os edifícios acabam se tornando obras que testemunham os avanços da sociedade, marcando, pelas suas características apenas um determinado momento, o momento da sua construção, registrando assim, pensamentos, anseios e as transformações de toda uma época passada. Não só os edifícios são obras que testemunharam os avanços (tecnológico, cultural, construtivas, estilísticas, sociais, etc.) da sociedade, mas também as cidades como um todo, pela forma como se expandiram através da morfologia única de cada local, sugerindo uma identidade própria e trazendo consigo a construção da identidade do local e dos seus habitantes. Ainda nesse sentido Delgado afirma:

Os edifícios que se impõem pela sua arquitetura e construção são testemunhos de um tempo que foi passando. Em silêncio transmitem informações preciosas sobre a vida de uma determinada época e em silêncio testemunham profundas alterações na sociedade, nas formas de pensar e de viver. (DELGADO, 2008, p. 4)

Na medida em que há transformações na sociedade e novos fluxos, tendências e demandas são geradas; naturalmente há um movimento em abandonar edifícios e símbolos que representavam as antigas formas de viver, para passar a ocupar e integrar-se com outras formas e modelos que evidenciem essas novas tendências. Nesse contexto surgem os espaços desabitados que não correspondem mais às novas aspirações da sociedade; edifícios são abandonados e até mesmo zonas de determinados bairros ficam

esquecidas. Com isso, ao deixarem de serem utilizados, os edifícios acabam se degradando, não somente pela falta de manutenção, mas também pelo abandono das suas imediações, por não serem mais vivenciados nem vigiados pela população, conduzindo através do tempo, à sua decadência.

Não muito diferente de outros grandes centros urbanos como Natal, Salvador e João Pessoa, onde ocorreu um deslocamento da população do centro para a periferia das cidades, fruto, principalmente, da especulação imobiliária; em Campina Grande, que apesar da pouca população se comparada com as outras cidades citadas anteriormente<sup>3</sup>, já é percebido o mesmo fenômeno, onde a população com poder aquisitivo acima da média geral vem ocupando os condomínios horizontais e os programas sociais vêm contemplando áreas isoladas<sup>4</sup> da cidade, onde, em ambos os casos, normalmente são localizados nas regiões mais afastadas do centro da cidade, contribuindo para a periferização espacial e fragmentação urbana.

Evidentemente que, apesar do deslocamento da malha urbana, e através da importância dada a alguns bairros de Campina Grande pelos agentes imobiliários, há atualmente certa tendência em explorar os bairros próximos à área objeto de estudo do trabalho, visto a sua proximidade com o Açude Velho, que hoje em dia conta com diversos equipamentos públicos e empreendimentos imobiliários em fase de construção, ocasionando a valorização da área e contribuindo para a qualificação do espaço público e também dos edifícios que compõem essa zona da cidade. Casos específicos como o edifício a ser requalificado, caíram no descaso devido a outros fatores; podemos supor que a importância histórica negada e a subestimação do local pela população e pelo poder público colaboraram para tal situação.

Nesse aspecto de contribuição dada através da apropriação de certas áreas da cidade, seja condicionada pela população ou mesmo pelos agentes

---

<sup>3</sup> A estimativa do IBGE para a população de Campina Grande-PB no ano de 2015 é de 405.072 habitantes; para efeito de comparação com as outras cidades mencionadas temos: Natal-RN com 869.954, João Pessoa-PB com 791.438 e Salvador-BA com 2.921.087.

<sup>4</sup> Como alguns dos exemplares concretos da iniciativa governamental em promover o desenvolvimento de programas habitacionais, em locais mais afastados do núcleo central urbano de Campina Grande, temos: o Conjunto Acácio Figueiredo no Bairro Três Irmãos e Bairro das Cidades, o Conjunto do Araxá no Bairro Araxá e o mais recente (ainda em fase de construção) Complexo Aluizio Campos no Bairro do Ligeiro. Já no que se refere aos desenvolvidos pela iniciativa privada, também encontramos diversos exemplares na cidade, como é o caso do Condomínio Alphaville no Bairro Mirante, o Residencial Serraville Privê no Bairro Serrotão e o Atmosphaera Eco Residence às margens da BR 104. Ressalta-se com esse panorama, o espraiamento da cidade em direção aos limites urbanos.



imobiliários, Delgado (2008) afirma que a requalificação de áreas e edifícios de uma cidade também contribui no equilíbrio demográfico e territorial da cidade.

O reconhecimento do nosso patrimônio histórico e, encontrando-se ele dentro de um processo fadado à sua exclusão e subestimação dentro da atual sociedade e seu processo de expansão desordenado, exige a reabilitação e requalificação dos seus edifícios e também da área em que se encontram, sendo essa uma reação necessária para o equilíbrio territorial e demográfico da cidade pelo fato de que, somente através desses mecanismos, é que se conseguirá fixar a presença de alguns grupos sociais cuja vivência do lugar permite contribuir para a sua manutenção e para a longevidade da qualidade dos espaços.

A ideia de patrimônio desponta como elemento de cultura associado ao seu contexto de produção, através do qual o homem afirma sua identidade, articula a noção de “si mesmo”, e, ao mesmo tempo, organiza sua prática social e a representação de sua linguagem simbólica. O tema do patrimônio construído envolve, portanto, uma consciência coletiva de apropriação do passado pelo presente e, necessariamente, a perspectiva de transmissão ao futuro, garantida pela idéia de preservação. (ALMEIDA, 2009, p. 40)

Portanto, reafirmar a identidade cultural de um povo associado à requalificação do patrimônio arquitetônico, se mostra uma ferramenta eficiente no combate ao esquecimento do tempo e dos costumes. Sendo assim, é um instrumento que envolve não somente o poder público, mas adentra na esfera social, permitindo a transmissão do conhecimento e fortalecimento do entendimento de um determinado local.

Um dos sentidos que o processo de requalificação pode desencadear é o da auto-estima na população, sendo esse um dos pontos de maior importância resultante das melhorias proporcionadas ao ambiente já construído, pois, à medida que são feitas as melhorias do ambiente e das condições de usabilidade do local, atingindo a diferentes grupos sociais, a requalificação garante uma melhor condição de vida e de bem estar, potencializando a manutenção do local a partir da integração com a sociedade.

A reabilitação urbana e de edifícios ganha importância pela análise conjunta de uma série de variáveis. Por um lado defender e conservar o patrimônio construído e por outro dotá-lo de capacidade de resposta à vida contemporânea integrando valores sociais, ambientais e de sustentabilidade. (DELGADO, 2008, p. 9).

É importante salientar que as questões sustentáveis estão cada vez mais presentes na elaboração de projetos arquitetônicos e, não diferentemente, se fazem presentes como um importante fator a ser levado em consideração na realização de intervenções em edifício histórico. Nesse processo de requalificação é imprescindível que se leve em conta as preocupações ambientais do presente momento em que se encontra a sociedade, sendo assim, fica condicionado à articulação do projeto com os condicionantes naturais que promovam a sustentabilidade do edifício, de modo que haja uma preocupação não só com o objeto requalificado em si, mas também do ambiente que o envolve, o seu entorno. Por fim, é importante destacar que a requalificação de edifícios corrobora com os valores e conceitos oriundos da sustentabilidade, pois nesse conceito arquitetônico se dá a reutilização do construído, poupando recursos e energias.

#### **1.4 A requalificação:**

##### O conceito e suas implicações

O conceito de requalificação arquitetônica traz, em seu cerne, um processo de mudança, no qual um caráter inclusivo e ao mesmo tempo exclusivo, de maior ou menor interferência de acordo com o que se é pretendido se faz presente. Um dos condicionantes que leva uma edificação à requalificação é justamente a necessidade de se revitalizar as partes de um todo, seja para atender às demandas normativas, seja para abrigar um novo programa em seu interior. A requalificação tem, portanto, papel fundamental para a readequação ou valorização do edifício e do seu entorno, priorizando a funcionalidade e a eficiência do ambiente construído.

Este conceito está intimamente associado ao conceito de intervenção e de revitalização, pois, através das técnicas intervencionistas empregadas, é possível contribuir para a valorização do edifício existente, por meio da adequação dos espaços internos, do atendimento às normas (acessibilidade, incêndio, etc), da promoção da área urbana na qual está inserida; além de que, todo esse processo pelo qual o edifício é submetido, se faz pertinente por responder às demandas projetuais contemporâneas de desempenho ambiental, tecnológico e energético.

Adotaremos como conceito de processo de reabilitação ou requalificação, de um lugar ou de um edifício, o que nos diz Cabrita, Aguiar e Appleton (apud MARTINS, 2008):

Toda a série de ações empreendidas com vista à recuperação e à beneficiação de um edifício, tornando-o apto para o seu uso atual. Seu objetivo consiste em resolver as deficiências físicas e as anomalias construtivas, ambientais e funcionais acumuladas ao longo dos anos, procurando ao mesmo tempo uma modernização e uma beneficiação geral do imóvel sobre o qual incide – atualizando as suas instalações, equipamentos e a organização dos espaços existentes, melhorando o seu desempenho funcional e tornando esses edifícios aptos para a sua mais completa e atualizada reutilização. (CABRITA, AGUIAR E APPLETON apud MARTINS. 2008)

Ainda de acordo com MARTINS (2008), “o ciclo de vida turístico está diretamente ligado ao processo de revitalização e/ou de requalificação dos lugares” pelo fato de, ao elaborarmos tal processo, estaremos conformando uma nova paisagem, readequada para incorporar novos valores culturais através da recente inserção no contexto urbano, propiciando o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas ao bem estar de um modo em geral.

Um conflito existente nesse tipo de intervenção é quando se trata de um bem com importância histórica e cultural para a sociedade, sendo prudente o respeito às normas e às leis que regem sobre tal tipologia de edificação. Respeitadas as devidas condições da obra e as características do momento histórico da sua construção é possível desenvolver diretrizes projetuais que dialoguem em harmonia com a nova proposta, sem causar dualidade entre a originalidade arquitetônica e o presente da intervenção.

É importante salientar que qualquer operação de preservação do patrimônio arquitetônico através de uma intervenção, seja lá qual for o seu nível, é uma atividade de projeto, significando assim, que o manuseio do edifício histórico se dará por meio de um recorte do passado visando o futuro, através de melhorias adequadas e mais pertinentes com as necessidades atuais.

Outro conceito que permeia de uma maneira geral todas essas questões relativas ao local e ao tipo de intervenção é a autenticidade da proposta, mas ao se considerar o caráter eurocêntrico do seu real significado, a idéia de autenticidade é relativizada diante da dimensão cultural existente. Mediante

esse panorama, há uma tendência natural atual, através da arquitetura internacional, em se buscar uma autenticidade única, capaz de traduzir as mutações pela qual passa a sociedade, entretanto, ao longo do caminho coerente no desenvolvimento do projeto, à busca pelo novo, pelo autêntico, muitas vezes é perdida. Dentre tantos condicionantes a serem inseridos e levados em conta no processo de elaboração do projeto, a identidade da proposta é fruto da capacidade de resolução dos problemas, resultando na autenticidade projetual indissociável do objeto fruto da intervenção.

## 2. MÉTODOS E PROCESSOS DE ANÁLISE PROJETUAL

### 2.1 Níveis e tipos de intervenção:

Parâmetros para a análise de projetos correlatos

Na atual conjuntura em que se encontra a sociedade, com as já mencionadas mudanças no fluxo urbano, o ato de projetar a partir de edifícios preexistentes tem se tornado cada vez mais comum, devido o grande número de construções subutilizadas ou abandonadas e também ao fluxo migratório dentro das cidades.

Embora situada num contexto menor que outros centros urbanos, quanto à existência de edifícios, históricos ou não e abandonados, Campina Grande apresenta significativo número de exemplares edificados que se enquadram nos padrões pertinentes ao desenvolvimento de um projeto de requalificação. Nesse contexto, Frota (apud ANDRADE JÚNIOR, 2006, p. 21), afirma que projetar, hoje, é atuar cada vez mais no lugar já edificado e a utopia de construir grandes cidades faz parte já do passado: “Projetar, hoje, é lidar com grandes ou, principalmente, pequenos problemas, espaços, edifícios, equipamentos, objetos urbanos.”

Assim, diante da presente necessidade de elaboração de projetos a partir de obras constituídas, verifica-se a importância de se obter um referencial teórico e conceitual para o desenvolvimento do projeto. Referencial esse que se materializa através das obras realizadas com caráter de *metamorfose arquitetônica*<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Termo utilizado por ANDRADE JUNIOR como modo de denominar as intervenções arquitetônicas que se contrapõem à restauração do edifício, simbolizando a transformação da realidade arquitetônica

Francisco de Gracia nos apresenta na terceira parte do seu livro intitulado *Construir em lo Construído – La Acción Modificadora*, uma classificação em três níveis, das intervenções de transformação arquitetônica em edifícios preexistentes. Um primeiro nível é denominado por De Gracia (1992, p. 89) como *modificação circunscrita*, onde ele agrupa intervenções que vão “desde a restauração até a ampliação moderada, passando pela transformação da sua estrutura interna”. Para obedecer a essa condição, é necessário que as intervenções fiquem integradas e não se sobressaiam, sendo esse um processo circunscrito ao edifício principal. O segundo nível de intervenção seria a *modificação do lócus*<sup>6</sup>, que equivale às intervenções que repercutem não somente sobre o edifício objeto como também sobre o lote urbano em questão:

Podem incluir-se nesta categoria ampliações de certa dimensão a partir de edifícios existentes; corpos autônomos com ligações ou conectores específicos que os vinculam aos edifícios- matriz; novos volumes capazes de atuar como nexos entre outros preexistentes. Devem considerar-se, em geral, os edifícios de nova planta que venham a ocupar parte dos interstícios urbanos enquanto contribuem a reformular os espaços habitáveis da cidade. (DE GRACIA, 1992, p. 215)

Por fim, De Gracia nos apresenta o terceiro nível: *pauta de conformação urbana*. Esse nível condiz com modificações que afetem diretamente as características morfológicas de determinada parte da cidade; nele estão intervenções que interfiram de forma determinante no caráter urbano da cidade, se assemelhando às proposições do planejamento urbano.

Andrade Júnior, à luz do desenvolvimento das idéias de De Gracia, reorganiza os níveis de intervenção e propõe os seguintes níveis que utilizaremos como uma das referências no presente trabalho:

1. **Modificação interna de edificações preexistentes** que, embora modifique em maior ou menor escala a espacialidade interna do edifício preexistente, preserva a sua configuração urbana. [...]
2. **Modificação externa de edificações preexistentes**, em que a configuração urbana do edifício é modificada, seja através de ampliação, complementação de partes faltantes (no caso de ruínas

---

originária através de um projeto que tenha um caráter mais intervencionista do que a própria restauração, se apoiando na necessidade de renovação do edifício por meio de ampliações, construções de anexos e outras transformações do objeto arquitetônico, ressalvando aqueles que possuem o seu tombamento certificado.

<sup>6</sup> Importante ressaltar que esse nível de intervenção descrito por De Gracia é, atualmente, o de maior utilização por parte dos arquitetos, visto sua virtude em poder usufruir de anexos para acomodação dos variados programas de necessidades.

ou de edifícios parcialmente destruídos) ou mesmo de substituição de partes existentes. [...]

3. **Construção de nova edificação em contextos preexistentes**, que corresponde, de uma maneira geral, à nova unidade arquitetônica que surge diretamente vinculada – visual e/ou funcionalmente – a um edifício ou conjunto arquitetônico de valor cultural significativo. Corresponde aos casos de *modificação do lócus* apresentados por Gracia, desde que digam respeito a novas unidades arquitetônicas [...]. (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p. 41)

Apesar de classificar as intervenções apenas nesses três níveis, Andrade Junior salienta que esses níveis são apenas parâmetros de classificação, podendo, normalmente, haver projetos e propostas que não estejam inseridas dentro das categorias explicitadas. Dessa mesma forma, os tipos de intervenções relacionados e especificados a seguir pelo mesmo autor, podem corresponder não apenas a um nível, mas também a vários ao mesmo tempo. Esses tipos são desdobramentos dos níveis, como podemos observar no quadro a seguir, formatado resumidamente através da explicação de Andrade Junior (2006, p. 174).

NÍVEIS DE INTERVENÇÃO	TIPOS DE INTERVENÇÃO
<b>1º NÍVEL: Modificação interna de edificações preexistentes.</b>	<b>Atualização Funcional ou Renovação:</b> A função do edifício histórico é mantida, porém é necessário realizar algumas alterações visando atender a novas demandas.
	<b>Adaptação a Novos Usos ou Reciclagem:</b> É a adaptação do patrimônio industrial - fábricas, mercados, estações ferroviárias, galpões portuários – a inúmeros usos, como centros culturais, complexos habitacionais e etc.
	<b>Ampliação Interna:</b> Corresponde às intervenções em que há aumento significativo da área útil coberta do edifício, sem que isto represente a construção de novos volumes.
<b>2º NÍVEL: Modificação externa de edificações preexistentes.</b>	<b>Atualização simbólica ou restyling:</b> Corresponde às intervenções realizadas sobre um edifício histórico que modificam de forma clara e deliberada a sua imagem urbana sem, contudo, modificá-lo em sua volumetria mais geral.
	<b>Ampliação externa:</b> Corresponde às intervenções de ampliação horizontal ou vertical de edificações preexistentes.
	<b>Utilização de ruínas:</b> Trata-se da intervenção realizada em ruínas, seja visando recuperar o seu uso original, seja completando-a de forma a atribuir-lhe novas funções.
<b>3º NÍVEL: Nova edificação em contextos preexistentes.</b>	<b>Anexo:</b> Corresponde à nova edificação construída vinculada funcional ou visualmente a um edifício preexistente.
	<b>Edifício em contexto preexistente:</b> Corresponde à nova edificação construída em terrenos vazios de sítios históricos ou na vizinhança imediata.

**QUADRO 03.** Síntese dos níveis e tipos de intervenções propostos por Andrade Junior.

Fonte: Quadro resumo elaborado pelo autor com base na classificação proposta por Andrade Junior (2006, p. 174), 2016.

Outro método de análise que será mesclado às classificações desenvolvidas por Andrade Júnior e que também será levado em consideração na avaliação dos projetos correlatos é o método desenvolvido por Geoffrey H. Baker; que se faz presente em diversas escolas de arquitetura mundo afora, com uma análise dos conceitos de lugar e cultura que desempenham papel importante no desenvolvimento do ato de projetar. Uma tabela síntese será fruto da interseção dos métodos de análise, permitindo a classificação dos itens relevantes e imprescindíveis na leitura do projeto analisado.

Retornando ao método desenvolvido por Baker; segundo Costa (2014) o autor “considera sete elementos como condicionantes básicos tanto para a interpretação como para o processo de produção projetual, com o propósito de apropriar-se de um entendimento maior da construção formal e espacial”; são eles:

Genius Loci: que trata do contexto onde é inserido o projeto arquitetônico, seu entorno; Iconologia: que refere-se a arte como símbolo; Identidade: que aborda o estilo, as referências tipológicas e culturais utilizadas no conceito formal; Significado do Uso: que identifica as funções e o programa de necessidades; Plástica: que trata o movimento, o ritmo tanto interno quanto externo; Estrutura: que aborda as técnicas construtivas e as escolhas pelo materiais empregados e a Configuração formal e espacial que analisa a função da geometria empregada no projeto arquitetônico. (COSTA. 2014. p. 53, com grifos do autor)

Os níveis e tipos de intervenções aqui descritos, não somente nos possibilitam classificar de forma satisfatória algum projeto que se encaixe nos padrões mencionados, mas também nos ajudam a entender as relações das intervenções com o edifício em si, possibilitando até, prever os níveis das modificações de acordo com as necessidades do projeto e do ambiente a ser alvo. Eles servirão de base para a classificação das intervenções na análise dos projetos correlatos, a fim de conceder uma metodologia de catalogação embasada e mais pertinente aos anseios do presente trabalho. Dessa forma, a partir da congruência dos tópicos de análise enunciados por Baker e Andrade Júnior, elaborou-se um modelo de quadro síntese (Quadro 02), que finalizará o estudo de cada correlato, concatenando as principais ideias de cada ação projetual.

<b>TÍTULO DO PROJETO</b>	
<b>ARQUITETOS</b>	Autor principal do projeto
<b>CIDADE/ANO INAUGURAÇÃO</b>	Localização e data do projeto
<b>TIPO DE INTERVENÇÃO</b>	Tipo de intervenção de acordo com classificação de Andrade Júnior
<b>USO</b>	Identificação atual do uso da edificação
<b>IDENTIDADE</b>	Referências tipológicas e conceitos
<b>PLÁSTICA</b>	Configuração estética; que trata o movimento, o ritmo, etc.

**QUADRO 04.** Modelo de quadro síntese com estruturação dos tópicos a serem relacionados nos projetos correlatos.

Fonte: O autor, 2016. A partir dos conceitos de BAKER e ANDRADE JUNIOR.

## **2.2 O processo de projeto:**

### Uma decisão

Um processo natural de concepção e elaboração de um novo projeto já é condicionado a diversos fatores que recaem sobre toda a metodologia projetual, condicionando muitas vezes as decisões a serem tomadas. No caso de projetos de requalificação arquitetônica, esse processo projetual se torna mais complexo devido aos aspectos (históricos, socioculturais, técnicos, econômicos, etc.) que devem ser levados em consideração durante o processo de concepção, demandando maior tempo e perícia do arquiteto a cada passo tomado para a conservação do edifício e o desenvolvimento coerente da proposta.

Ainda nesse contexto Silva (2012, p. 22) enfatiza que o desenvolvimento de projetos específicos como o de requalificação arquitetônica de um edifício patrimonial “procura valorizar o patrimônio urbano e arquitetônico de valor cultural e nele incorporar as necessidades do presente, garantindo a sua conservação para o futuro”.



De acordo com a necessidade de se ater a vários fatores na tarefa de elaboração do projeto, se torna necessário uma metodologia que se atenha aos pormenores projetuais, podendo, essa metodologia, desempenhar um papel importante para o êxito do trabalho.

Nesse sentido, Snyder e Catanese (apud Silva, 2012, p. 59) propõem cinco fases que delineiam o processo projetual: a) a iniciação – que envolve o reconhecimento e a definição do problema a ser resolvido [...]; b) a preparação – [...] atividade que inclui a coleta e análise de informações sobre o problema, reunindo mapas, informações legais e econômicas, dentre outras; c) a confecção da proposta – [...] que consiste no processo de apresentação das propostas do projeto, considerando vários aspectos, como, o contexto, o programa, o lugar, o cliente, a tecnologia e a estética; d) a avaliação – que se refere à comparação das soluções com as metas e os critérios do programa [...]; e) a ação – que inclui atividades vinculadas à preparação e à implementação do projeto [...].

Apesar de tradicional e de existirem diversos processos que são explicitados por outros autores, inclusive com a adição de etapas de avaliação pós-ocupação, o processo de análise desenvolvido por Snyder e Catanese contempla todos os passos necessários e pertinentes ao processo projetual, sendo ele, o método adotado para a concepção da intervenção objeto de estudo. Através dessa metodologia adotada, inclui-se aí, a necessidade de desenvolver as ações através de um projeto cíclico, onde, cada passo do projeto é independente e não seguindo, necessariamente, uma ordem cronológica; de modo que cada estágio de concepção se relacione mutuamente com os outros, permitindo testar e reavaliar as decisões constantemente ao longo das etapas de todo o processo.



### 3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO: ESTUDOS CORRELATOS

No intuito de compreender os aspectos positivos e negativos mediante a realização de estudos de caso, com projetos semelhantes ao que se propõe neste trabalho; os projetos de referência foram selecionados a partir da divisão do seu enfoque, em duas categorias, de maneira que cada uma pudesse responder de forma mais incisiva às questões relativas ao que se pretende obter como produto final. Dessa forma, a seleção dos projetos para estudo contemplou, principalmente, a funcionalidade e o partido adotado pelas intervenções, mas não necessariamente ambos reunidos em um único projeto.

#### 3.1 CENTRO DE CULTURA E LAZER FÁBRICA DA POMPÉIA

- APRESENTAÇÃO

O Centro de Cultura e Lazer Fábrica da Pompéia, atualmente conhecida apenas como SESC Pompéia, teve a inauguração da sua primeira etapa em 1982, com a readequação dos galpões da antiga fábrica de tambores, e sua conclusão, com a inauguração do bloco esportivo, data de 1986. Trata-se de um centro de lazer localizado na Vila Pompéia – Barra Funda, zona oeste da cidade de São Paulo, que oferta um diversificado programa aos seus visitantes, com teatros, espaço de exposições, oficinas, quadras poliesportivas, piscinas, entre outros equipamentos.



**FIGURA 02: Localização do SESC Pompéia (em destaque).**

Fonte: Google Earth.

Nota: Modificado pelo autor, 2016.

O desenvolvimento da sua proposta arquitetônica é concluído em 1977, pela arquiteta Achilina Bo Bardi, que, juntamente com a sua equipe, promoveu uma readequação dos antigos galpões da fábrica de tambores (figuras 03 e 04) para abrigar o novo programa e promoveu uma ruptura na arquitetura nacional que era desenvolvida até o momento, ao inserir dentro do sítio com características industriais, um edifício anexo às edificações fabril, com características no mínimo peculiares à época e que traduzia, de certa forma, um “novo” modernismo ansiado pós governo militar.

Como comenta Ferraz (2008): “O bloco esportivo inaugurado em 1986, todo em concreto aparente, foi, na verdade, o choque maior. Duas torres de concreto, uma com “buracos de caverna” ao invés de janelas, outra com janelas quadradas salpicadas “aleatoriamente” pelas fachadas, ao lado de uma terceira torre cilíndrica de 70 metros de altura, também em concreto aparente e marcada por um “rendado” em seu aspecto exterior (...)”.



**FIGURA 03: Vista aérea da fábrica.**  
Fonte: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br), 2015.

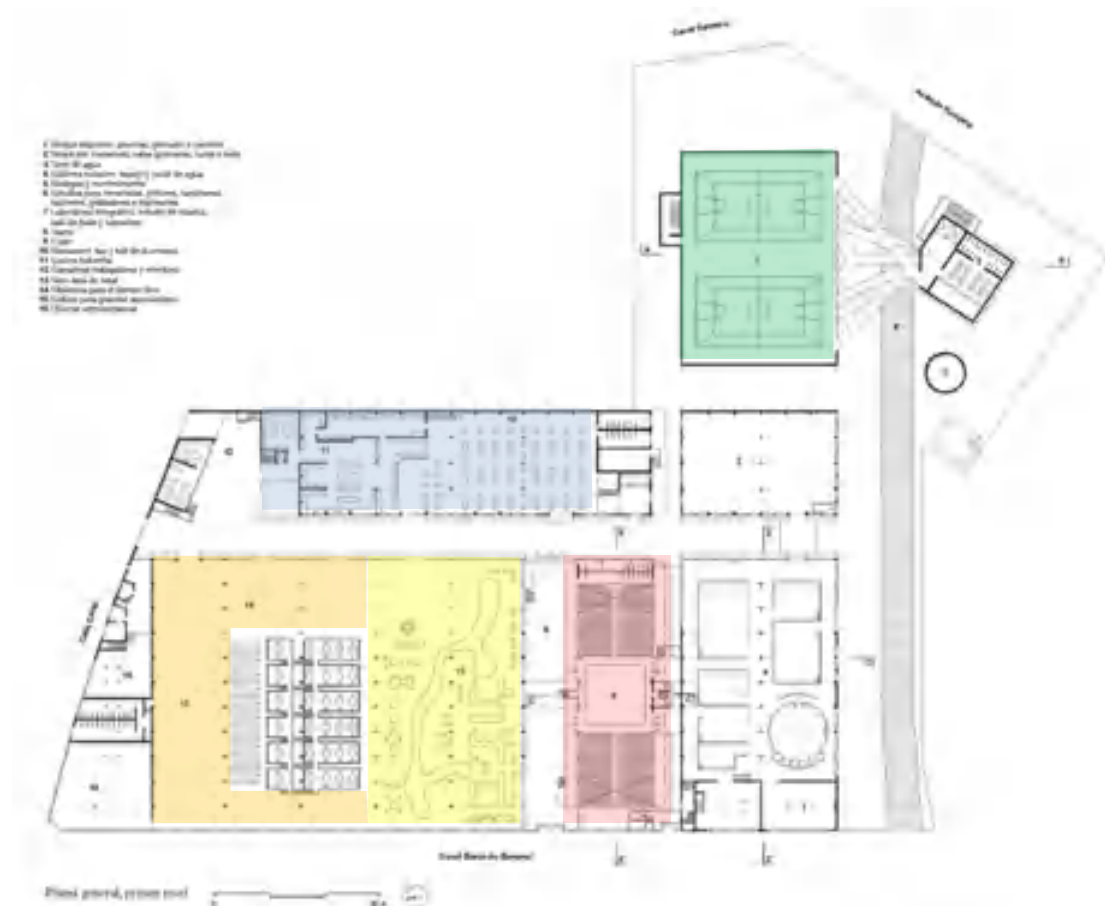


**FIGURA 04: O cotidiano da fábrica de tambores antes da reforma.**  
Fonte: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br), 2015.

- PROPOSTA PROJETUAL

O extenso programa foi alocado numa área de 16.573m<sup>2</sup>, segundo dados do próprio SESC São Paulo. Nessa área a arquiteta manteve a estrutura dos antigos galpões, fazendo apenas a manutenção de seus espaços livres, com isso, pôde ocupá-los imergindo grandes zonas de circulação, permitindo uma continuidade do espaço urbano e colocando as atividades sociais, do encontro com o outro, como elemento estruturador na ocupação dos espaços “ociosos” dos galpões.

O teatro merece especial atenção pela sua disposição ao longo de um dos galpões, dissolvendo a composição tradicional do teatro na medida em que dispõe a platéia não somente em frente ao palco, mas sim, em duas porções opostas à centralidade do tablado, uma inovação à época.



**FIGURA 05: Planta geral, primeiro nível. Com destaque para as áreas: sociais internas (amarelo), expositivas (laranja), restaurante (azul), teatro (rosa) e área esportiva (verde).**

Fonte: [www.archdaily.com.br](http://www.archdaily.com.br), 2015.

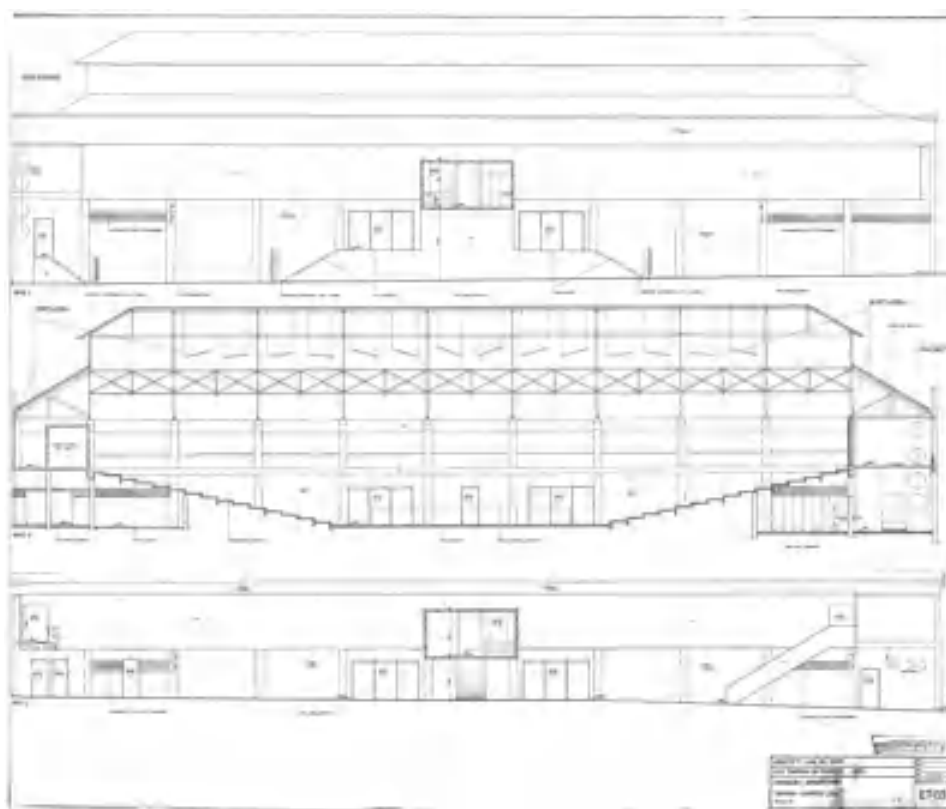
Nota: Editado pelo autor.

De acordo com SANTO (2013), com princípios racionalistas e seus tradicionais tijolos cerâmicos, o volume original dos galpões da fábrica seguia a recente arquitetura industrial inglesa do início do século XX. Mas com o passar dos anos, esses volumes foram sofrendo algumas intervenções para abrigar novos usos. Também novos galpões foram sendo adicionados ao lote, mas seguiam a mesma característica industrial. Neles, Bo Bardi conduziu sua recuperação e manutenção através do reforço estrutural das empenas do

telhado, bem como a instalação de painéis translúcidos para a entrada de iluminação natural, mas fez questão de marcar as mudanças promovidas através da adoção de elementos mais modernos, que se distinguem do antigo, prevalecendo a idéia de sinalizar as reformas que empregara.



**FIGURA 06: Elevação dos galpões com visualização a partir da Rua Barão do Bananal.**  
Fonte: [www.archdaily.com.br](http://www.archdaily.com.br), 2015.



**FIGURA 07: Planta de corte original do teatro instalado em um dos galpões.**  
Fonte: [www.2.sescsp.org.br](http://www.2.sescsp.org.br), 2015.

Ainda no que concerne às intervenções realizadas na composição estética e material dos galpões preexistentes, a arquiteta removeu todo o reboco (externo e interno), como podemos notar pelas figuras 08 e 09, retornando a originalidade dos mesmos e conseqüentemente, aplicando os ideais de autenticidade. Assim, toda a estrutura de concreto que sustentava as edificações veio à tona, trazendo consigo a historicidade que o sítio abrigava, pelo fato de que essas estruturas serem incomum à época da construção

original, e devido a essa sua importância, partiu-se a idéia de preservá-los; fato esse que ia de encontro às condições do crescente bairro em desenvolvimento.



**FIGURA 08: Retirada do reboco das paredes originais.**

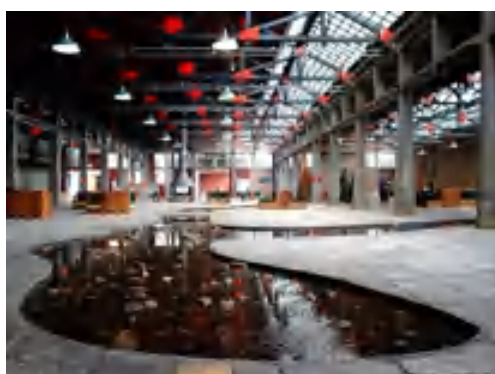
Fonte: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br), 2015.



**FIGURA 09: Resultado final.**

Fonte: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br), 2015.

As modificações promovidas nos galpões foram de certa forma sutil. As paredes internas foram removidas e reforços estruturais nas empenas do telhado foram realizados, de maneira que essas atualizações foram evidenciadas, como podemos perceber nas figuras 10 e 11; rompendo com a estética do lugar ao mesmo tempo em que mantém as características industriais, sem praticar falsas reconstituições. Nessa mesma linha de evidenciar as intervenções, mas mantendo as características plásticas, as novas divisórias e áreas de circulação foram construídas em concreto aparente.



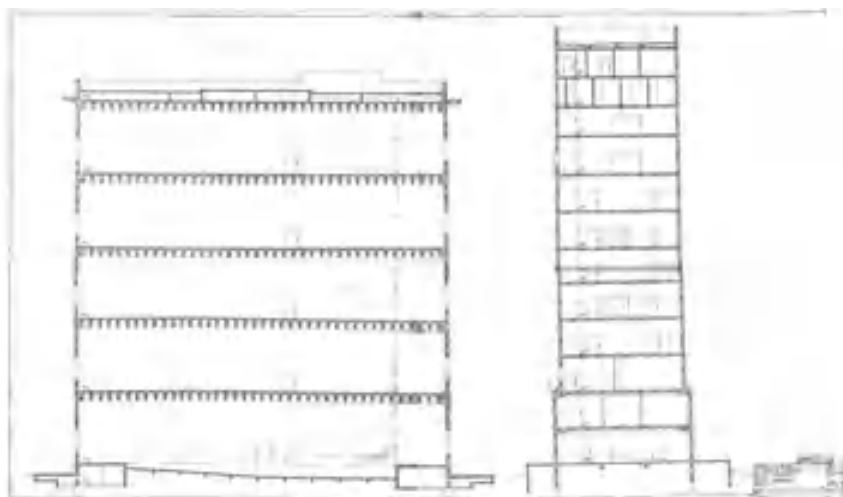
**FIGURA 10: Vista interna de um dos galpões.**

Fonte: [www.viagem.catracalivre.com.br](http://www.viagem.catracalivre.com.br), 2015.

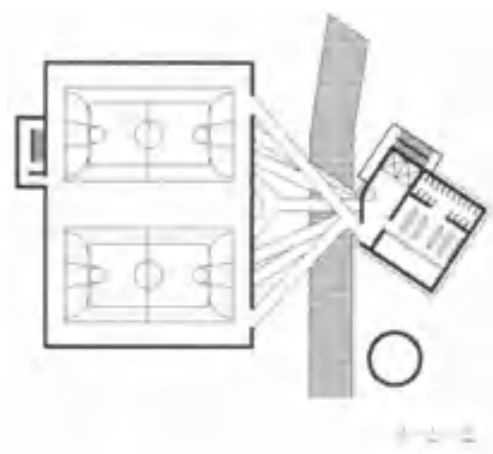


**FIGURA 11: Vista interna de um dos galpões, com destaque para o mobiliário.**

Fonte: [www.viagem.catracalivre.com.br](http://www.viagem.catracalivre.com.br), 2015.



**FIGURA 12: Corte original dos dois volumes que compõem o complexo esportivo.**  
 Fonte: [www.2.sescsp.org.br](http://www.2.sescsp.org.br), 2015.



**FIGURA 13: Planta baixa do 4º pavimento do complexo esportivo.**  
 Fonte: [www.archdaily.com.br](http://www.archdaily.com.br), 2015.

Os galpões foram ocupados com boa parte do programa: restaurante, áreas de exposição, oficinas, teatro, área administrativa, espaços multiuso, etc. Contudo, devido à manutenção dos galpões, sobrara pouca área dentro do terreno para a acomodação das instalações esportivas que estavam contempladas no programa.

Dessa necessidade Bo Bardi propôs a construção de três volumes de concreto (figura 14): o volume mais alto abriga a caixa d'água do complexo; os dois outros volumes, de contexto semelhante, porém de dimensões diferentes e interligados por meio de rampas, acomodaram o complexo esportivo, com quadras poliesportivas, piscinas e vestiários.

Vale destacar a opção de Bo Bardi em manter a rua em declive que interligava os galpões (figura 15). É a partir dela que se distribui todo o



programa, trazendo certa urbanidade à espacialização do projeto e continuidade no passeio (exterior/interior).

A solução adotada pela arquiteta manteve as características industriais do lugar ao utilizar formas sólidas e simples, enobrecida pelo uso extensivo do concreto aparente, que não interferiram de forma incisiva sobre a importância do parque fabril. Dessa maneira, a postura do caráter arquitetônico da intervenção, orientada pela arquiteta, manifestou-se como um procedimento de ruptura do contexto estético empregado pelos galpões do local, sem comprometer a sua unidade, os seus atributos industriais. Corrobora com essa afirmação a simplicidade das formas dos anexos, o material empregado em sua construção, a singularidade das aberturas, enfim, o mimetismo da intervenção.



**FIGURA 14: Vista geral dos três volumes inseridos.**

Fonte: [www.vejasp.abril.com.br](http://www.vejasp.abril.com.br), 2015.



**FIGURA 15: Via de circulação mantida.**

Fonte: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br), 2015.

- ASPECTOS COMPLEMENTARES

As intervenções propostas pela arquiteta aparentemente não privilegiaram as condições impostas pela acessibilidade universal em suas áreas. Tanto as novas áreas de leitura e de estar, inseridas nos galpões de exposição, quanto os novos edifícios anexo não possuem rampas acessíveis muito menos estações elevatórias; no lugar destes, em diversas áreas, longos acessos através de escadas são impostas aos visitantes do lugar. Ainda no contexto da

acessibilidade, o complexo de lazer não apresenta sinalização tátil de alerta nem, aparentemente, banheiros acessíveis. Apesar dessa despreocupação, condicionada pelo contexto da época de sua construção, a maior parte do complexo, que diz respeito ao restaurante, as áreas de exposição, as salas de oficina e a piscina; por estarem em sua maior parte localizadas no térreo, facilita a circulação pelos edifícios.

As instalações elétricas e de condicionamento de ar são aparentes, o que mantém a originalidade da estrutura e dos fechamentos. Apesar de estruturas acústicas aparecerem nos ensaios de Bo Bardi para o teatro, figuras 16 e 17, podemos notar a ausência das mesmas no atual estágio em que se encontra o edifício, não sendo possível detectar se foram inseridas ou não ao projeto final.

Já no que se refere às condições de iluminação natural, o projeto foi favorecido pela tipologia original dos galpões, que já favorecia seus ambientes internos com abundância de iluminação natural, propiciado pelas amplas esquadrias translúcidas. E no que diz respeito às áreas para estacionamento de automóveis; não houve espaços adequados para a sua implantação, visto a necessidade de utilização de todo o sítio pelo vasto programa.



**FIGURA 16: Croqui do teatro por Lina.**  
Fonte: farm4.staticflickr.com, 2015.



**FIGURA 17: Vista geral do teatro.**  
Fonte: arcoweb.com.br, 2015.

Por fim, vale destacar a natureza da intervenção proposta por Bo Bardi. Nela foi possível observar, principalmente, a preservação dos elementos essenciais do edifício para a identificação da sua unidade potencial, sendo possível também distinguir as novas intervenções propostas pela “modernização” dos seus materiais; sendo o tratamento das patologias do edifício, o exemplar mais marcante dessa postura.

<b>CENTRO DE CULTURA E LAZER SESC POMPÉIA</b>	
ARQUITETOS	Lina Bo Bardi (colaboradores: André Vainer e Marcelo Ferraz)
CIDADE/ANO INAUGURAÇÃO	São Paulo, São Paulo. 1982.
TIPO DE INTERVENÇÃO	- Adaptação a novos usos; - Adição de anexos independentes;
USO	- Lazer; - Cultural; - Esportivo.
IDENTIDADE	- Integração do sítio com o entorno; - Adequação ao novo programa; - Contraposição estética.
PLÁSTICA	Incorporação de anexos com quebra do ritmo formal e estético.

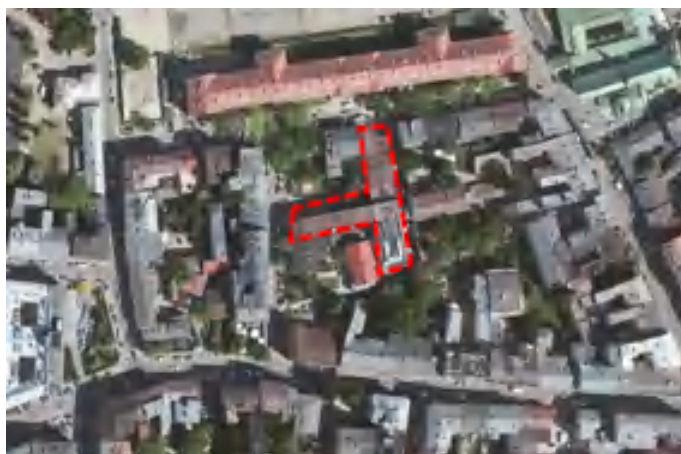
**QUADRO 05.** Síntese das características intervencionistas no projeto do SESC Pompéia.  
Fonte: O autor, 2016.

### 3.2 JARDIM DAS ARTES DE MAŁOPOLSKA

- APRESENTAÇÃO

Fruto de um concurso aberto de projetos realizado em 2005, o Małopolska Garden of Arts está localizado na cidade de Cracóvia, no sul da Polônia. O projeto teve suas obras iniciadas em 2010, sendo inaugurado já em 2012; ele visava à integração de duas instituições: o Teatro Juliusz Słowacki e a Biblioteca Małopolska Voivodeship, dentro de um bairro histórico; introduzindo uma nova espacialidade aos quintais antigos presentes entre a Rua Rajska e a Jozefa Szujskiego.

O projeto vencedor do concurso é de autoria do escritório **Ingarden & Ewý**, sob o comando dos arquitetos Krzysztof Ingarden e Jacek Ewý e conta com uma área de aproximadamente 4300m<sup>2</sup> distribuídos ao longo de 5 pavimentos (térreo mais 3 pavimentos e 1 subsolo), tendo como principal característica, a requalificação do espaço a partir de uma antiga ruína presente no local e que deu abrigo às instalações de uma moderna sala multiuso.



**FIGURA 18: Localização do Małopolska Garden of Arts (em destaque).**

Fonte: Google Earth.

Nota: Modificado pelo autor, 2016.

- PROPOSTA PROJETUAL

A partir da união das duas instituições, a biblioteca e o teatro, é que os arquitetos propuseram uma estrutura arquitetônica, autônoma em suas atividades, em torno da antiga ruína do século XIX que servia como arena de equitação. Das ruínas presentes no local só restaram os antigos tijolos de barro vermelho que, após minucioso trabalho de limpeza e restauração, serviram para a construção do foyer do novo teatro. Vale lembrar que os arquitetos ainda cogitaram a possibilidade de usar tal ruína, mas estudos comprovaram que a estrutura não teria mínimas condições de receber esforços; sendo assim, optaram por demolir e utilizar os materiais que ainda servissem.



**FIGURA 19: Planta de locação e cobertura do Małopolska Garden of Arts.**

Fonte: [www.iea.com.pl](http://www.iea.com.pl), 2016.



**FIGURA 20: Volumetria do Małopolska Garden of Arts.**

Fonte: [www.iea.com.pl](http://www.iea.com.pl), 2016.

Então foi desenvolvido um programa específico para acomodar as atividades de cada instituição, sendo a ala ao norte, tangenciada pela Rua Rajska, destinado ao teatro, com sala multifuncional para cerca de 300 lugares, sala de cinema para 78 lugares, salas de conferências, um café, além dos ambientes para a administração e apoio às atividades. Já a ala à oeste foi destinada à biblioteca de arte, que contém, uma midiateca e ambientes destinados à sua administração, este último, localizado no subsolo. Em todos os acessos, seja pelo norte ou pelo oeste, encontram-se jardins e praças que se fundem ao passeio urbano, tornando o alcance ao edifício numa experiência fluída do caminhar, como podemos observar através das figuras a seguir.



**FIGURA 21: Acesso oeste (biblioteca).**  
Fonte: [www.iea.com.pl](http://www.iea.com.pl), 2016.



**FIGURA 22: Acesso norte (teatro).**  
Fonte: [www.sztuka-architektury.pl](http://www.sztuka-architektury.pl), 2016.



**FIGURA 23: Fachada oeste.**  
Fonte: [www.hicarquitectura.com](http://www.hicarquitectura.com), 2016.

O programa abrangeu uma área útil de 4330,76m<sup>2</sup>, construída num terreno de 1579m<sup>2</sup>, gerando 4 pavimentos superiores e 1 subterrâneo. No pavimento subterrâneo (figura 24), foram dispostas, majoritariamente, as áreas mais restritas do edifício, como administração e as áreas de apoio às atividades de todo o complexo como vestiários, banheiros, camarins, etc. Já o piso térreo (figura 25) é predominantemente composto por espaçosos halls e



onde fica localizado a moderna sala multiuso, que pode receber desde apresentações multiculturais à exposições e palestras; elevadores e escadas, tanto na ala do teatro quanto no da biblioteca, dão acesso aos demais pavimentos. Vale ressaltar que as duas alas são interligadas em todos os pavimentos.

Nos andares subseqüentes ao pavimento térreo no teatro é destinado à parte técnica e salas de apoio às atividades. Já na parte da biblioteca, longos vãos servem de espaço para a midiateca e até áreas para exposições. Sendo assim, o programa, bem diversificado e multifacetado através de amplos espaços, permite a transposição das barreiras físicas impostas pelas paredes, de modo que o espaço esteja sempre preparado para receber diversos tipos de atividade cultural.



**FIGURA 24: Planta baixa subsolo.**  
Fonte: [www.dezeen.com](http://www.dezeen.com), 2016.



**FIGURA 25: Planta baixa térreo, com indicações dos acessos norte e oeste.**  
Fonte: [www.arcspace.com](http://www.arcspace.com), 2016.



**FIGURA 26: Corte longitudinal da ala norte (teatro), com cinema (verde), sala multiuso (amarelo), foyer (azul), salas de apoio (marrom) e teatro (vermelho).**  
Fonte: [www.dezeen.com](http://www.dezeen.com), 2016.  
Nota: Editado pelo autor, 2016.

A forma em “T” da nova edificação, assim como permitiu a diferenciação dos acessos à cada instituição, proporcionou o encontro com as edificações vizinhas, de modo que o arquiteto optou por dar continuidade ao jogo formal e contextual que encontrou na vizinhança, como o próprio disse em diversas entrevistas sobre o projeto; é “um jogo contextual entre mimese e abstração”. Esse jogo se confirma pela “imitação” do aspecto formal dos edifícios vizinhos, seguindo a escala e respeitando certos elementos lineares, ao mesmo tempo em que, ao se utilizar de armações aparentes em aço e uma espécie de brise de mesmo material, com o uso do vidro como fechamento de suas fachadas, acaba criando uma distinção de tempo entre as construções, numa dualidade interessante entre o moderno e o antigo.



**FIGURA 27: Biblioteca à noite.**  
Fonte: [www.iea.com.pl](http://www.iea.com.pl), 2016.



**FIGURA 28: Jardim externo com acesso ao teatro.**  
Fonte: [www.dezeen.com](http://www.dezeen.com), 2016.



**FIGURA 29: Sala multiuso (teatro).**  
Fonte: [www.iea.com.pl](http://www.iea.com.pl), 2016.



**FIGURA 30: Biblioteca.**  
Fonte: [www.iea.com.pl](http://www.iea.com.pl), 2016.

Não somente a escala da nova edificação, nem a manutenção das linhas circunvizinhas, mas também a cor, a textura e a relação com o exterior, contribuem para o aspecto integrador do projeto. Não só pelo material reutilizado da antiga arena de equitação, mas o cuidado com o passado, com o

lugar anterior, mesmo que vazio, faz com que se note a preocupação do arquitetos com a história, com o meio no qual o edifício veio a ser inserido, sendo através desse pensamento foi que se manteve determinadas espécies arbóreas no local, determinando inclusive, espaços adequados que transpõem aos limites do novo ambiente. Quanto ao programa desenvolvido, vale ressaltar o empenho em prover ambientes que sejam multifacetados, abrigando os mais diversos e possíveis tipos de eventos relacionados à temática do local.

- ASPECTOS COMPLEMENTARES

A intervenção proposta pelos arquitetos privilegiou, majoritariamente, a acessibilidade ao dispor de circulações verticais e horizontais próprias às pessoas com necessidade de locomoção reduzida, além do mais, a sala multiuso (teatro), conseqüentemente o local onde há maior aglomeração de pessoas, foi disposta no nível térreo, facilitando a circulação. Somente por privilegiar a integração entre a parcela urbana com o edifício, já se nota as preocupações em se permitir melhores formas de acesso ao conjunto edificado. Os banheiros também satisfazem as necessidades de acessibilidade. Apesar disso, algumas áreas não oferecem a melhor forma de acesso, sendo necessário a utilização de escadas para chegar a determinados ambientes, como aos banheiros e depósitos que servem de apoio à sala multiuso (teatro); de qualquer forma, há outras opções, mesmo que um pouco distantes.



**FIGURA 31: Detalhe da estrutura na fachada norte conjugada ao vizinho.**  
Fonte: [www.iea.com.pl](http://www.iea.com.pl), 2016.



**FIGURA 32: Hall de acesso ao teatro, detalhe para o nivelamento das áreas.**  
Fonte: [www.iea.com.pl](http://www.iea.com.pl), 2016.

No que concerne às estratégias de iluminação e ventilação natural, no que é possível observar, principalmente nas áreas sociais, esses aspectos foram favorecidos pelo uso da estrutura em aço, formando uma trama com diversos espaçamentos onde serviram de entrada, tanto para a luz solar quanto para a



ventilação. Notadamente, como o clima da Croácia possui temperatura mais amena, ficando abaixo de zero em alguns meses do ano, foi possível a utilização de muito fechamento em vidro, possibilitando uma maior penetração do sol no interior do edifício. A forma simétrica em “T” favoreceu também à exposição aos condicionantes ambientais.

Quanto ao fornecimento de áreas para estacionamento, não foi localizado nenhuma área desse tipo, mas, de certa forma é compreensível pelo fato do transporte público ser eficiente e também pela localização do edifício, que se encontra numa região dominada por estudantes.

<b>JARDIM DAS ARTES DE MAŁOPOLSKA</b>	
ARQUITETOS	Krzysztof Ingarden e Jacek Ewý
CIDADE/ANO INAUGURAÇÃO	Cracóvia, Polônia. 2012
TIPO DE INTERVENÇÃO	- Utilização de ruína <sup>1</sup>
USO	- Cultural; - Educativo.
IDENTIDADE	- Integração do edifício com o entorno; - Contraposição estética.
PLÁSTICA	Incorporação de edifício com manutenção do ritmo formal e estético.

**QUADRO 06.** Síntese das características intervencionistas no projeto Jardim das Artes de Małopolska.

Fonte: O autor, 2016.

(1) De acordo com a classificação prevista por ANDRADE JÚNIOR, esse tipo de intervenção deve restabelecer seu uso original, adaptá-las a novos usos ou mesmo viabilizar a sua fruição enquanto ruína, mas, no projeto correlato analisado o tipo de intervenção não se deu dessa forma, mediante o pressuposto de que as ruínas não eram um bem tombado, elas foram demolidas, logo, não se encontrou nenhuma classificação semelhante elencada pelo autor.

### **3.3 CENTRO CULTURAL DE ARARAS**

O Centro Cultural de Araras foi um projeto, fruto de concurso nacional, para a requalificação da antiga estação ferroviária de Araras, interior de São Paulo, e que tinha como propósito a sua transformação em um centro cultural, onde a proposta que se sagrou vencedora foi elaborada pelo escritório AUM Arquitetos. O concurso foi realizado no ano de 2004, mas somente em 2010 é

que o projeto pôde ser inaugurado, mesmo sem ter sido contemplada toda a proposta integralmente, de onde podera-se a falta do novo anexo proposto.



**FIGURA 33: Fotomontagem com estado do antigo complexo ferroviário de Araras.**  
Fonte: aumarquitetos.com.br, 2016.

Localizado às margens da Avenida Limeira, o antigo compexo ferroviário encontra-se circundado por um parque fabril pertencente à Nestlé; empresa que financiou parte do projeto. Sua peculiar relação com o entorno pode ser percebida através da figura XX, de onde pondemos perceber o comprometimento das suas visuais pela presença massiva das edificações à oeste e a liberação das mesmas à leste, onde fica a avenida.



**FIGURA 34: Localização do Centro Cultural de Araras (destacado).**

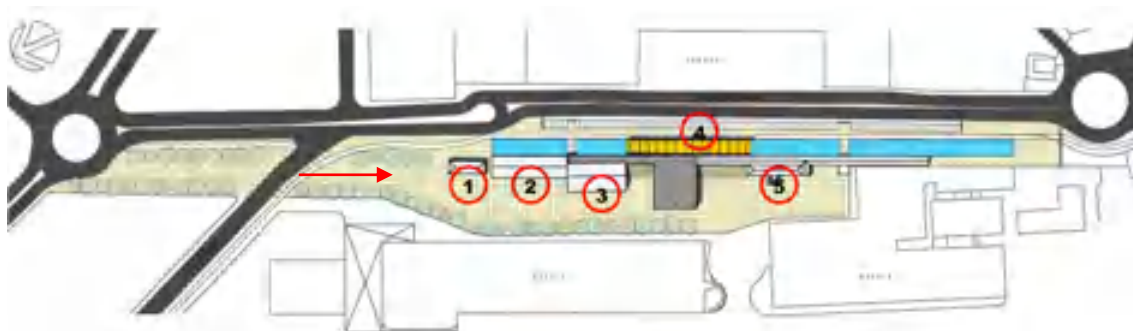
Fonte: Google Earth.

Nota: Modificado pelo autor, 2016.

- PROPOSTA PROJETUAL

O projeto se apropriou ao máximo das edificações já existentes no local, que somam quatro edifícios: o edifício sede, a antiga residência do chefe da estação e os dois armazéns. Ao se apropriar do conjunto já existente, os arquitetos contribuíram com a otimização do espaço, apesar disso, o programa diversificado necessitou da instalação de um novo bloco.

Num terreno com área total de 17700m<sup>2</sup>, resultou num projeto com área total de 3200m<sup>2</sup> de área construída, onde podemos encontrar uma área administrativa no edifício sede (figura 35 nº 5), salão de exposições e biblioteca num armazém (figura 35 nº 3), auditório e lanchonete no outro armazém (figura 35 nº 2), área de apoio aos funcionários na antiga residência (figura 35 nº 1) e o bloco novo proposto (figura 35 nº 4) ficou destinado às atividades artísticas, com ateliês e salas de apoio. Esse novo bloco, pousado sobre um espelho d'água, foi inserido no sítio de maneira que mantivesse as características do seu entorno, com manutenção dos gabaritos, linearidade das formas e também que denunciase o momento em que fora construído a partir do constrato de materiais.



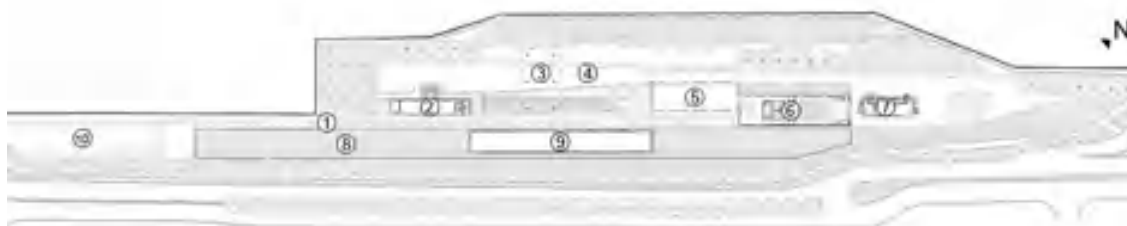
**FIGURA 35: Planta de implantação e cobertura do Centro Cultural de Araras, com seta indicativa do acesso ao sítio e numeração das edificações.**

Fonte: concursosdeprojeto.org.

Nota: Modificado pelo autor, 2016.

Com a disposição do programa podemos perceber a relação entre público e privado, estando a parte pública mais centralizada e as partes administrativa e de serviço, mais restrita, nas extremidades do complexo. Até mesmo o espraiamento das edificações ao longo do sítio facilitou a divisão dos fluxos e independência nos acessos.

O escritório promoveu a integração de todos os edifícios a partir da inserção de uma grande marquise de concreto aparente, inclusive, gerando áreas de convivência ao abrigo das intempéries. Essa nova marquise funciona como elemento integrador entre todas as áreas do complexo cultural, valorizando as construções e promovendo novos espaços além da própria circulação a medida que estabelece a relação entre os espaços internos e externos.



**FIGURA 36: Planta baixa do Centro Cultural de Araras.**

**LEGENDA:** 1.Plataforma; 2.Edifício administrativo / loja; 3.Marquise; 4.Praça; 5.Área exposição; 6.Auditório; 7.Apoio funcionários; 8. Espelho d'água (não construído); 9.Ateliês (não construído); 10.Estacionamento.

Fonte: concursosdeprojeto.org.

Nota: Modificado pelo autor, 2016.

As intervenções no interior dos edifícios foram pautadas na renovação dos mesmos, de maneira que, as estruturas e peças que não pudessem ser restauradas fossem demolidas ou substituídas por outras igualmente reproduzidas, mas com materiais contemporâneos. Dessa forma, apesar dos arquitetos manterem uma postura mimética diante da reprodução fiel das peças ou estruturas faltantes, conseguiram sinalizar a contemporaneidade das tais cópias com a utilização de materiais atuais, como foi o caso da caixilharia das esquadrias. Entretanto, nem sempre fica evidente a diferenciação entre o novo e o antigo.

Já em relação aos novos materiais inseridos no conjunto; as portas do auditório (figura 37), as instalações elétricas aparente, o piso, o forro que foi elevado e até mesmo a marquise (figura 39), tiveram a intenção em assumir a distinção entre o novo e o original, prevalecendo o caráter da legibilidade. Assim, ao valorizar as características mais marcantes e que resistiram ao tempo, juntamente com a promoção intencional das modificações propostas, fica possível ao observador, distinguir os diversos momentos históricos das construções.



**FIGURA 37: Auditório do centro cultural.**

Fonte: concursosdeprojeto.org, 2016.



**FIGURA 38: Área de exposições com instalações elétricas aparente.**

Fonte: concursosdeprojeto.org, 2016.



**FIGURA 39: Plataforma e marquise nova.**

Fonte: concursosdeprojeto.org, 2016.



**FIGURA 40: Antiga casa do chefe da estação restaurada.**

Fonte: concursosdeprojeto.org, 2016.

Apesar da aparente simplicidade do projeto, ele se distingue por obedecer a certos padrões de intervenção a partir do respeito à história e à espacialidade de todo o conjunto. Também, ao analisar as outras propostas que concorreram com o projeto vencedor, nota-se a intenção econômica, através do qual foi possível realizar todas as intenções projetuais sem demandar outras construções, extraindo da estrutura existente o seu máximo potencial; o que, ao contrário, deixaria mais onerosa a sua concretização, fator esse que implicou no resultado favorável ao escritório vencedor.

- ASPECTOS COMPLEMENTARES

Ao propor um olhar sobre a aplicação das normas de acessibilidade no projeto, percebe-se a falta de circulações acessíveis dentro do auditório, ficando restrito o acesso somente às pessoas com boa locomoção. O mesmo ocorre com o acesso à edificação que abriga as áreas de serviço, visto que,

devido à manutenção da edificação original, a mesma só dispõe de escadaria na sua entrada. Já no que se refere aos banheiros, não foi possível identificar as suas condições, devido à baixa qualidade das imagens.



**FIGURA 41: Rampa de acesso ao auditório.**  
Fonte: concursosdeprojeto.org, 2016.



**FIGURA 42: Edifício administrativo.**  
Fonte: www.vitruvius.com.br, 2016.

Fora os inconvenientes anteriormente mencionado, ao longo dos percursos e acessos restante ficou constatado a presença de rampas para a transposição dos níveis impostos pela implantação. Também é importante salientar que, devido à inexistência de pavimentos superiores em todos os edifícios, não foi preciso a utilização de elevadores ou plataformas elevatórias. Já no que se refere à local próprio para estacionamento, ficou constatado a presença de área específica para tal, além do mais, o lote possui dimensões suficiente para a acomodação de grande demanda de automóveis.

No que diz respeito às estratégias para iluminação e ventilação, foi possível observar somente o uso de ventilação mecânica no auditório, já nos outros ambientes, devido ao caráter funcional e pela presença de inúmeras aberturas para o exterior, não foi necessário a instalação de condicionadores de ar. O mesmo ocorre com o uso da iluminação artificial, sendo sua presença notada massivamente no auditório e nas áreas de exposição, justificado pela necessidade no controle da incidência devido às atividades que são desenvolvidas nesses ambientes. Um dos pontos de fundamental importância e positivo avaliado é a utilização da iluminação externa em todos os edifícios, criando cenários e valorizando as linhas e texturas de todo o conjunto. Outro ponto se refere à utilização dos espelhos d'água (não construídos porém previstos no projeto) como elemento de renovação da temperatura e

manutenção do clima, além da sua importância como elemento estético e paisagístico.

<b>CENTRO CULTURAL DE ARARAS</b>	
ARQUITETOS	AUM Arquitetos: André Dantas, Bruno Vitorino, Renato Marta; André Luque e Fernando Botton.
CIDADE/ANO INAUGURAÇÃO	Araras, São Paulo. 2010.
TIPO DE INTERVENÇÃO	- Utilização de ruína; - Adaptação a novos usos; - Adição de anexos independentes.
USO	- Cultural; - Educativo.
IDENTIDADE	- Integração do conjunto de edifícios; - Adequação ao novo programa; - Restaurações e cópias de partes faltantes; - Contraposição estética.
PLÁSTICA	Incorporação de novo edifício com manutenção do gabarito, porém com contraposição tecnológica.

**QUADRO 07.** Síntese das características intervencionistas no projeto do Centro Cultural de Araras.

Fonte: O autor, 2016.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS ESTUDOS

Em geral, os estudos correlatos se mostraram de grande importância no presente trabalho, por ajudar na compreensão do funcionamento e espacialização dos ambientes a serem projetados e na constatação, na prática, de exemplos de intervenção em edifícios históricos já em funcionamento.

Os projetos que foram investigados e apresentados aqui são os que se desenvolveram de forma mais aprofundada e abrangente. Eles se configuraram como principal fonte de informações, tanto a respeito da funcionalidade quanto em relação ao partido que será adotado na intervenção proposta. Segue abaixo um quadro síntese da análise dos correlatos, levando em consideração os principais aspectos, a serem utilizados no desenvolvimento projetual da intervenção: forma, uso e tectônica.



PROJETO	CATEGORIA	AVALIAÇÃO
CENTRO DE LAZER SESC POMPÉIA	FORMA	Contraposição formal nos anexos inseridos;
		Preservação das características arquitetônicas nos edifícios antigos;
		Integridade do conjunto com identificação do seu momento histórico.
	USO	Aproveitamento parcial da estrutura existente;
		Ampliação dos ambientes internos com remoção de paredes;
		Acessibilidade prejudicada;
		Verticalização no programa dos novos anexos;
	TECTÔNICA	Setorização do programa;
		Uso do concreto nas fachadas dos novos edifícios como elemento de contraposição histórica;
JARDIM DAS ARTES DE MAŁOPOLSKA	FORMA	Elementos internos inseridos com uso de materiais contemporâneos (tinta, componentes elétricos, caixilharia, etc).
		Contraposição formal com o entorno edificado;
		Linearidade e manutenção do gabarito com o entorno;
	USO	Simetria e hierarquia.
		Nova ordem espacial introduzida com integração ao passeio público;
		Verticalização no programa dos novos anexos;
		Acessibilidade contemplada parcialmente;
	TECTÔNICA	Setorização do programa.
		Reaproveitamento de materiais da antiga edificação;
Contraposição material com entorno;		
CENTRO CULTURAL DE ARARAS	FORMA	Modernização das fachadas com uso de estruturas metálicas e vidro.
		Contraposição estética no novo anexo;
		Manutenção do gabarito e linearidade na relação do conjunto com nova edificação;
	USO	Integridade do conjunto com identificação do seu momento histórico.
		Horizontalidade no novo programa;
		Manutenção da espacialidade interna dos edifícios antigos;
	TECTÔNICA	Acessibilidade contemplada parcialmente.
		Recriação de peças e estruturas faltantes com cópia fiel à original;
		Utilização de pele metálica no novo bloco reafirmando a contraposição histórica do conjunto ao novo elemento;
Elementos internos inseridos com uso de materiais contemporâneos (tinta, componentes elétricos, caixilharia, etc).		

**QUADRO 08.** Avaliação sintética dos estudos correlatos.

Fonte: O autor, 2016.





#### 4. HISTÓRICO DOS EDIFÍCIOS

No final do século XVIII, a cidade de Campina Grande acabou se tornando um ponto estratégico dentro do estado, em virtude da sua privilegiada localização geográfica, que contribuía com desenvolvimento da cidade por meio da atividade comercial intensa e dos inúmeros viajantes, servindo de entreposto entre o interior e a capital, João Pessoa. Com a intensificação da produção algodoeira no estado, um impulso na “modernização” dos meios de escoamento de toda essa produção era necessário.

O desejo de implantação de uma linha ferroviária que ligasse Campina à João Pessoa era antigo, mas somente em 1903, Cristiano Lauritzen, que viria a se tornar o prefeito da cidade, conseguiu reunir recursos e apoio federal para a construção de uma linha ferroviária. As obras se iniciaram em 1904, sendo inaugurada, oficialmente, em 2 de outubro de 1907, com a chegada do primeiro trem à cidade da companhia, de origem inglesa, Great Western do Brasil.

As mudanças promovidas pela implantação da estação da *The Great Western of Brazil Railway* (GWBR), a atual “Estação Velha”, não ficaram restritas somente à esfera arquitetônica pela ativa participação de engenheiros e arquitetos ingleses; elas foram sentidas em todas as camadas econômicas e sociais da cidade. Nesse sentido, Queiroz (2010) evidencia o panorama com a chegada do trem à cidade:

Em 1907, a instalação do terminal da ferrovia inglesa Great Western Brasil Railway dinamizou a economia local. [...] Tal fato gerou um vertiginoso incremento populacional e, conseqüentemente, urbano. [...] Desse modo, o trem foi um dos propulsores e símbolos da modernidade campinense. (QUEIROZ, 2010, p. 104)

Anexo ao edifício principal da estação foi construído um edifício, com espacialidade interna semelhante a pequenos galpões, que eram destinados a abrigar a produção algodoeira oriunda do entorno de Campina Grande; salientando que a cidade não produzia tal matéria prima, apenas beneficiava e prensava a produção para realizar a exportação da mesma.

O apogeu e euforia das atividades ligadas à estação GWBR declinaram após a chegada dos veículos motorizados, que, apesar de ampliarem as alternativas de escoamento da produção, acabou acarretando a diminuição de sua importância. A estação ainda continuou funcionando no transporte de

cargas comerciais e passageiros por décadas, mas sofreu novo abalo em seu funcionamento com a instalação da Estação Nova, em 1961, localizada no bairro do Quarenta, fazendo com que seus galpões fossem desativados, até posteriormente, adquirirem novos usos.

Mediante a necessidade de se promover uma arquitetura que acompanhasse o desenvolvimento da época, houve esforços<sup>7</sup> governamentais na época, envoltos nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, para a promoção na arquitetura dessa nova identidade moderna que se instalara. Assim, Queiroz (2010, p. 107) comenta que “(...) desejava-se alguma modernidade, mesmo que apenas aparente. A casa, o escritório, o comércio; os ambientes do morar, do trabalhar e do se divertir, ainda que conservando antigas práticas espaciais e técnico-construtivas, deveriam espelhar em suas fachadas e para o espaço público de ruas, praças e avenidas o espírito de renovação, de modernização da época”.

Contudo, as alterações arquitetônicas empregadas para expressar essa conjuntura social, contemplaram apenas (apesar da larga escala no contexto da época), as propriedades mais próximas à centralidade urbana, não acometendo os edifícios objeto de estudo, que preservam até hoje, quase que em sua totalidade, as características estéticas originais.

Mostrando-se preocupado com o desenvolvimento da cidade, em 1974, o então prefeito Evaldo Cavalcanti Cruz elabora o Programa Trienal (1974-1976). O programa, além de outros investimentos, se propôs promover benfeitorias no sistema viário e de transporte, com a pavimentação de ruas e avenidas e a construção de uma nova estação rodoviária, além de contemplar o pátio da Estação Velha com a urbanização do seu sítio.

A proposta inseria os galpões da Estação Velha aos contornos urbanos da cidade através da introdução de áreas verdes e áreas de estar, além da destinação de espaço físico para instalação de pontos comerciais; mas apesar de o desenvolvimento projetual ter ocorrido, havendo uma proposta consolidada (figura 43), a ação prevista no plano não foi efetivada pela falta de recursos.

---

<sup>7</sup> Esforços mencionados por Queiroz (2010) através de um panorama da ambiência cultural campinense da primeira metade do século XX, século esse que deu base à instauração de uma arquitetura de estilo predominante art déco em Campina Grande.



**FIGURA 43: Croqui do projeto de urbanização do pátio da Estação Velha proposto pelo Plano Trienal de Evaldo Cruz.**  
 Fonte: Reprodução. Programa Trienal de Campina Grande (1974-1976). Campina Grande: Grafset, 1974.

Outras tentativas a fim de retomar a vitalidade do complexo ferroviário foram realizadas, principalmente com a utilização dos galpões como pontos comerciais, ofertando opções de lazer mediante a instalação de boates, bares e restaurantes, como é o caso do Restaurante Turístico e da Boate Maria Fumaça na década de 1980 e do Lenon Pub e da Cachaçaria, esses últimos já em meados da década dos anos 2000.

Nesse panorama, o Museu do Algodão que ali se encontra instalado, acabou se tornando o único motivo de apropriação às instalações desse complexo por parte da comunidade, abrindo as suas portas diariamente e tendo suas visitas intensificadas durante o período dos festejos juninos.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o atual Museu do Algodão, foi criado na década de 1970 com a denominação de Museu do Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPA), sendo que hoje em dia é administrado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande. Suas atividades museológicas ocupam quase todos os ambientes do edifício, onde é exposta a história do algodão como propulsor do desenvolvimento da cidade. Já a área dos antigos armazéns; apesar de sua importância histórica por ser parte integrante do antigo complexo ferroviário da GWBR, encontra-se em estágio de degradação, não aparente, mas constatado através de visitas técnicas feita ao local.

Durante o governo de 2001, dentre outros bens, foi determinado o tombamento da “Estação Velha”, assim, a edificação passou a ser considerada como Patrimônio Histórico Público da Paraíba, mas esse processo não se deu de forma completa, visto que, para a determinação do tombamento de um bem é necessário seguir etapas metodológicas bem definidas, regulamentadas e fiscalizadas pelo IPHAEP, transformando o tombamento numa mera catalogação ou denominação a que se submete.

A atual e aparente conservação dos galpões se deve ao fato da mesma ter sido promovida pela construtora Fronteira Construções Incorporações e Vendas Ltda. Essa ação se desenvolveu pela irregularidade na exploração, por parte da empresa, sobre o terreno onde se encontrava a fábrica da Empresa Nacional de Bebidas “Caranguejo”, ao demolir a chaminé da antiga fábrica que era tombada por decreto municipal. Dessa forma, o Ministério Público da Paraíba firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa, de maneira que ela efetuasse uma reforma nos galpões da Estação Velha. No entanto o que foi verificado é a ausência do procedimento exigido pelas autoridades, ficando a reforma restrita somente à manutenção da pintura da fachada e a renovação da cobertura dos galpões.

Inegavelmente, os edifícios em questão, que serão alvo de requalificação, apresentam grande valor histórico e arquitetônico para a cidade, pois sua construção traz consigo todas as características intrínsecas ao desenvolvimento da sociedade através do bom desenvolvimento da economia, que via através da chegada do trem à cidade, novos anseios em relação ao futuro.

## **5. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO SÍTIO E DAS EDIFICAÇÕES**

### **5.1 O ENTORNO IMEDIATO**

A Estação Velha, objeto de estudo do presente trabalho, está localizada no município de Campina Grande - Paraíba, inserida no bairro Estação Velha (figura 44), na Rua Benjamin Constant, sem número. Especificamente, a Estação é ladeada na porção sudoeste por um extenso terreno ainda inabitado e sem infraestrutura, sendo o mesmo, parte integrante da Zona Especial de

Interesse Social<sup>8</sup>. Essa área, por vezes, é adotada informalmente como campo de futebol pela comunidade na qual está inserida, mas também é utilizada como depósito de lixo a céu aberto, como podemos observar nas figuras 45 e 46.



**FIGURA 44: Localização destacada em vermelho, na escala nacional, estadual e municipal, da área objeto de estudo.**

Fonte: Bruno Araújo e Darlan Campos. Editado pelo autor.

Na porção noroeste encontra-se o supermercado Hiper Bompreço. Ele exerce grande influência sobre o terreno devido a sua exploração como ponto de estacionamento. Também, em virtude das suas dimensões, o supermercado se torna uma barreira visual em relação aos galpões da estação, que fica por

<sup>8</sup> Prevista no Plano Diretor do Município de Campina Grande – PB, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são porções do território municipal que têm por objetivo assegurar a função social da cidade e da propriedade, sendo prioritariamente destinadas à regularização fundiária, à urbanização e à produção de habitação de interesse social.

trás do campo visual do principal fluxo de automóveis e pedestres, oriundo do centro da cidade através da Rua Miguel Couto e de outros bairros da cidade por meio da Rua Dr. Severino Cruz que margeia o Açude Velho.



**FIGURA 45:** Terreno na porção sul/oeste do objeto de estudo servindo de depósito de lixo.

Fonte: Google Earth.



**FIGURA 46:** Terreno na porção sul/oeste do objeto de estudo servindo de depósito de lixo, com vista ao fundo da Estação Velha.

Fonte: Google Earth.

Já na porção nordeste, após cruzarmos a Rua Benjamin Constant, encontra-se em fase de construção um complexo multiuso, onde abrigará edifícios habitacionais e um empresarial; elemento esse, que contribuirá para o desenvolvimento local da área, tendo que ser considerado as novas visuais e fluxos que estarão presentes após a sua conclusão, bem como influirá na incidência dos condicionantes naturais sobre a área de estudo, visto as grandes proporções arquitetônicas do empreendimento. Na figura abaixo podemos observar e compreender melhor a área objeto de estudo inserida no contexto urbano da cidade e suas relações com o entorno.

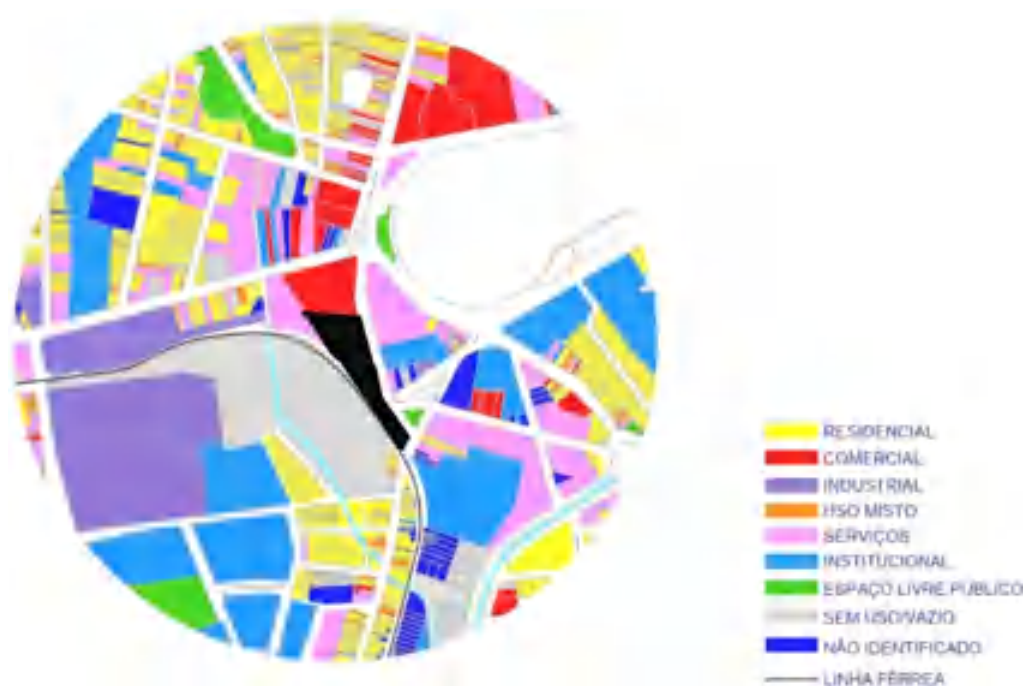


**FIGURA 47:** Localização destacada em vermelho da área objeto de estudo.

Fonte: Google Mapas / Google Earth.

Nota: Modificado pelo autor, 2016.

Para melhorar a compreensão do entorno, elaborou-se um mapa de uso e ocupação do solo (figura 48), que equivale a um raio de 500m a partir da área de intervenção, caracterizando uma unidade de vizinhança. Nele é possível observar as características funcionais das edificações ao redor do objeto de estudo, potencializando o entendimento da área em questão.



**FIGURA 48:** Mapa de uso e ocupação do solo da vizinhança da área de estudo. Com destaque para a área de intervenção, ao centro e em preto.

Fonte: Acervo do autor, 2016.

É possível observar através da análise do mapa de uso e ocupação do solo que a área levantada apresenta diversidade de uso, mas possui certa equiparidade, quando tratamos da quantidade de área, em espaços residenciais e institucionais. A concentração de residências é maior na proximidade sul da área de estudo, compreendendo ainda o bairro da Estação Velha e também na porção mais ao norte do levantamento, que está inserida no bairro do Centro. Já a presença de unidades institucionais é notada pela presença de órgãos governamentais e instituições de ensino. Ainda podemos notar grandes áreas destinadas à indústria, notadamente pelas instalações da Vitamilho e da Companhia Rio do Peixe.

Quanto aos eixos de circulação e vias de acesso ao local da intervenção, ela se dá exclusivamente pela Rua Benjamin Constant (via de sentido único), que recebe o tráfego da Rua Miguel Couto e da Rua Dr. Severino Cruz, se



conformando numa rua coletora, por reunir um fluxo considerável de veículos e distribuí-lo a diversos bairros da cidade; conforma-se assim, uma via com tráfego regular, intensificado nos horários de pico. Já no que se refere ao transporte público que atende à área; de acordo com a Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP) de Campina Grande, dentre as 48 rotas de ônibus que transitam pela cidade, apenas uma tem parada no local de estudo: a linha 404. Apesar da pouca oferta para o local, nas imediações (Rua Vigário Calixto e Av. Prof. Almeida Barreto) circulam 5 rotas de ônibus que abrangem boa parte da cidade.

Por fim, vale ressaltar algumas percepções apreendidas na análise: nas concentrações residenciais ao norte e ao sul da área de estudo é perceptível a diferença das classes sociais que configuram cada porção, sendo a zona sul, uma área com habitações mais simples e popular, ao contrário das unidades residenciais da porção norte, com edificações, no geral, com melhor padrão de acabamento. Também é importante salientar que nessa conformação geral da paisagem urbana, a linha férrea que corta a cidade e que tangencia a área de estudo, em concordância com as teorias de Lynch (1988), acaba por se tornar um limite visível na espacialização da cidade - em especial na área objeto de estudo - fragmentando a paisagem em zonas distintas, com desigual forma de ocupação urbana.

## **5.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E ATUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO**

De maneira a permitir a delimitação da área de estudo, convencionou-se trabalhar exclusivamente com os limites urbanos e espaciais que compõem todo o complexo ferroviário da Estação Velha de Campina Grande, compreendendo o edifício sede e também o dos galpões, bem como suas áreas de circulação externa e estacionamentos, conformando uma área total de aproximadamente 7300m<sup>2</sup>, sendo que destes, apenas 803,11m<sup>2</sup> são de área útil construída, que condiz às áreas do edifício sede e dos galpões juntamente.

De acordo com o Manual de Preservação de Edificações Ferroviárias Antigas da RFFSA (1991), a extinta Rede Ferroviária Federal S.A., o programa básico de uma estação de médio porte, como é o caso, se configurava da seguinte forma:

“As estações de médio porte, construídas em pólos ferroviários importantes, além das áreas citadas anteriormente (sala do agente, sala do telégrafo e o hall com bilheteria) para estações de pequeno porte, possui bagageiro e o pavimento superior, onde se encontra a casa do agente ou escritório. Em alguns dos casos, o armazém de cargas funciona em prédio independente”. (RFFSA, 1991)

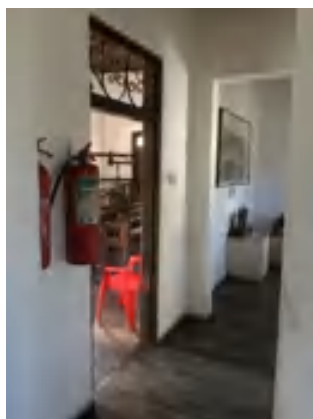
O sítio do edifício sede possui uma área total de 2875m<sup>2</sup> sendo 215,06m<sup>2</sup> de área útil construída, que conta com diversos espaços onde a sua ambiência foi descaracterizada da original por abrigar atualmente o Museu do Algodão. Apesar da descaracterização, contempla o programa básico para as estações de médio porte explicitado pelo Manual da RFFSA. Ele possui características específicas do momento histórico em que fora construída, com traços arquitetônicos simples, porém representativos da companhia inglesa que a construiu, a GWRB: como as esquadrias e as aberturas em arco abatido.

No interior do edifício principal, encontramos um piso em blocos de concreto (30x60) no térreo (figura 49) e tabuado de madeira lisa no 1º pavimento (figura 50); possui um embasamento em pedra e aparentemente alvenaria em pedra portante devido à espessura de suas paredes, como observado na figura 51; esquadrias em madeira e bandeiras com ornamentos em ferro (figura 52); a escada e o seu peitoril interno (figura 53) também são em madeira; o forro (figura 54) é de tabuado de madeira lisa. Já a sua cobertura (figura 55) possui telhado em duas águas no térreo e no 1º pavimento, uma perpendicular às demais; o telhado possui ainda estrutura em madeira com telhas coloniais e beirais sustentados por mãos francesas também em madeira (figura 56); apenas na parte externa à oeste é que o telhado é sustentado por pilastras de ferro com adornos (figura 57), local esse onde servia de embarque e desembarque para os passageiros.

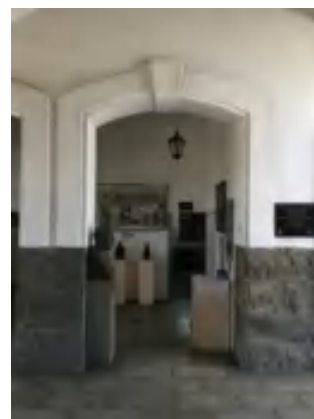
Na parte externa do edifício é possível observar com as figuras 58 e 59 a simetria das esquadrias que compõem todas as suas fachadas, apesar do edifício manifestar nuances de uma assimetria. Toda a sua base apresenta uma cadeia de pedras “rachão” que promove unidade visual. Contornadas por vergas de arco abatido, as janelas e portas secundárias dão ritmo e promovem um jogo de cheios e vazios; apenas as portas principais opostas, que dão para o hall de entrada e para a área de embarque e desembarque, possuem vergas de arco pleno com ranhuras semelhantes às encontradas nos cunhais das pilastras. Um falso óculo coroa o encontro das empenas do telhado.



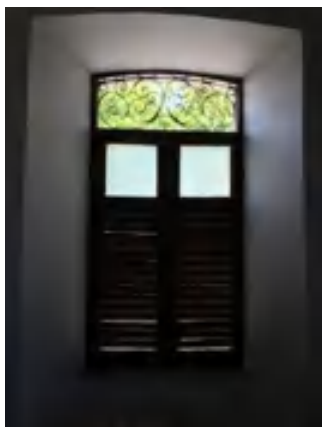
**FIGURA 49: Detalhe piso.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



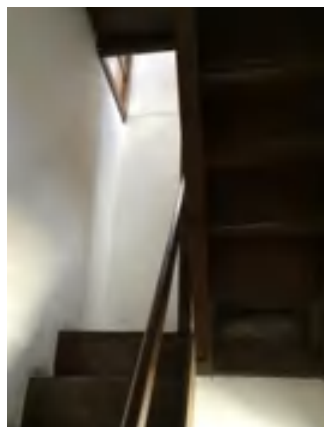
**FIGURA 50: Piso em madeira.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



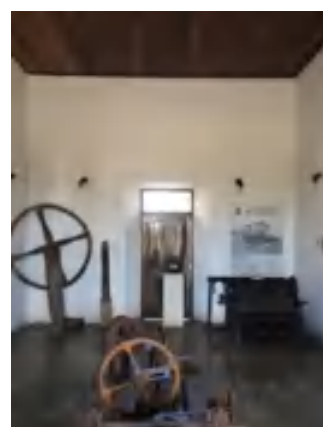
**FIGURA 51: Detalhe alvenaria**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



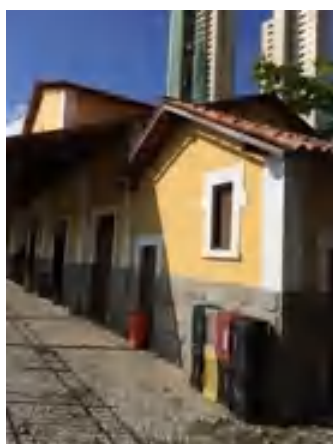
**FIGURA 52: Detalhe janela.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



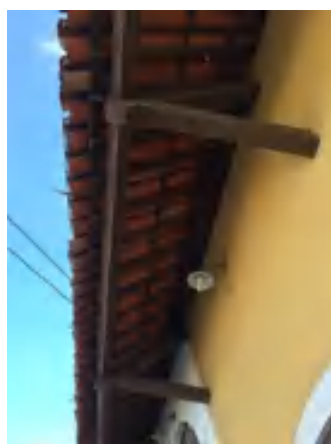
**FIGURA 53: Detalhe escada.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 54: Detalhe forro.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 55: Telhados.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 56: Detalhe telhado.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 57: Detalhe pilastra.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 58: Fachada nordeste.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 59: Fachada noroeste/sudoeste.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.

A área externa ao edifício principal da Estação Velha é contemplada por uma extensa área livre e que conta com a presença de pequenos canteiros de vegetação, um pequeno quiosque de estrutura metálica (figura 60) sem valor arquitetônico e uma pequena edificação (figura 61) feita em homenagem ao centenário da chegada do trem à cidade, onde está exposto um exemplar de um trem “Maria Fumaça”. Esta última edificação empreendida no lote acabou sendo uma inserção com características de mimetismo por conter elementos arquitetônicos iguais ao edifício sede e aos galpões, forçando um momento histórico não existente e confundindo a percepção espacial do observador. Toda essa área que tange a edificação principal e que fora explicitada até aqui é circundada por uma grade de proteção, separando o edifício sede dos antigos armazéns de estocagem.



**FIGURA 60: Quiosque.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 61: Edificação em homenagem ao centenário da chegada do trem.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.

O edifício dos galpões está inserido numa área com tamanho aproximado de 4500m<sup>2</sup>, mas com apenas 588,05m<sup>2</sup> de área útil construída. A edificação

possui os mesmos elementos arquitetônicos encontrados no edifício sede, conta com o piso de lajotas de concreto, embasamento da alvenaria feita com pedras do tipo “rachão” e complemento dos grandes blocos de tijolos maciço muito comum na época, como podemos constatar através das figuras 62 e 63. Sua cobertura é predominantemente composta por duas águas, sendo diferenciada com apenas uma água numa pequena porção do edifício que fica à sudeste, onde antes funcionava a parte administrativa dos galpões. Já a sua estrutura é composta por cumeeira, caibros, ripas e terças, sustentada por diversas tesouras ao longo de toda a sua extensão. Também não possui vedação com forro, evidenciando toda a sua estrutura.



**FIGURA 62: Interior dos galpões.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 63: Detalhe da porta, da cercadura e do tipo de alvenaria.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.

Analisando as suas fachadas (figuras 64 e 65), os galpões apresentam ritmo e simetria igualmente como o edifício sede, que fica notavelmente explícito através dos montantes de concreto que marcam a cobertura, a faixa de pedra rachão que horizontaliza o visual, as cercaduras que emolduram as portas e por fim, as mãos francesas que contribuem no jogo de simetria.



**FIGURA 64: Fachada sudoeste/sudeste.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 65: Fachada nordeste.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016

É importante ressaltar alguns pontos sobre o levantamento realizado no local: o acesso aos galpões foi dificultado pelo considerável número de dependentes químicos e moradores de rua que tomaram conta do local e que ali fazem morada; também ficou prejudicada a análise arquitetônica e espacial devido à impossibilidade no acesso ao terreno adjunto à fachada noroeste, que se encontra totalmente murado e sem conexão ao interior do galpão (ver figura 66).



**FIGURA 66: Vista aérea dos galpões. Destacado em vermelho a área sem acesso.**  
Fonte: André Pimentel, 2015.

No que concerne à topografia do lugar, o conjunto de edificações da Estação Velha encontra-se em um mesmo nível topográfico, havendo diferença apenas em relação à Rua Benjamin Constant que margeia a área de estudo; pois ela possui certa inclinação em relação à área, à medida que se percorre o



seu itinerário norte/sul, havendo desnível de até 1,55m ao final da área de estudo.

No que se refere ao estado de conservação em que se encontram todas as edificações mencionadas até aqui, os galpões encontram-se mais deteriorado do que o edifício sede, visto que eles são subutilizados não havendo nenhuma atividade dentro das suas dependências. Mais especificamente, devido à falta de manutenção nos galpões, ficou constatada a presença de focos de cupim (figura 67) em inúmeros pontos da edificação, comprometendo não só visualmente como também vários elementos da sua estrutura em madeira.

Em boa parte do interior dos galpões, encontram-se sinais de sujeidade, ocasionados principalmente pelo verdadeiro depósito de entulho que ali se instalou, como podemos perceber através da figura 68. O piso interno também sofreu modificações ao longo do tempo (figura 69), apesar disso, a maior parte encontra-se em estado original.

As portas estão em bom estado, sofreram apenas algumas avarias e desgaste natural ocasionado pelo fator tempo e manutenção; sendo importante ressaltar que uma de suas portas, localizada na fachada sudeste, encontra-se fechada com alvenaria, restando apenas partes da cercadura que a envolviam (figura 70).

O telhado, ainda que tenha sofrido reparos a poucos anos atrás, encontra-se com ausência de telhas em alguns locais (figura 71), bem como telhas deslocadas e quebradas. Já as fachadas, além da presença dos cupins, possuem focos de sujidades ao longo de todo o seu corpo, tudo isso devido, principalmente, à falta de manutenção e também à sua subutilização.



**FIGURA 67: Foco de cupim.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 68: Depósito de entulho no galpão.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 69: Piso original removido.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 70: Porta removida.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



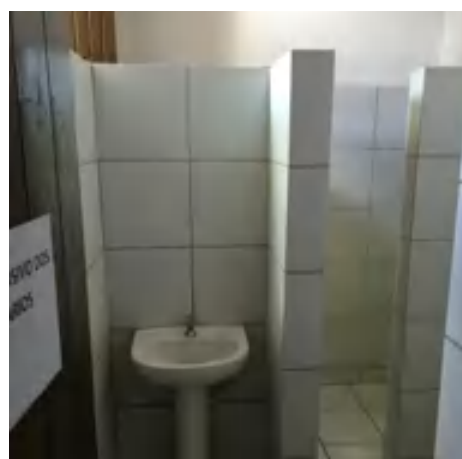
**FIGURA 71: Ausência de telhas.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.

Já ao analisar o atual estado do edifício sede da Estação Velha, vemos um significativo cuidado quando comparado aos galpões. Mediante o novo uso que foi dado foi necessário fazer algumas mudanças.

O pequeno anexo (figura 72), conjugado ao edifício principal, foi reformulado para abrigar, além da copa, o banheiro social e o de funcionários (figura 73), desconfigurando sua espacialidade e os acabamentos originais; além disso, as portas que davam acesso ao exterior da edificação através desse anexo foram fechadas por alvenaria na sua parte interior, permanecendo apenas na fachada a composição original, deixando assim, de serem utilizadas como acesso.



**FIGURA 72: Pequeno anexo ao edifício sede onde suas portas foram fechadas por alvenaria na parte interior.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 73: Banheiro dos funcionários com acabamentos não originais.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.

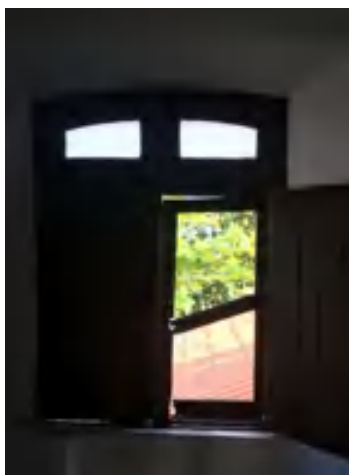


Sujidades em diversas paredes internas (figura 74), problemas em algumas esquadrias (figura 75) e sinais de fadiga do piso em madeira do 1º pavimento (figura 76), indicam certo descuido com a manutenção do bem. Já ao verificar a área externa, podemos notar a falta de conservação do piso de pedras portuguesas que recobre toda a área, que, em diversos pontos, há desprendimento das pedras.



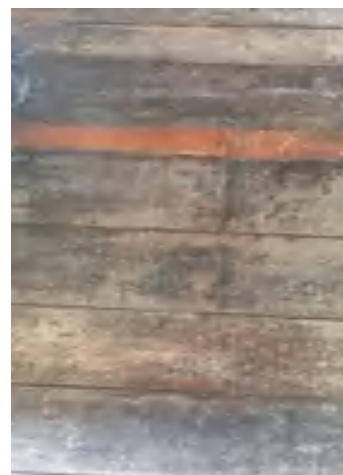
**FIGURA 74: Sujidades no acesso ao banheiro.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 75: Esquadria danificada.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 76: Piso original de madeira do 1º pavimento desgastado.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

É importante esclarecer que o levantamento e mapeamento de todo o complexo ferroviário foi realizado durante esta etapa do trabalho, sendo que, todo esse processo se deu a partir das plantas dos galpões fornecidas por André Pimentel, onde o mesmo realizou tal procedimento para o seu trabalho de conclusão de curso, onde obteve como resultado final um inventário arquitetônico do lugar. Com essas plantas em mãos, viu-se a necessidade de constatar tal levantamento, de modo que algumas medidas aleatórias foram verificadas, sendo certificado a veracidade das informações contidas nas plantas. A partir daí procedeu-se com o levantamento do edifício sede e do entorno das edificações (áreas externas e estacionamentos).

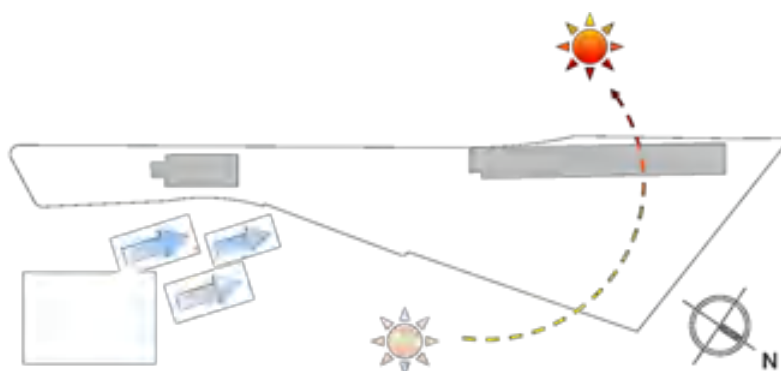
## **6. ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS**

Aqui, num primeiro momento, serão expostos e avaliados os fatores que exercem influência nas perspectivas térmicas, luminosas e acústicas; os quais

irão nortear as futuras decisões projetuais, como a espacialização dos ambientes, a distribuição das aberturas, o uso de elementos de sombreamento, bem como a melhor utilização da iluminação artificial e o sistema de condicionamento de ar, entre outras, a fim de elevar a eficiência energética da edificação e assim, melhorar qualitativamente o seu interior. Já num segundo momento, serão elencados alguns dos principais condicionantes legais a serem levados em consideração durante o desenvolvimento do projeto. Sendo esses condicionantes legais, o conjunto de leis e normas que regem o tipo de intervenção proposto, trazendo consigo, suas limitações e concessões, bem como as suas especificações legais.

### 6.1 CONDICIONANTES FÍSICO-AMBIENTAIS

Pela trajetória solar explicitada através da figura 77, percebe-se que todas as fachadas voltadas para o terreno vazio, que se encontra na posição sudoeste do complexo ferroviário, recebem maior incidência solar no período da tarde, já que está orientada para o sol poente. Essa incidência é intensificada pela falta de barreiras físicas e ausência de vegetação de grande porte no local. Já as fachadas da estação e dos galpões voltadas para a Rua Benjamin Constant (porção nordeste), são privilegiadas pela incidência do sol nascente que, de certa forma, ainda é atenuada (principalmente no edifício dos galpões) em razão das novas edificações em construção no entorno, no qual geram sombra em certo período da manhã.



**FIGURA 77: Condicionantes ambientais do sítio.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

É importante aludir que, como as paredes externas são bastante espessas, características de edifícios antigos, a troca de calor do meio externo

com o interno da edificação é retardada, já se configurando como uma boa estratégia de conforto térmico, mesmo que não intencional.

Ainda através da investigação acerca da figura 77, podemos observar a incidência dos ventos sobre a área de estudo, que de acordo com o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), são ventos de predominância do quadrante sudeste, mas como principal variação também encontramos de origem leste, sendo assim, fica constatado o favorecimento de toda a fachada que margeia a Rua Benjamin Constant. Na relação da incidência dos ventos com o entorno edificado, não é observado nenhum prejuízo nesse sentido, pois todo o complexo ferroviário encontra-se distante das edificações vizinhas que poderiam dificultar ou mesmo mudar a sua direção. Vale salientar que a direção dessa ventilação será determinante na disposição das partes novas a serem construídas, de forma que aproveitem os ventos dominantes.

## 6.2 CONDICIONANTES LEGAIS

Para este trabalho, serão utilizadas como parâmetro as seguintes legislações: o Plano Diretor de Campina Grande (Lei Complementar Nº 003, de 09 de Outubro de 2006); o Código de Obras do Município de Campina Grande (Lei Nº 5410/13, de 23 de Dezembro de 2013); a norma de acessibilidade NBR 9050/2015 e, por fim, as recomendações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP).

O Plano Diretor de Campina Grande estabelece ações para a estruturação do espaço urbano, visando ao desenvolvimento integrado entre a área urbana e rural do território do Município. De acordo com ele, a área de intervenção, que está inserida na Macrozona Urbana do município, é parte integrante da Zona de Recuperação Urbana.

Conforme esse instrumento, a Zona de Recuperação Urbana se caracteriza pelo uso predominantemente residencial, com carência de infraestrutura e equipamentos públicos e incidência de loteamentos irregulares e núcleos habitacionais de baixa renda. Dentro dos Objetivos Gerais da Gestão Urbana a serem desenvolvidos dentro de tal zona, encontra-se um em específico que corrobora na eficiência do objetivo do presente estudo, que diz:

implantar equipamentos públicos, espaços verdes e de lazer. No caso, o incentivo à cultural e o provimento de um equipamento público e de lazer fruto do presente trabalho, se faz pertinente dentro da área de estudo.

Ainda é possível observar que o Plano Diretor, em seu Capítulo V – Do Patrimônio Cultural, apóia a preservação e a valorização do legado cultural e patrimonial transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões materiais e imateriais. Enfatizando o mesmo princípio de consideração com os seus bens, o Plano, em seu Artigo 121, objetiva tornar reconhecido pelos cidadãos, e apropriado pela cidade, o valor cultural do patrimônio, com ressalva para que esse patrimônio arquitetônico tenha usos compatíveis com a edificação.

Dois outros pontos de extrema importância levantados através da análise do Plano Diretor remetem aos objetivos e às diretrizes da Política Municipal de Turismo, que entende ser significativa a promoção de atividades turísticas, integradas à sociedade, de modo a proporcionar o desenvolvimento não só cultural da cidade, mas a social, e também depreende a necessidade de identificação e consolidação das áreas potencialmente turísticas; como podemos observar através do item II e IV do Art. 125 e do item V do Art. 126, ambos do Capítulo VI:

**Art. 125.** São objetivos da Política Municipal de Turismo:

**II** – definir políticas públicas para o desenvolvimento da atividade de turismo e de eventos no Município, fomentando projetos de roteiros e eventos turísticos para Campina Grande;

**IV** – promover programas, projetos e ações turísticas integradas com a dinâmica das atividades sociais, econômicas, culturais e de lazer realizadas pelo Município;

**Art. 126.** Constituem diretrizes da Política Municipal de Turismo:

**V** – a identificação das áreas turísticas atrativas e prioritárias ainda não consolidadas, realizando investimentos em infra-estrutura, controle urbano dos espaços públicos e incentivos à preservação de suas características singulares, levando-se em conta os interesses sociais como geração de emprego e renda e preservação dos patrimônios histórico e ambiental.

O Código de Obras do Município de Campina Grande incide sobre o disciplinamento geral e específico dos projetos e execuções de obras e instalações de natureza técnica, estrutural e funcional, orientando acerca de toda e qualquer obra de construção, ampliação, reforma ou demolição.

O Código estabelece para a área de estudo restrições distintas. Ele recomenda que se obedeça às normas específicas dos órgãos competentes de proteção arquitetônica, visto a edificação ser um patrimônio histórico municipal,

sendo assim, maiores especificações de manejo para com o edifício devem seguir as especificidades contidas nas normas de proteção ao patrimônio nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Considerando a intenção do programa a ser implantando na área objeto de estudo e de acordo com o Código, as edificações se classificam em *Especiais*, pois se destinam a locais de reuniões bem como se prestam ao desenvolvimento de atividades de cultura, recreação e lazer, com isso, deve-se levar em conta alguns itens e recomendações contidos na norma, como: instalação de renovação mecânica de ar nas salas de espetáculos e de danças (Art. 197); índice mínimo de afastamento, laterais e de fundo, não inferior a 2,00m (Art. 257); pé direito mínimo de 2,50m para ambientes de permanência prolongada e de 2,40m para ambientes de permanência transitória (Art. 287); área útil mínima de 9,00m<sup>2</sup> para os compartimentos de permanência prolongada e de 1,50m<sup>2</sup> para os de permanência transitória (Art. 288); nos locais de reunião deverão ser levados em consideração a metragem mínima de 1,0m<sup>2</sup>/pessoa para lugares com assentos e o mínimo de 0,40m<sup>2</sup>/pessoa para lugares em que não hajam assentos (Art. 297).

Se tratando da acessibilidade universal, entre tantos outros parâmetros legais, o Código corrobora com a conduta da NBR 9050/2015 ao enunciar em seu Art. 331 que “todas as rampas e escadas para uso comum ou coletivo deverão garantir acesso de pessoas portadoras de deficiência (...)”. Dessa forma, o emprego de uma postura de projeto que leve em consideração as normas acessíveis, devem ser postas em prática, de modo que esse fator seja relevante na concepção projetual.

O quadro a seguir resume as prescrições urbanísticas para o local do conjunto arquitetônico estudado de acordo com o Código de Obras da cidade, sem levar em considerações todas as demais legislações que recaem sobre a área.

<b>Coeficiente de aproveitamento</b>	<b>Taxa de ocupação</b>	<b>Recuos</b>	<b>Estacionamento</b>
4,0	75%	2,00m (laterais e fundo) 5,00m (frontal)	1 vaga para 50m <sup>2</sup> (sendo 3% para deficientes físicos e 20% para motocicletas)

**QUADRO 09.** Prescrições urbanísticas para a área de estudo.

Fonte: Código de Obras de Campina Grande, 2013. Plano Diretor de Campina Grande, 2006.

Nota: Elaborado pelo autor, 2016.

### **6.3 ACESSIBILIDADE (NBR 9050/2015)**

Essa norma foi criada para estabelecer uma conduta compatível com o acesso universal às edificações e ambientes, permitindo um maior trânsito de pessoas através de critérios e parâmetros técnicos que norteiam a produção arquitetônica do espaço. Com efeito, essa norma proporciona eficiência na utilização dos espaços independente do tipo de usuário pela preocupação na criação não só dos espaços, mas também do mobiliário, dos equipamentos urbanos, etc. Alguns pontos da norma são essenciais para o projeto e obedecidos sempre que necessário; são eles: áreas de circulação, sinalização, acessos, inclinações, rampas, escadas, corrimãos e guarda-corpos, banheiros, bens tombados, locais de exposição, além dos parâmetros antropométricos.

### **6.4 RECOMENDAÇÕES DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA PARAÍBA (IPHAEP)**

A Estação Velha foi tombada pelo Decreto Estadual nº 22.082 de 04 de Agosto de 2001, sendo um processo de tombamento temático das estações ferroviárias da Paraíba, mas, como já mencionado anteriormente, o tombamento da Estação se deu de forma “parcial”, visto que, todas as etapas necessárias para a concretização de tal processo não ocorreu de forma regular pela falta, dentre outras questões, do inventário arquitetônico da obra. Dessa forma e, apesar de cadastrada como um patrimônio histórico da cidade, a Estação, juntamente com todo o conjunto de objetos e edifícios que a compõem, fica sem o estabelecimento de normas específicas, como normalmente ocorre com bens tombados, mas é resguardada pelo Decreto Estadual nº 33.816 de Abril de 2013 que prevê normativas técnicas gerais para as áreas sob proteção do IPHAEP.

O Decreto de nº 33.816 é um instrumento normativo que prevê orientações técnicas para intervenções nas edificações com valores culturais para a preservação, tombados isoladamente ou em conjunto, contidos em áreas legalmente protegidas (cadastrado ou tombado) pelo Estado da Paraíba como Patrimônio Cultural. Visto a inexistência de normas específicas, os parâmetros técnicos que serão utilizados na intervenção, serão os contidos em tal decreto. Dentre tantas especificações e normas de conduta, de acordo com

o decreto, podemos inserir a Estação Velha na seguinte categoria: Área de Preservação Rigorosa (APR), pois a edificação está relacionada a acontecimentos históricos locais e estaduais, além de ser testemunha de práticas e tradições de uma época e de um momento da sociedade campinense.

Em continuidade na análise do mesmo decreto, somente é possível estabelecer critérios práticos de intervenção com a classificação dada pelo IPHAEP na ficha de cadastramento do bem tombado e, devido a sua inexistência, convencionou-se a utilização dos procedimentos pertinentes às edificações de Conservação Total (CT), pois, de acordo com o decreto, se enquadram nessa categoria as construções que mantêm preservada grande parte ( $> = 80\%$ ) de suas características espaciais, estruturais, volumétricas, tipológicas e decorativas originais. Deste modo, e de acordo com o decreto, destaco as diretrizes básicas para intervenção no bem:

- Preservação de sua forma de ocupação e implantação no lote;
- Preservação e restauração da composição tipológica original dos vãos, portas e janelas das fachadas;
- Preservação e restauração de bens móveis integrados e de elementos estilísticos e ornamentais do interior da edificação que sejam considerados de valor cultural, como, por exemplo, forros e pisos;
- Preservação de, no mínimo, 30% do total do lote como área não construída e totalmente livre;
- Preservação das estruturas portantes originais e da distribuição interna das paredes ou divisórias, sendo permitida a reparação ou a adaptação quando estritamente necessária à melhoria das condições de estabilidade, salubridade, acessibilidade e etc;
- A inserção de novas construções no lote, deverá se pautar na extrema necessidade para a revitalização da edificação antiga, devendo assegurar o amplo direito de visibilidade;
- A taxa de ocupação deverá ser menor ou igual a 70%;
- A solução plástica formal da nova edificação deverá evitar o mimetismo ou o falso histórico;

É importante salientar que a taxa de ocupação de 75% prevista no Código de Obras do município para a área em questão, como mencionado anteriormente, é alterada pelo decreto, estando a área sujeita a uma ocupação de no máximo 70%.

Ainda vale destacar que a Estação Velha encontra-se em processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde o ano de 1972, mas a situação do processo do complexo ferroviário em questão encontra-se com *status* de “instrução”, não sendo possível identificar o que se refere tal denominação, entretanto, justamente por estar com tal inscrição no IPHAN, a Estação Velha já é resguardada pelo órgão, não sendo passível de demolição.

Por fim, é evidente que, apesar de todas essas normativas apresentadas até aqui serem medidas de proteção ao bem tombado, bem como prescrições urbanísticas a serem empregadas durante todo o processo de concepção projetual, elas não se sobressaem como elemento limitador da expressão do arquiteto, assim sendo, todo e qualquer elemento previsto no projeto que vá de encontro a essas normas, podem ser proposto - obviamente sem perder a coerência com o contexto da intervenção - ficando a cargo do órgão competente, no caso o IPHAEP, aceitar ou não as novas proposições.





## 7. PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

Para a elaboração do programa de necessidades, foi fundamental o conhecimento do programa desenvolvido em outros projetos, como vimos com o processo de análise de correlatos. Também foi imprescindível a definição do empreendimento, das atividades a serem realizadas e do público alvo, definições essas estabelecidas com base nos estudos realizados até o momento, bem como, na capacidade dos edifícios existentes e da área passível de intervenção, de maneira que a proposta consiga alcançar êxito em seus objetivos e que também seja condizente com a realidade do local. Também se mostrou importante o conhecimento e análise do programa dos outros museus e centros culturais de Campina Grande, principalmente, para apreender a dinâmica dos espaços e caracterização da população, de maneira que minimize a oferta de ambientes/espaços com tendências à ociosidade.

Dessa maneira, o programa de necessidades foi setorizado de acordo com as funções e atividades realizadas: setor público, setor de serviços e setor administrativo. O pré-dimensionamento dessas áreas foi baseado nas legislações pertinente como a NBR 9050, o Código de Obras, algumas especificações e consideração de NEUFERT (1998) contidas em seu livro “Arte de Projetar em Arquitetura” e também nos estudos de referência, ficando explicitado cada setor e ambiente nos quadros a seguir.

<b>SETOR ADMINISTRATIVO</b>			
<b>AMBIENTE</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>ÁREA</b>
Recepção	Receber pessoas	Mesa, cadeira, sofá e poltronas	13m <sup>2</sup>
Sala administração	Local de trabalho do pessoal da administração	Mesas, cadeiras, poltronas e armários	25m <sup>2</sup>
Sala diretoria	Sala de trabalho do chefe administrativo	Mesa, cadeira, estantes e poltronas	10m <sup>2</sup>
Sala curadoria	Sala de trabalho da curadoria	Mesa, cadeira e estantes	10m <sup>2</sup>
Sala de reunião	Local de reunião	Mesa, cadeiras e projetor	10m <sup>2</sup>
Copa	Armazenamento e produção de alimentos para o setor	Microondas, frigobar, cafeteira e armário	6m <sup>2</sup>
Lavabo masculino	Local destinado à higiene e necessidades fisiológicas	Louças sanitárias	3m <sup>2</sup>
Lavabo feminino	Local destinado à higiene e necessidades fisiológicas	Louças sanitárias	3m <sup>2</sup>
<b>ÁREA ÚTIL TOTAL ESTIMADA</b>			<b>80m<sup>2</sup></b>

**QUADRO 10.** Programa de necessidades e pré - dimensionamento do setor administrativo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

<b>SETOR SERVIÇOS</b>			
<b>AMBIENTE</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>ÁREA</b>
Segurança	Sala para monitoramento do centro	Mesa, computadores e cadeiras	40m <sup>2</sup>
Café	Produção e consumo de alimentos	Refrigerador, caixa, mesas, cadeiras, fogão e microondas	60m <sup>2</sup>
Área técnica	Instalação e manutenção dos compressores da ventilação artificial e do reservatório de água	Compressores do tipo <i>split</i> e reservatório de água	X
D.M.L.	Armazenar materiais de limpeza	Prateleiras e estantes	4m <sup>2</sup>
Depósito geral	Armazenar itens gerais de apoio as atividades	Prateleiras e armários	30m <sup>2</sup>
Depósito (multiuso)	Armazenar itens gerais de apoio as atividades	Prateleiras, estantes e armários	15m <sup>2</sup>
Cabine técnica	Tradução e projeção de vídeos e iluminação	Cadeiras, mesas e equipamentos eletrônicos	5m <sup>2</sup>
Camarim masculino	Apoio as atividades da sala multiuso	Louças sanitárias e bancos	12m <sup>2</sup>
Camarim feminino	Apoio as atividades da sala multiuso	Louças sanitárias e bancos	12m <sup>2</sup>
Vestiário masculino	Atender os funcionários quanto à higiene e necessidades fisiológicas	Louças sanitárias, bancos e armários	12m <sup>2</sup>
Vestiário feminino	Atender os funcionários quanto à higiene e necessidades fisiológicas	Louças sanitárias, bancos e armários	12m <sup>2</sup>
<b>ÁREA ÚTIL TOTAL ESTIMADA</b>			<b>204m<sup>2</sup></b>

**QUADRO 11.** Programa de necessidades e pré - dimensionamento do setor de serviços.  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

<b>SETOR PÚBLICO</b>			
<b>AMBIENTE</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>MOBILIÁRIO</b>	<b>ÁREA</b>
Estacionamento	Abrigar adequadamente os veículos dos visitantes	X	X
Hall de acesso	Receber os visitantes e dar acesso aos demais compartimentos	Balcão, cadeiras e sofás	15m <sup>2</sup>
WC masculino	Atender às necessidades fisiológicas e higiênicas	Louças sanitárias e barras de apoio	15m <sup>2</sup>
WC feminino	Atender às necessidades fisiológicas e higiênicas	Louças sanitárias e barras de apoio	15m <sup>2</sup>
Foyer	Receber o público	Cadeiras e sofás	17m <sup>2</sup>
Sala multiuso	Receber as manifestações culturais diversas através de apresentações	Cadeiras	130m <sup>2</sup>
Ateliê 1	Realizar cursos e atividades sócio-educativas	Cadeiras e mesas	60m <sup>2</sup>
Ateliê 2	Realizar cursos e atividades sócio-educativas	Cadeiras e mesas	60m <sup>2</sup>
Exposição 1 (permanente)	Apresentar o acervo do Museu do Algodão	Obras e expositores	300m <sup>2</sup>
Exposição 2 (temporária)	Realizar exposições temporárias e atividades em geral	Obras e expositores	500m <sup>2</sup>
Jardim	Abrigar área de convivência	Bancos	X
<b>ÁREA ÚTIL TOTAL ESTIMADA</b>			<b>1112m<sup>2</sup></b>

**QUADRO 12.** Programa de necessidades e pré - dimensionamento do setor público.  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

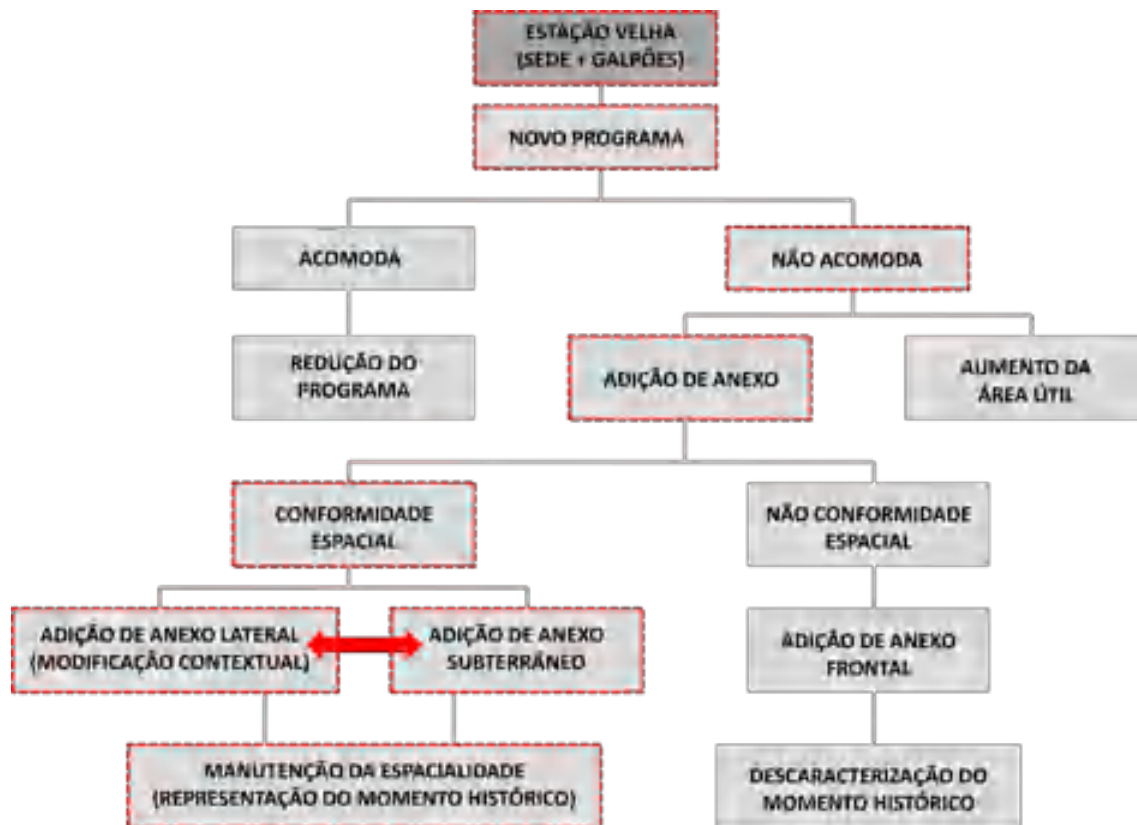
O programa de necessidades exposto contemplará as edificações já inseridas dentro da área objeto de estudo, sendo elas: o edifício sede da Estação Velha e os galpões. Dessa forma, no decorrer do desenvolvimento do projeto, será possível prever a necessidade de ampliação da área útil ou não, ou mesmo a redução do programa proposto, que, de acordo com o somatório de todas as áreas úteis estimada, abrange uma área total de 1396m<sup>2</sup>, sem contabilizar a área do estacionamento, jardim e área técnica.

Após as considerações acerca do programa de necessidades é possível estabelecer algumas relações importantes entre o programa e as edificações históricas já existentes no local. Primeiramente, ao observarmos o conjunto arquitetônico presente na área, fica claro a espacialidade do conjunto, com isso, percebe-se a autonomia entre os edifícios, de maneira que, de antemão, fica constatado a necessidade de prover cada uma das edificações com ambientes necessários à sua visitação e utilização.

## **8. ESTRATÉGIA DE PROJETO ADOTADA**

A definição das estratégias empregadas na intervenção foi construída a partir do embasamento teórico com posicionamento de determinada postura, bem como o estudo de todos os conceitos relatados nos capítulos anteriores, dos elementos oferecidos e verificados pelo próprio sítio onde se dará a implantação, além da real intenção deste trabalho, que é requalificar a área histórica da Estação Velha de maneira que se torne um incentivo de apropriação do lugar pela comunidade campinense a fim de valorizar, não só o local como também as suas edificações históricas, contribuindo para a preservação do patrimônio para as futuras gerações. Dessa maneira, os aspectos funcionais e preservacionistas também foram levados em consideração.

A partir da análise do sítio, do programa de necessidades e das considerações descritas acima, foi elaborado um esquema (figura 78) para o encaminhamento inicial do partido arquitetônico a ser adotado.



**FIGURA 78:** Esquema inicial para definição do partido arquitetônico. Em destaque a postura adotada.

Fonte: Acervo do autor, 2016.

Mediante as elucidações iniciais, propõe-se, do posto de vista funcional, a manutenção do atual Museu do Algodão, apenas com as adaptações necessárias às questões de acessibilidade que não são contempladas no edifício sede da estação, como a inserção de plataforma de elevação para o acesso ao 1º pavimento e a reestruturação dos banheiros de acordo com as normas. Já do ponto de vista estético e formal, pretende-se a restauração de toda a edificação, com a devida manutenção dos pontos elencados na avaliação do atual estado do edifício, contudo, apesar do bom estado em que se encontra, pretende-se distinguir as novas intervenções, com o reconhecimento entre o que é antigo e o que é novo, facilitando o reconhecimento da unidade original da edificação. O mesmo pretende-se com os galpões: restaurar toda a sua composição sem promover falsos históricos.

Mas ao contrário do edifício sede, os galpões serão reconvertidos funcionalmente para abrigar parte do novo programa, sendo proposto, inicialmente, a contemplação com espaços de exposições e parte da área

administrativa do complexo. Assim, mantendo a sua espacialidade conservada e restaurando seu volume, priorizarão as características necessárias para o entendimento do seu momento histórico.

Dessa maneira, a preservação do momento histórico de todo o complexo ferroviário se constitui no principal partido, através da manutenção da espacialidade dos edifícios para facilitar a leitura do conjunto, além da contraposição estética dos possíveis novos espaços a serem erguidos, com intenção de não criar um falso histórico, obviamente também se caracterizando aí a prática da conservação dos edifícios por meio da sua restauração formal, contemplando as questões estéticas, de acessibilidade e conforto.

Pretende-se também a manutenção das visuais da estação, com a manutenção do gabarito e da linearidade formal do objeto de estudo aliado ao melhor aproveitamento dos condicionantes ambientais em favor dos edifícios. Nesse sentido, recorrerão decisões projetuais para implantação de ações sustentáveis, principalmente as relacionadas ao reaproveitamento dos recursos hídricos, nos novos espaços físicos a serem inseridos no complexo.

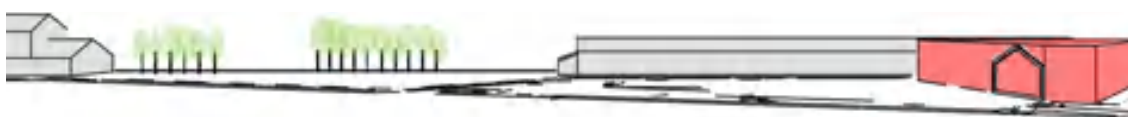
Essa inserção de novos espaços citados anteriormente também se configura como um dos principais norteadores do partido, pelo fato de alterar, mesmo que de maneira sutil, a configuração espacial da Estação Velha, sendo uma alternativa necessária para garantir a ampliação das atividades ofertadas pelo atual Museu do Algodão, também com a finalidade de restabelecer a relação “comunidade X estação”.

A partir da especificação das intenções do partido arquitetônico, fica evidente a aproximação da proposta aos preceitos propostos por Brandi, como considerado no capítulo I deste trabalho, que visava entre tantas posturas, o restabelecimento da unidade potencial do edifício, o não comprometimento dessa unidade com um falso histórico, o respeito à obra original e a distinguibilidade da intervenção. Com efeito, a proposta tem a intenção de criar um ambiente autêntico que sinaliza o respeito ao meio de valor cultural no qual está inserido, sem deixar de proporcionar uma integração harmônica entre o antigo e o novo.

## 9. PROCESSO DE CONCEPÇÃO INICIAL

Com a definição das estratégias projetuais a serem implementadas no sítio objeto de estudo, foi possível dar início ao desenvolvimento do projeto. Mediante os diversos conceitos implícitos no exercício da projeção e com base em inúmeras referências que foram possíveis obter, deu-se início o processo de concepção formal do Centro Cultural Estação Velha. Assim sendo, foram realizados quatro estudos volumétricos e distintos entre si, para a obtenção de um último volume, o final, englobando todos os aspectos positivos extraídos de cada um dos estudos anteriores.

O primeiro estudo volumétrico, mais primitivo, consistia na inserção de um volume monolítico no limite do terreno, na porção noroeste (figura 79). Os aspectos mais relevantes dessa proposta consistem na manutenção da área livre central do complexo ferroviário, bem como a inserção a integridade visual do conjunto e a interação com os galpões. Mas o volume pretendido ficava disposto defronte o edifício dos galpões, desvalorizando a arquitetura da edificação, além de não promover a sua integração no ambiente.

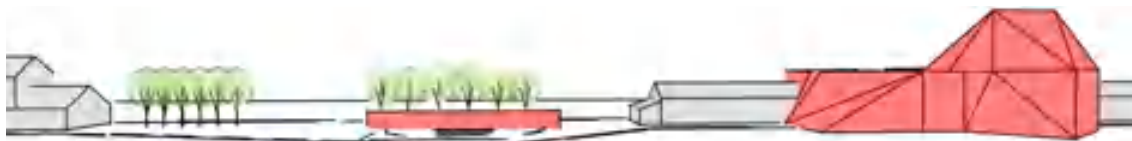


**FIGURA 79: Primeiro estudo volumétrico.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

O segundo estudo foi concebido a partir de referências contemporâneas de intervenções em edificações históricas, sendo idealizado, principalmente, através de conceitos semelhantes aos empregados pelo arquiteto Daniel Libeskind em obras como o Royal Ontario Museum e o Military History Museum, na Alemanha. A proposta (figura 80) se configura como um elemento de estrutura metálica desconexa com o meio, que engloba o edifício dos galpões, sendo desenvolvido a partir de um pavimento subterrâneo. A estratégia dessa forma era a dualidade das edificações vizinhas com o novo elemento, deixando clara a existência entre o que é antigo e o que é novo. Além disso, a implantação do novo edifício deixava livre a zona central do sítio, onde foi proposto um teatro subterrâneo a céu aberto. Apesar disso, as limitações da forma ficaram evidentes em relação aos condicionantes legais,

que impõem diversas restrições a esse tipo de intervenção, além do mais, a funcionalidade dos ambientes seria prejudicada pela forma.



**FIGURA 80: Segundo estudo volumétrico.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

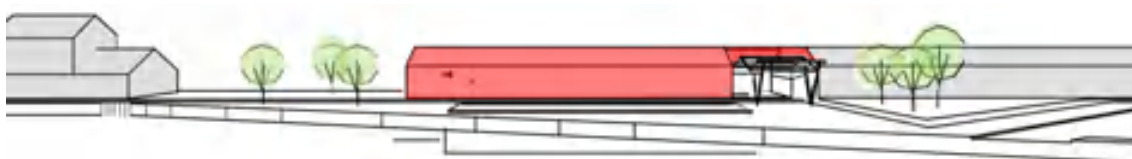
O terceiro estudo (figura 81) consiste numa forma simples, o retângulo, de onde seria dado o acesso ao interior do edifício, que ficaria quase que em sua totalidade no subterrâneo. A proposta se destacava justamente por camuflar toda a sua estrutura. O aspecto negativo desse formato e implantação está no espaço esguio central, que apesar de dimensões generosas, comprometeria a disponibilidade de aberturas para a ventilação dos pavimentos inferiores, também se mostrou como uma forma que causava uma ruptura do conjunto tombado e que afetava as visuais, não sendo possível obter uma leitura do seu momento histórico.



**FIGURA 81: Terceiro estudo volumétrico.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

O último estudo formal (figura 82) representa uma ligação entre o antigo e o novo, por meio da continuação do edifício dos galpões, junção essa, que englobaria a fachada sudeste e histórica, para dentro da nova edificação. Com essa conformação, a manutenção das visuais seria o ponto positivo dessa proposta, que além de tudo, valorizaria os espaços externos, pela sua acomodação próxima aos limites do terreno. O acesso ao edifício se daria por uma longa escadaria subterrânea à sua frente. A proposta não obteve sucesso devido à funcionalidade do programa que seria afetada pela sua imersão no solo, nas condições em que o volume encontra implantado.



**FIGURA 82: Quarto estudo volumétrico.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.



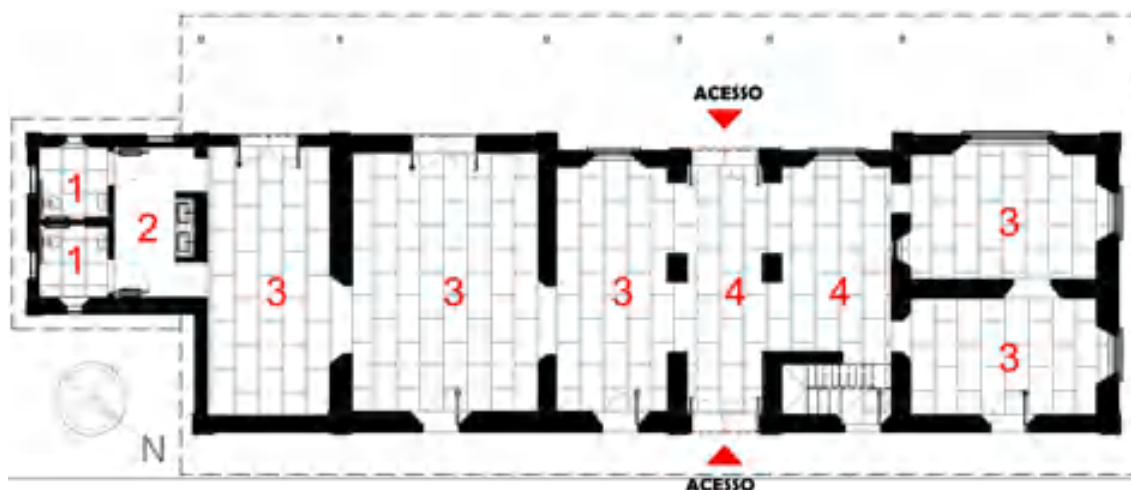
## **10. MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICATIVO**

Para uma melhor compreensão das proposições projetuais, a explicação será dividida em subitens que conterà, nesta sequência: as ações no Edifício sede da Estação, as ações no edifício dos galpões, o novo edifício anexo inserido e por último a área externa a todas as edificações que compõe o sítio. Mas, apesar dessa divisão explicativa, ressalta-se o comprometimento, ao longo de todo o trabalho, do pensamento das ações em conjunto, visando à integração da proposta, bem como ao êxito da mesma, que exige a completude entre todos os ambientes, edificações e percursos do novo centro cultural que se propõe.

### **10.10 EDIFÍCIO SEDE DA ESTAÇÃO VELHA**

No edifício sede da Estação, propõe-se, quase que em sua totalidade, a manutenção dos ambientes, de maneira que ele continue abrigando a exposição permanente do Museu do Algodão, pelo fato do espaço ser suficiente para a disposição do acervo da Embrapa, bem como a predestinação do edifício para as atividades museológicas. As modificações necessárias para a melhoria do espaço ficaram a cargo da modificação de uma das salas do térreo, onde atualmente funciona a administração do museu, que foi transferida para o novo edifício anexo proposto e reconvertida em sala de exposição.

Outra modificação necessária diz respeito aos banheiros que davam suporte, tanto à parte administrativa quanto ao público em geral, e que foram reformadas de maneira a prover o ambiente com as normas da acessibilidade. Dessa forma, para a remodelação dos banheiros foi necessário alterar internamente a espacialização do edifício, ficando restrito somente ao seu interior as mudanças, sem modificação da sua fachada. Vale ressaltar que apesar dessa intervenção na área dos banheiros, o mesmo ambiente já passou por outras mudanças significativas em seu interior anteriormente. Ainda em relação aos novos banheiros; devido à inexistência de um reservatório de água na edificação, foi disposto um com capacidade para 250L somente para servir-los.



**FIGURA 83: Planta baixa do pavimento térreo proposto – Edifício sede.**

**LEGENDA: 1. WC acessível 2. Lavabo 3. Área de exposição 4. Hall**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

Os acessos ao interior do edifício continuam os mesmos, que apesar das diversas portas que dão para o seu exterior, se concentram nas entradas localizadas ao centro da edificação, que devido à amplitude de suas esquadrias, já indicam a localização do acesso.



**FIGURA 84: Planta baixa do 1º pavimento proposto – Edifício sede.**

**LEGENDA: 1. Segurança 2. Sala de reparos 3. Circulação 4. Depósito 5. Hall**

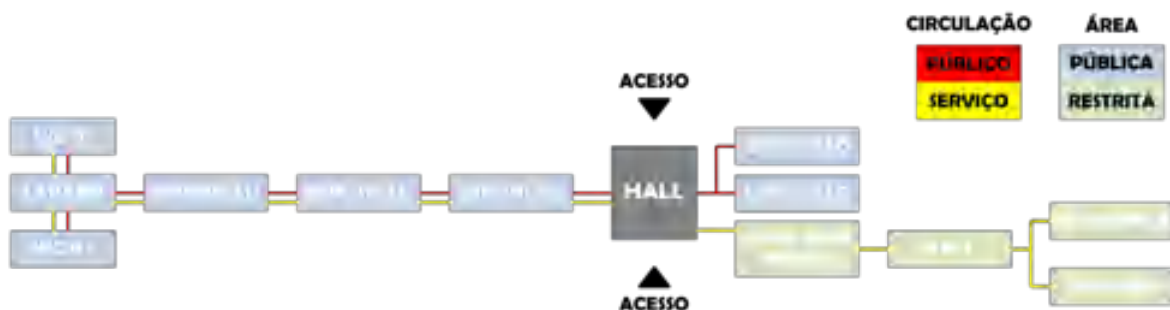
Fonte: Acervo do autor, 2016.

O primeiro pavimento foi destinado às áreas privativas, de circulação restrita aos funcionários de todo o complexo cultural, como a sala de segurança e a sala de reparos. Essa área, ao longo de todo o processo de concepção do projeto, ocasionou diversas reflexões pela falta de uma acessibilidade adequada, visto que o acesso se dá por uma escada de dimensões pouco generosas. Todavia, durante o processo, foi ensaiada a inserção de uma plataforma elevatória, tanto internamente, quanto externamente, mas, de

acordo com a NBR 15655-1 que se refere às plataformas de elevação motorizada, o caminho máximo a ser percorrido pelas plataformas só contemplam desníveis de até 4m de altura, sendo ineficiente para transpor o pé esquerdo da edificação que é de 4,32m. A partir daí verificou-se a possibilidade de instalação de um elevador, que internamente ficou impossibilitado pelo espaço necessário para a sua instalação e que, externamente ao edifício, contrastou negativamente, descaracterizando os aspectos formais e estéticos da edificação histórica.

Desse modo, apesar de almejar proporcionar a acessibilidade universal a todos os ambientes do complexo, propôs-se a utilização dessas áreas por atividades e serviços que exigissem uma maior agilidade e desenvolvimento aos que ali estarão para desempenhá-las, sendo essa, uma decisão de projeto mais coerente com o problema encontrado, visto a importância de se preservar a composição da edificação histórica.

Essa disposição favoreceu para a diferenciação e segregação dos fluxos de pessoas, ficando o térreo para a circulação de visitantes e o primeiro pavimento com circulação restrita somente aos funcionários, como podemos melhor compreender através do fluxograma a seguir.



**FIGURA 85: Fluxograma – Edifício sede.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

Quanto às questões da restauração do edifício, essa restringe-se somente às esquadrias e a alguns pontos do madeiramento da coberta, restaurando de modo fiel ao original, assim, aliamos a prática ao exercício teórico no comprometimento aos ideais propostos por Brandi (2004, p. 47), que estabelece que “a intervenção deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir”, sendo assim, não comprometemos a unidade estilística do edifício,

visto que o processo de restauração se dará em elementos que, de fato, concretizam o conjunto arquitetônico como um todo. Ainda compactuando dos ideais de Brandi, as alterações previstas para os banheiros do edifício, serão realizados com materiais contemporâneos, contrastando, seja na cor ou no tipo de material, com a tectônica da edificação histórica, já a alvenaria dos banheiros, assim como em todo o restante do complexo cultural, será executada através do sistema de drywall, onde seu funcionamento será explicitado mais adiante.



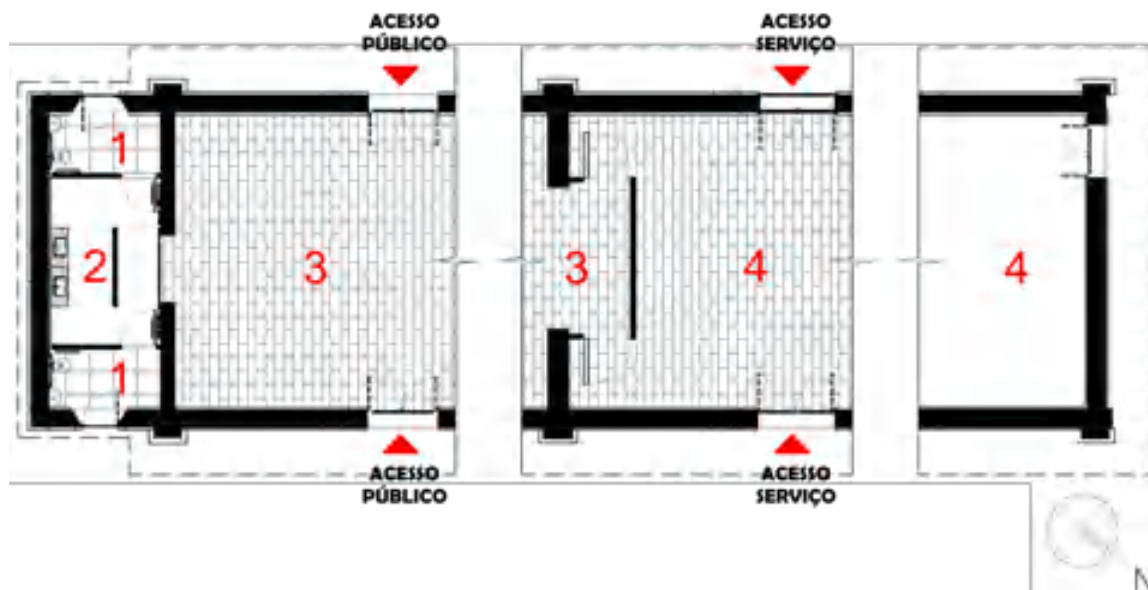
**FIGURA 86: Fachada sudoeste – Edifício sede.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

Por fim, é importante ressaltar que as questões relativas ao conforto ambiental do edifício foram desconsideradas, visto que não houve necessidade de modificações espacialmente ou esteticamente devido à incidência solar e dos ventos, onde ficou constatada durante as diversas visitas feitas ao local a eficiência da implantação do edifício sede, que auxiliada pela espessura das paredes antigas, dificulta a trocar de calor entre a área externa e a interna, propiciando um clima mais ameno no interior da edificação.

## 10.2 O EDIFÍCIO DOS GALPÕES

Na edificação dos galpões, devido à sua peculiar espacialização, comprido e com dimensões generosas, e também pela inexistência de janelas em toda a sua extensão, ficou determinado a inserção de dois importantes ambientes do programa: a área para exposições temporárias que abrange 432m<sup>2</sup> de área útil e o depósito geral de todo o complexo cultural, com 172m<sup>2</sup> de área.



**FIGURA 87:** Planta baixa da intervenção no edifício dos galpões.

**LEGENDA:** 1. Banheiro 2. Lavabo 3. Exposição temporária 4. Depósito geral

Fonte: Acervo do autor, 2016.

A área para exposições temporárias se revela como um espaço dinâmico dentro do conjunto de edifícios, pois dependendo da administração do centro cultural, ele pode receber não só exposições, mas também feiras, intervenções artísticas e eventos culturais de um modo geral, diversificando as atividades e contribuindo para a pluralidade do ambiente. O que ainda contribui para a singularidade do edifício dos galpões também é o contato com o ambiente ao seu redor e por todos os seus ambientes serem dispostos no térreo, facilitando os acessos e a circulação.

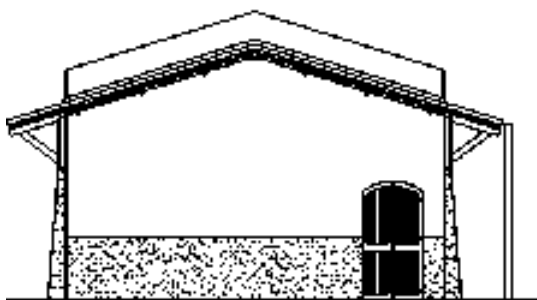
O outro ambiente que divide espaço com a área de exposições temporárias é o depósito geral. Ele foi disposto na porção noroeste por ser essa uma zona mais reservada dentro do sítio e também pela descaracterização, em maior grau, das características arquitetônicas originais, como já mencionadas nos estudos anteriores. Esse recinto receberá todo o material do complexo cultural que ocasionalmente necessite ser guardado ou resguardado, como os adereços das manifestações culturais, plataformas e arquibancadas para o espaço multiuso do anexo, bem como cenários, estruturas de eventos, entre outros. Com acesso restrito, o depósito possui diversas portas para o seu acesso e também ligação interior ao espaço de exposições.

Na extremidade sudeste do edifício foram dispostos dois banheiros acessíveis e um lavabo, sendo essa a modificação mais incisiva, pela alteração

da espacialidade e conseqüentemente da ambiência original da edificação, porém, a localização para tal ambiente se deu pelo fato da descaracterização já avançada dos aspectos originais dessa porção, como também já fora citado anteriormente. Outro fator que contribuiu para a sua localização foi a proximidade com a área central do sítio onde está inserido todo o centro cultural, que poderá abrigar diversas manifestações culturais ao ar livre e os banheiros seriam uma alternativa de apoio a essas atividades que por ventura venham a ocorrer.

Dessa maneira, os banheiros se configuram como ambientes reversíveis, que tanto servem à área de exposições interna, como também à área externa. Para que a reversibilidade venha a ocorrer de forma satisfatória, foi disposto uma porta de correr entre a área do lavabo e a área de exposições, garantindo o seu funcionamento em horários distintos, de acordo com a demanda. As portas dos banheiros que dão acesso à área externa são as originais, não sendo necessário a descaracterização da fachada com a inserção de tais elementos. Evidentemente que, considerando a postura adotada ao longo do desenvolvimento do projeto, não seria coerente uma postura diferente. E devido a essa postura de manutenção da integridade dos edifícios históricos, ficou impossibilitado o provimento de esquadrias para a ventilação dos banheiros, sendo esse, um caso respaldado pelo Código de Obras de Campina Grande, que em casos singulares, aceita a ventilação dos mesmos através de mecanismos mecânicos.

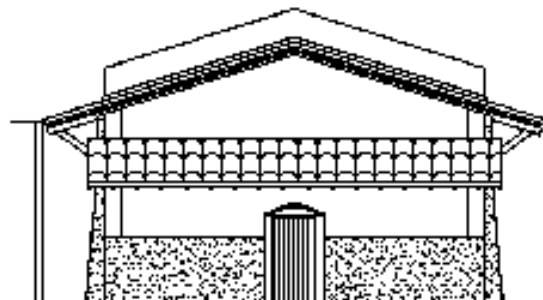
Pela proximidade ao novo edifício anexo proposto e pela inexistência de um reservatório de água nos galpões, os banheiros e lavabo serão abastecidos pelo reservatório do novo edifício, dessa forma, os ambientes não ficarão dependentes do abastecimento público.



**FIGURA 88: Fachada noroeste.**

Fonte: Pimentel, 2015.

Nota: Editado pelo autor.



**FIGURA 89: Fachada sudeste.**

Fonte: Pimentel, 2015.

Nota: Editado pelo autor.

No que concerne às intervenções na fachada do edifício, elas passarão por um processo de restauração dos elementos estilístico e arquitetônico, principalmente na fachada sudeste, onde a porta que outrora fora encoberta (atual estado) será recomposta, de maneira que ela restabeleça a unidade estilística da fachada, mas que não reassuma seu papel original como passagem. Já na parte interna, fica proposto a recuperação de toda a estrutura de madeira do telhado, que se encontra em estado duvidoso de eficiência estrutural devido à ação dos cupins.

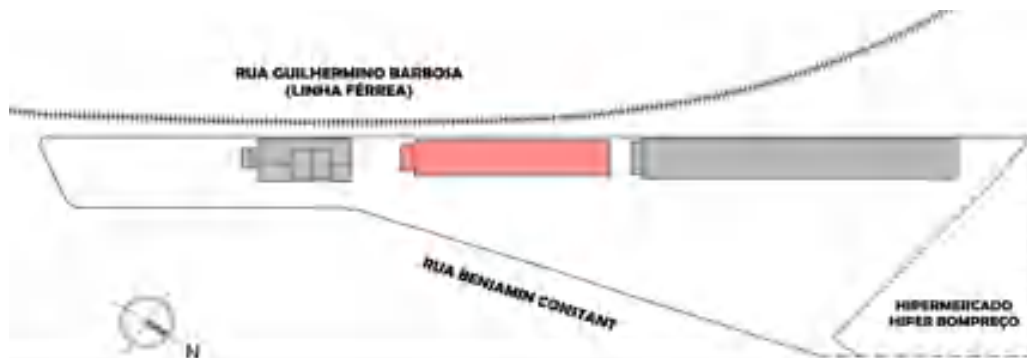
Quanto às preocupações de conforto ambiental, assim como no edifício sede da Estação, as espessuras das paredes contribuem para a manutenção do clima favorável; além disso, a dinâmica da principal atividade que ali será exercida (exposição) é conveniente com a ampla oferta de portas no local, que são favorecidas com extensivas dimensões e garantem a entrada dos ventos.

Por fim, é importante ressaltar que a contemplação desse espaço mais geral, pela sua utilidade, da área de exposições temporárias, foi pensada de maneira que ela possa se transformar ao longo do tempo, podendo ser uma área fruto de mais uma ampliação de todo o centro cultural que é proposto para a o sítio, como também pode servir para abrigar toda a exposição permanente do atual Museu do Algodão, principalmente em atenção às pretensões da Secretaria de Obras do Município em ser instalado em toda a malha ferroviária de Campina Grande, um sistema de transporte público do tipo VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), forçando o retorno do edifício da Estação Velha, em assumir sua função original, a de estação de passageiros. Essa pretensão foi desconsiderada no trabalho pelo fato de ser uma proposta de vários governos, entretanto nunca foi posta em prática, mesmo assim, de maneira mais coesa, a reorganização das atividades do centro cultural seria facilitada pela característica multiuso dos espaços propostos para os galpões.

### **10.3 O NOVO EDIFÍCIO PROPOSTO**

Um novo edifício é proposto para abrigar a expansão das atividades do Museu do Algodão, agora, com a última intervenção proposta para a área, acabou por se configurar como o Centro Cultural Estação Velha. Apesar do programa enxuto, todos os ambientes, necessários para a expansão e também

para a configuração do novo centro, não se acomodou dentro das edificações históricas disponíveis no sítio, sendo assim, surge uma nova edificação na área, dando lugar a novas possibilidades e oportunidades culturais para a população.



**FIGURA 90:** Local de implantação do novo edifício no sítio.

**LEGENDA:** Cinza – edificações existentes / Vermelho – nova edificação.

Fonte: Acervo do autor, 2016.

A nova edificação possui uma área total construída de 1045,65m<sup>2</sup> e teve como local de implantação, a porção mais central do sítio, entre os dois edifícios históricos. Essa locação se deu pelo fato de ser uma região com disponibilidade de área útil e também pela conjuntura do complexo ferroviário, sendo oportunizado a não interferência visual aos demais edifícios e buscando resguardar a importância do edifício sede da Estação, na medida em que se tomou um maior distanciamento do mesmo. Para se chegar a tal decisão de implantação, foram realizados estudos, como citado no capítulo anterior, que partiram desde as definições da postura a ser adotada na intervenção, mas já levando em consideração as questões de implantação do novo edifício e também os aspectos formais pretendido.

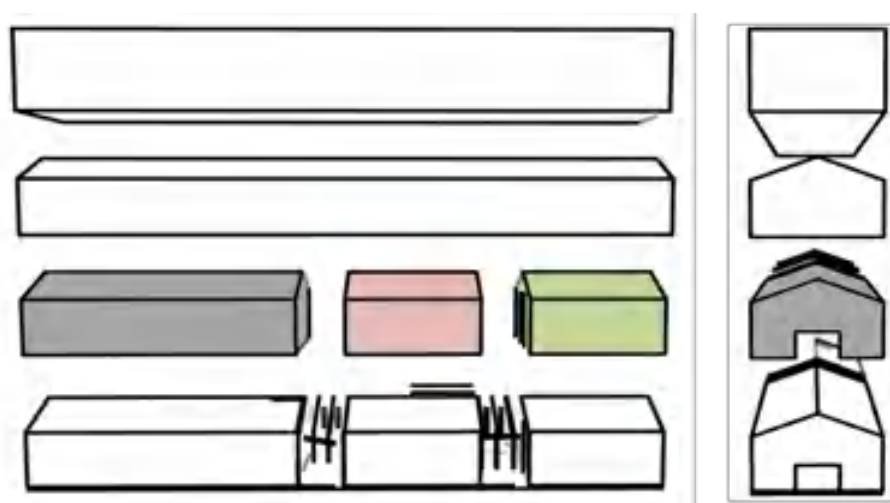
### 10.3.1 ESTUDOS FORMAIS

A concepção da forma se deu a partir do reconhecimento das edificações vizinhas e da sua relação com as mesmas, de maneira que o novo volume adicionado ao sítio não se sobressaísse sobre os demais, considerando a importância do momento histórico do local. Dessa maneira, a partir de uma forma monolítica, um retângulo, se deu o passo inicial.

Objetivando a concordância na conformação do espaço e a manutenção da linearidade, através da manutenção do gabarito em relação às edificações



históricas, a forma do novo edifício foi moldada com as dimensões semelhantes ao edifício dos galpões, que a partir da sua cumeeira e da inclinação do seu telhado, deram as dimensões necessárias para a concretização formal do novo edifício, como podemos observar na figura 91, que ilustra o encaminhamento do processo. Nesse sentido de composição e estudo da forma, é importante deixar evidente que a preocupação com o contexto histórico do sítio requer maiores preocupações com a inserção de um novo elemento na área, sendo esse um fator de relevância e prioridade dentro do processo de projeto.



**FIGURA 91: Processo de concepção formal.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

A partir da configuração formal pretendida, foi possível fazer uma pré-setorização dos ambientes de acordo com o programa pretendido. Assim, os três blocos subdivididos a partir do retângulo, se conformaram com comprimentos de 22m, 11m e 11m, com espaçamento entre cada um deles de 4m; dessa maneira, o maior bloco foi destinado à sala de apresentações (em cinza na figura 91), por exigir maiores dimensões em sua estrutura, o segundo bloco (em rosa na figura 91) ficou destinado para as áreas de convivência, ateliês e circulação; o terceiro bloco (em verde na figura 91) foi destinado à parte administrativa de todo o complexo cultural.

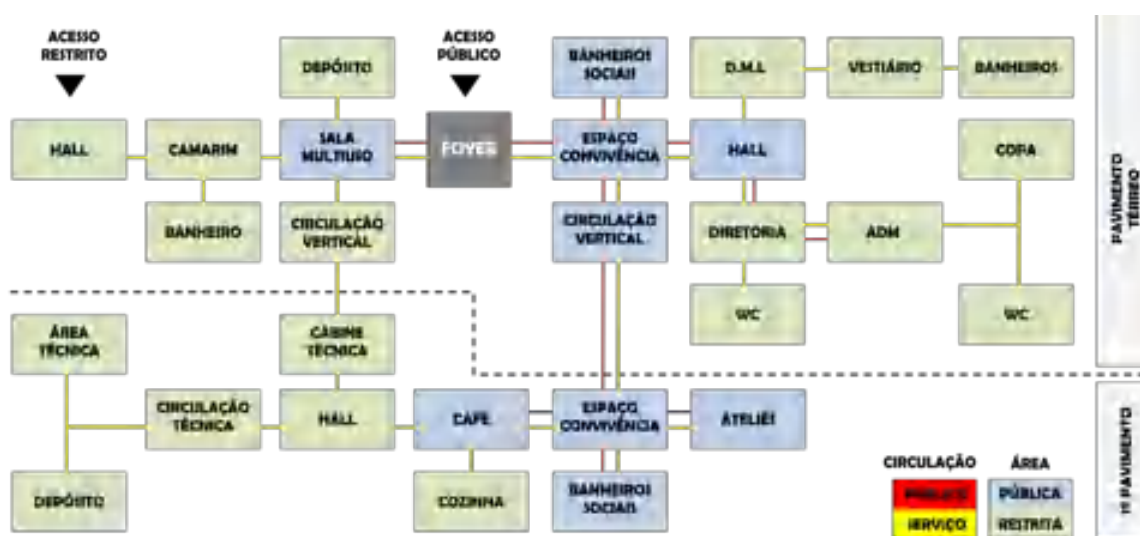
Essas proposições do programa, que surgiram a partir da concepção da forma, foram reconfiguradas no decorrer do processo projetual, de maneira que pudessem satisfazer às condições dos fluxos, das circulações e o melhor aproveitamento dos ambientes.



**FIGURA 92:** Fachada nordeste do edifício proposto.  
Fonte: Acervo do autor, 2016.

### 10.3.2 AMBIENTES E ACESSOS

A partir da análise do pré-dimensionamento realizado e da área disponível para a inserção do novo edifício, viu-se a necessidade de desenvolver o projeto em dois pavimentos, sendo que, para manter a manutenção dos gabaritos e linearidade do conjunto, a edificação foi semi-enterrada 1,50m abaixo do nível dos demais edifícios. Destarte, foi desenvolvido um fluxograma (figura 93), tanto para a compreensão dos ambientes e suas intra-relações como para o entendimento dos fluxos e acessos.

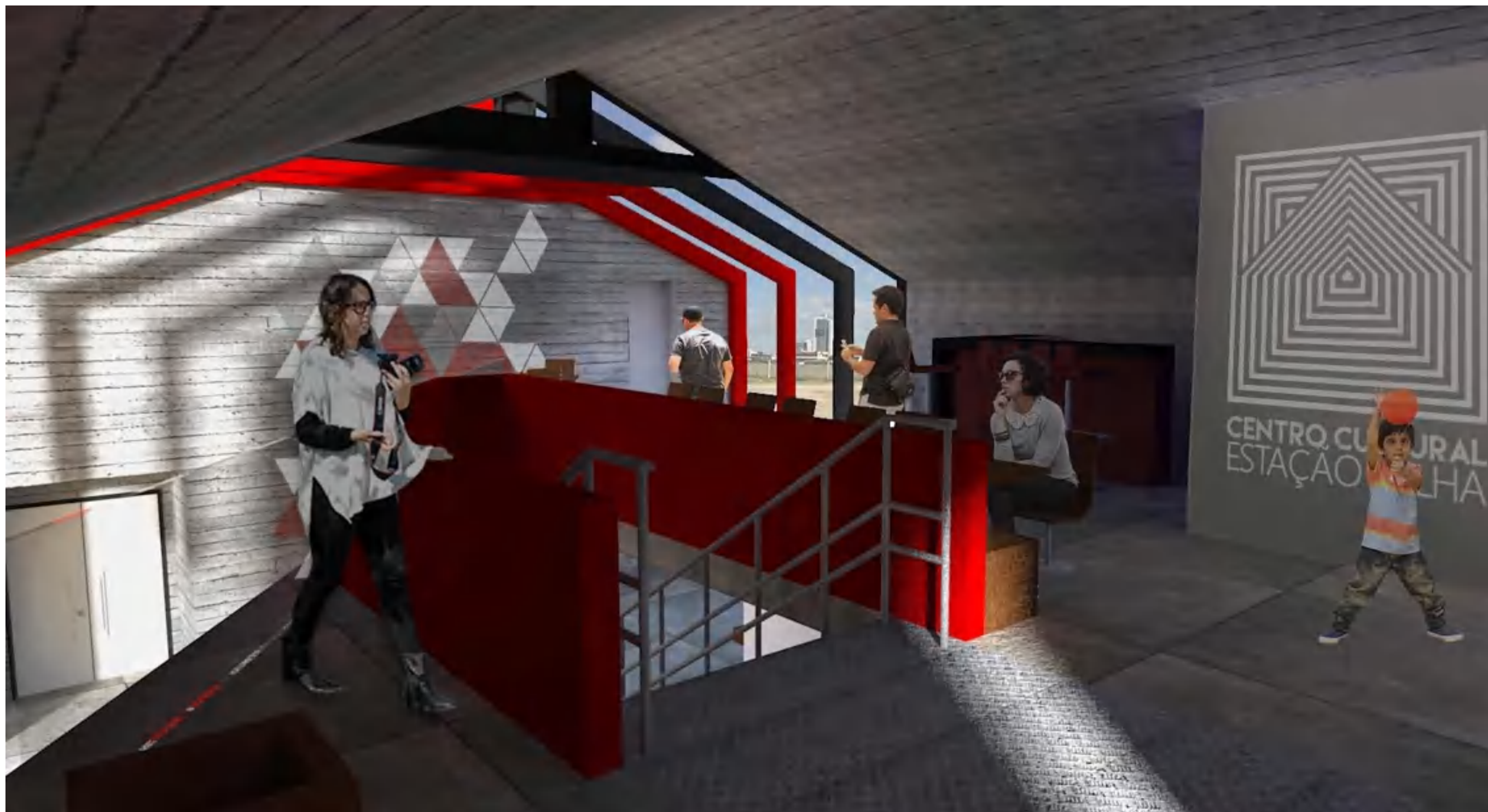


**FIGURA 93:** Fluxograma do novo edifício proposto.

Fonte: Acervo do autor, 2016.

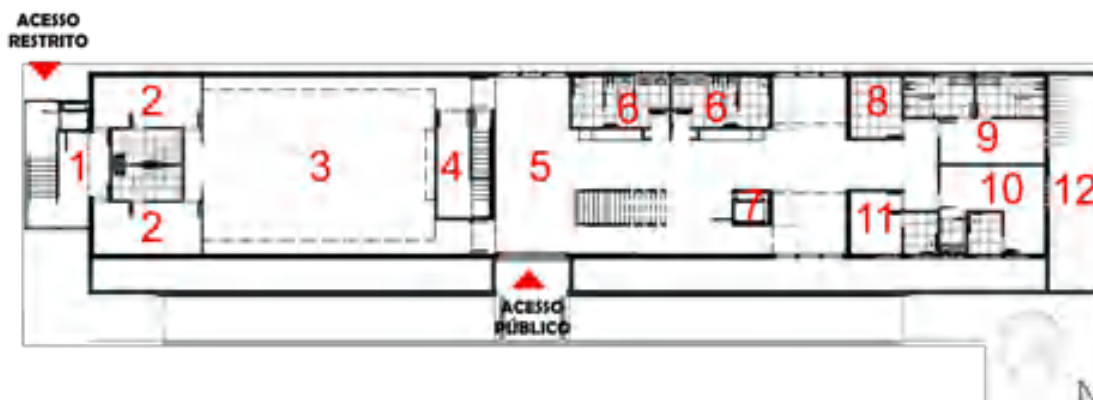
Compreendida as relações a partir do fluxograma, deu-se o desenvolvimento das plantas. No pavimento térreo, o pavimento com maior facilidade de acesso, foi disposto a sala multiuso (de apresentações) e toda a sua infraestrutura no bloco maior, no segundo bloco, onde se necessitava de um espaço generoso para receber os visitantes, foram dispostas áreas de convivência, circulação vertical e banheiros. Esses dois blocos descritos ficaram próximos devido à dependência dos seus espaços e a correlação das suas atividades, visto que o apoio de banheiros da sala multiuso e o foyer são espaços necessários à sala multiuso. Nessa zona de integração entre os dois blocos também podem ser realizadas exposições de pequeno porte devido as suas dimensões confortáveis.





**FIGURA 94:** Café e áreas de convivência e de circulação do novo edifício.  
Fonte: Acervo do autor, 2016.

Ainda no pavimento térreo, o terceiro bloco foi destinado à administração e a área de serviço. Pela necessidade de restringir o acesso a essas áreas, elas ficaram mais isoladas em relação à parte majoritariamente pública do pavimento. Na ponta noroeste encontra-se uma área técnica, destinada a abrigar o sistema de captação de água das chuvas e os equipamentos externos dos condicionadores de ar.



**FIGURA 95: Planta baixa do pavimento térreo da edificação proposta.**

**LEGENDA:** 1. Hall 2. Camarim 3. Sala multiuso 4. Depósito 5. Foyer 6. Banheiro Social 7. Plataforma elevadora 8. D.M.L. 9. Vestiário 10. Administração 11. Diretoria 12. Área técnica (captação de água das chuvas).

Fonte: Acervo do autor, 2016.

Especificamente, a sala multiuso proposta no andar térreo, foi concebida para abrigar todo tipo de manifestação ou atividade cultural que o centro possa oferecer ou venha a receber. Apesar de dimensões modestas para esse tipo de ambiente, com uma área útil de 129,50m<sup>2</sup>, sem contabilizar os camarins, banheiros, depósitos e cabine técnica, a sala multiuso é um ambiente flexível devido à inexistência de uma platéia fixa. Toda a sua estrutura para a acomodação do público foi proposta para ser desmontável e se ajustar de acordo com a demanda da atividade. Através da figura 96, podemos observar algumas possibilidades de configuração para esse ambiente.



**FIGURA 96: Possibilidades de configuração da sala multiuso.**

**LEGENDA:** 1. 91 lugares 2. 91 lugares 3. 126 lugares

Fonte: Acervo do autor, 2016.





**FIGURA 97: Sala multiuso do novo edificio.**  
Fonte: Acervo do autor, 2016.

Em relação ao pavimento superior; no primeiro bloco encontra-se a área técnica que dá suporte à sala multiuso, que devido ao pé direito duplo da sala, comporta pequenos espaços específicos, como a área do equipamento de condicionamento de ar, um depósito de iluminação, além da cabine técnica, de onde é comandado todo o sistema eletrônico do ambiente, com espaço, inclusive, para o apoio à tradução simultânea. Nas laterais do bloco encontram-se zonas de circulação, que permitem um acesso fácil aos equipamentos de iluminação, além de uma área (figura 98 em verde) que pode servir de apoio às atividades realizadas na sala. Essa área pode ficar totalmente exposta para a sala, quando necessário, através da abertura projetada no peitoril que se abre.



**FIGURA 98: Planta baixa do 1º pavimento da edificação proposta.**

**LEGENDA:** 1. Área técnica 2. Depósito 3. Cabine técnica 4. Café 5. Ateliê 6. Espelho d'água.

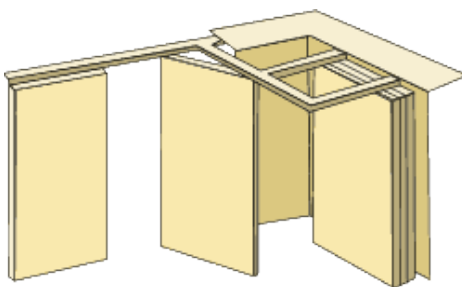
Fonte: Acervo do autor, 2016.

Uma passarela liga a área técnica do primeiro pavimento da sala multiuso ao segundo bloco. Essa ligação permite a acessibilidade universal à parte da cabine técnica e também serve como uma zona de acomodação dos freqüentadores do café que fica próximo. Uma vista privilegiada da parte externa a partir da passarela é possibilitada pela estrutura metálica que faz o intermédio entre os blocos. O café conta com aproximadamente 46m<sup>2</sup>, sem contabilizar a cozinha de apoio, que se mescla à circulação, tornando o espaço visível e atrativo.

Além do café, no segundo bloco foram dispostos dois banheiros com um lavatório externo, que dão suporte aos clientes do café e também aos ateliês. Também foram criadas zonas de convivência, próximas à circulação vertical do ambiente. Já para o acesso ao último bloco, também foi criado uma passarela,

que contribui não só para a permeabilidade dos ventos, como proporciona visuais interessantes no interior do edifício.

Os ateliês que se concentram no terceiro bloco possibilitam o desenvolvimento de diversas atividades, como aulas e cursos de toda e qualquer natureza. Uma característica importante desses dois ateliês é que eles foram pensados para poder abrigar atividades de grande porte, que exijam espaços mais generosos para a acomodação de pessoas. Entre as duas salas foi disposta uma “parede” em painéis móveis (figura 99) que, quando recolhidos, integram ambas as salas, potencializando o uso no ambiente ao proporcionar uma área útil de 99,75m<sup>2</sup>. Outro elemento que propiciam um ambiente agradável aos ateliês são as grandes esquadrias do tipo camarão presente nas fachadas nordeste e sudoeste; elas criam visuais interessantes e proporcionam a manutenção do conforto ambiental.



**FIGURA 99: Esquema dos painéis móveis.**  
Fonte: [www.wallsystem.com.br](http://www.wallsystem.com.br)

O acesso à edificação fica por conta de uma grande esquadria metálica de correr que foi posicionada na fachada principal (nordeste), que é acessada entre o bloco maior e o consecutivo a ele por meio de rampas que descem até o seu nível, integrando-se aos percursos de circulação externa do sítio. O acesso principal, apesar de estar fora do alcance visual das pessoas, é subjetivamente indicado pela presença do letreiro próximo à entrada e pela coloração diferenciada das estruturas metálicas que ficam sob o local.

Sua localização permite acessar descomplicadamente a sala multiuso, local esse, que conseqüentemente receberá o maior fluxo de pessoas. A partir dessa configuração, no bloco intermediário foi colocada a circulação vertical, composta por escada e plataforma elevatória, também para facilitar o fluxo pela proximidade com o acesso, além de diminuir as distâncias necessárias para o abandono do edifício em casos de urgência.



Além da entrada principal, há mais dois acessos às dependências do centro cultural: um próximo aos camarins da sala multiuso e outro próximo à fachada noroeste para acessar a área técnica que recebe o sistema de reuso de água e que fica independente do novo edifício; sendo ambas passagens restritas. Ainda há na parte externa, na fachada sudoeste, uma escada metálica que dá acesso aos reservatórios de água.

### **10.3.3 ACESSIBILIDADE**

Como equipamento público, o projeto do novo edifício proposto levou em consideração todas as normas de acessibilidade contidas na NBR 9050, sendo essa norma, um pressuposto para a total integração entre o que é concebido e a comunidade em si.

Como o edifício foi rebaixado para abrigar o programa, o acesso principal à edificação foi pensado para se dar através de duas rampas, que se camuflam da visão dos transeuntes externos. Com inclinação de 8,33%, a rampa ainda possui corrimão que se encontra dentro das normas de acessibilidade. Já no acesso secundário restrito aos camarins e à sala multiuso, além de uma escada, foi inserida uma plataforma elevatória para vencer o desnível de 1,50m. Uma outra plataforma foi disposta na circulação social do bloco intermediário, que conduzem para o café e os ateliês.

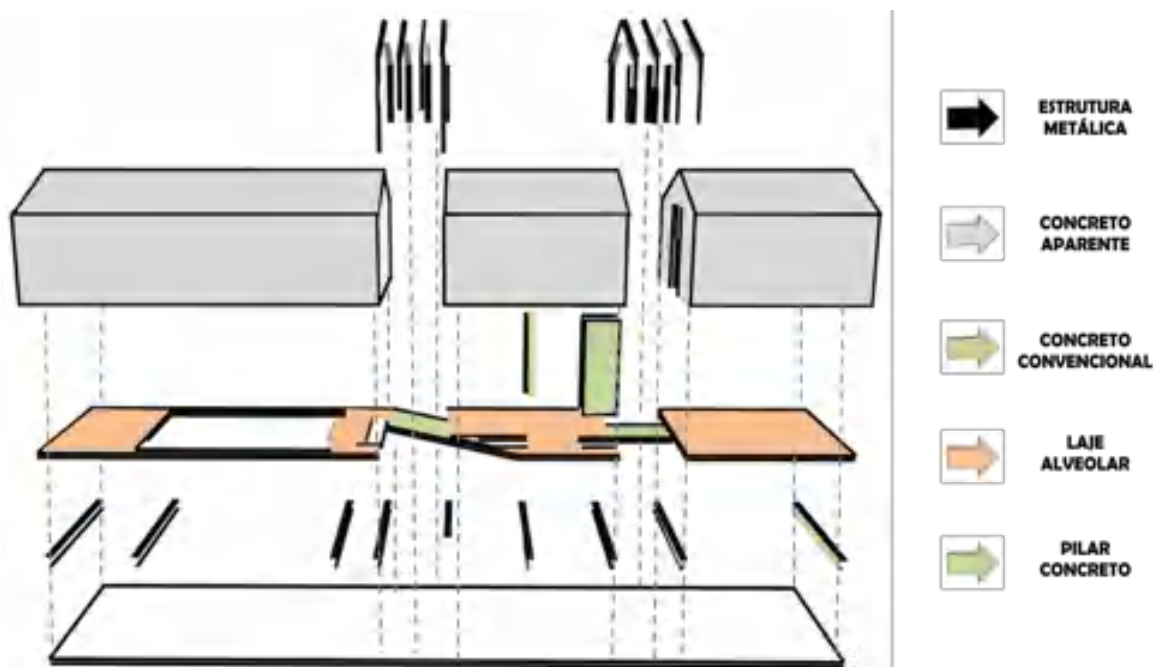
Além das preocupações com os acessos, todas as passagens entre os ambientes foram dimensionados com, no mínimo, 80cm de vão livre para a circulação das pessoas com mobilidade reduzida. Os banheiros também são apresentados com dimensões acessíveis; as portas para acessá-los possuem todos os requisitos exigidos pela norma competente, como puxadores, maçanetas e revestimentos compatíveis com o uso. Outro fator importante foi a nivelção do piso em todas os ambientes e as áreas de circulação, ficando restrito somente para os ambientes de área molhada, o rebaixo do piso em apenas 1,5cm, também entrando em acordo com a norma.

Apenas as áreas mais técnicas do centro cultural, como a área dos condicionadores de ar, o depósito superior do salão multiuso e a área reservada para o sistema de reuso da água da chuva não receberam dimensões apropriadas para a circulação acessível.

### 10.3.4 ESTRUTURA, FECHAMENTOS E FACHADAS

As preocupações com a inserção de um novo elemento no sítio histórico fizeram com que se optasse pela escolha do concreto armado como o principal sistema estrutural empregado na edificação. Essa decisão foi pautada a partir da análise dos estudos correlatos e também pela eficiência do material, que permite resultados satisfatórios tanto no quesito estrutural quanto no estético. Com isso, é proposto uma casca para envolver cada um dos três blocos separadamente que compõem o novo edifício proposto. Além de desempenhar a sua principal função como estrutura de cobertura e fechamento externo, propõe-se que o concreto seja aparente, de maneira que, esteticamente, a inserção do novo elemento no ambiente histórico não se dê de forma abrupta e mantenha discrição e respeito perante os outros edifícios.

As vantagens no uso do concreto armado como sistema estrutural são diversas, sendo que dentre os fatores mais consideráveis na sua escolha foram: facilidade e rapidez em assumir a forma pretendida, economia de tempo e nas despesas, e alta durabilidade, além de não exigir manutenção constante e mão de obra especializada para a sua execução.



**FIGURA 100:** Esquema do sistema estrutural empregado na edificação proposta.

Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 101:** Nova área externa, com novo edifício proposto ao centro.  
Fonte: Acervo do autor, 2016.

O concreto convencional moldado *in loco* ainda foi empregado na construção das passarelas do pavimento superior que interligam os blocos, nas vigas, na caixa que envolve a plataforma elevatória da circulação social, nos pilares de sustentação dos reservatórios de água, além de serem utilizados para a confecção dos próprios reservatórios. Essas decisões se mostraram como uma alternativa mais econômica e eficiente para a realização dessas estruturas.

O material secundário escolhido para a conformação do sistema estrutural foi a laje alveolar pré-moldada, que é constituída por painéis de concreto protendido que possuem seção transversal com altura constante e alvéolos longitudinais, responsáveis pela redução no peso da peça. Apesar de apresentarem um custo mais elevado em relação ao concreto convencional, de acordo com a indústria de pré-moldados TATU, a eficácia do sistema adotado se revela pela sua pré-fabricação, simplicidade e rapidez na montagem, redução de serviços na obra, redução dos prazos de execução e principalmente, a possibilidade de atingir maiores vãos.

O modelo de laje alveolar referenciado para execução no projeto é o PAINEL-PE da TATU (figura 102), com altura de 25 cm e vence vãos de até 11m. Dessa forma, são eliminados os pilares de sustentação da laje dentro de toda a parte interna do edifício proposto, de maneira que a laje se sustentará sobre as vigas de concreto armado convencional e moldadas *in loco* e que conseqüentemente estão amarradas ao sistema estrutural - a casca - que envolve cada um dos blocos.

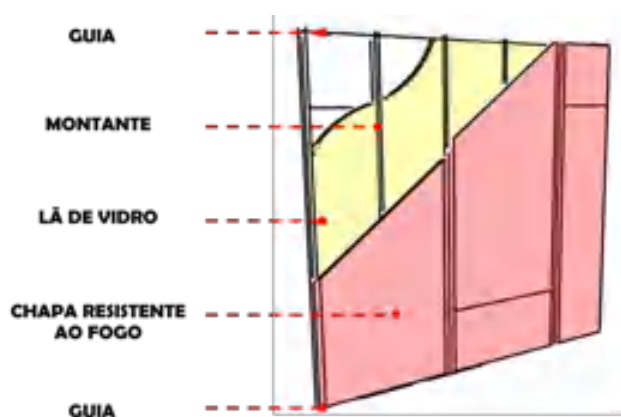


**FIGURA 102: Corte e informações da laje alveolar utilizada.**

Fonte: [www.tatu.com.br](http://www.tatu.com.br)

O último elemento estrutural empregado no novo edifício são as estruturas metálicas que, através de perfis em “T” e chapas de aço pré-moldadas, aparecem no projeto em duas funções: está presente na cobertura que faz a ligação entre os três blocos (juntamente com o fechamento em policarbonato) e também em toda a estrutura (telhado, vigas e pilares) do volume menor presente na fachada sudeste.

Para os fechamentos internos da edificação, foi proposto o sistema seco drywall (figura 103), pela vantagem de ser um sistema limpo, de rápida execução, econômico e racional, além de permitir uma maior mobilidade espacial para futuras modificações do ambiente. Pela condição especial das áreas do novo edifício, os painéis de drywall selecionado para a composição dos fechamentos internos são configurados com chapas resistentes ao fogo e com isolamento acústico através da inserção de lã de vidro em seu interior. Esse sistema contemplou também todas as modificações que foram realizadas nos demais edifícios do centro cultural.



**FIGURA 103: Principais componentes do sistema de drywall.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

Em relação às fachadas que compõem o novo edifício, além do concreto estrutural aparente e das estruturas metálicas, foram dispostos painéis perfurados de aço corten para esconder as esquadrias presentes nas fachadas e melhor configurar a forma monolítica empregada, além de proporcionar a passagem dos ventos e da iluminação natural para o interior do edifício.

O aço corten apresenta inúmeras vantagens no seu uso, principalmente por dispensarem manutenção. O material também proporcionou melhor integração do novo edifício no ambiente histórico, por fazer alusão ao sistema ferroviário, que se utiliza de diversos elementos em ferro, que vão desde pilares e ornamentos até os próprios trilhos do sistema ferroviário.

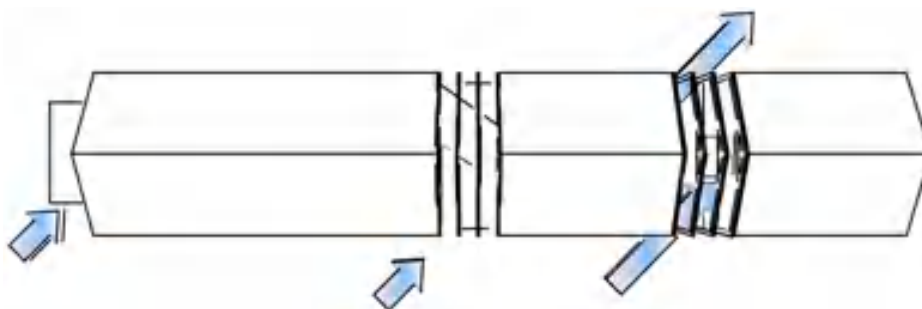
### 10.3.5 ESTRATÉGIAS DE CONFORTO

Para o melhor aproveitamento das condições ambientais em favor do edifício, a sua própria implantação no terreno já foi condicionada para melhor

recepção da incidência dos ventos e da iluminação natural. Ademais, outras preocupações foram levadas em consideração nas estratégias de conforto.

Primeiramente, na sala multiuso, devido à necessidade de controlar a temperatura ambiente, ela foi totalmente envolta pela estrutura exterior de concreto, sem nenhum contato com o exterior, de maneira que permitisse a eficiência no sistema de condicionamento de ar; apenas os banheiros dos camarins possuem aberturas para o hall de acesso restrito na fachada sudeste; fachada essa que é favorecida pela abundante incidência dos ventos e pelo uso das chapas de aço perfuradas que facilitam sua passagem.

A zona de circulação central do edifício é privilegiada pelas aberturas da estrutura metálica que faz a ligação entre os blocos e que não se encontra totalmente fechada pelas placas de policarbonato, fazendo com que os ventos adentrem no interior da edificação, cruzando toda a parte central, como podemos observar através das figuras 104 e 105. Já o último bloco, onde estão localizados a administração, as áreas de serviço e os ateliês, possui esquadrias com dimensões consideráveis para o exterior.



**FIGURA 104: Incidência dos ventos na fachada da edificação.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.



**FIGURA 105: Permeabilidade dos ventos no interior da edificação.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

Contribuindo para a circulação dos ventos, todos os ambientes de área molhada foram dispostos nas extremidades do edifício, voltadas para o exterior, de maneira que, não somente tivessem contato com a circulação do vento, como também proporcionassem o contato com a luz indireta (devido à existência dos painéis perfurados) do sol. Além do mais, a maior quantidade de áreas molhadas ficou localizada na fachada sudoeste, a que mais recebe incidência da luz solar durante o período da tarde.

Três pequenos jardins foram inseridos no térreo do edifício para favorecer a renovação do ar e os espelhos d'água presentes na fachada principal, onde incidem os ventos, finalizam as estratégias de conforto, propiciando a manutenção do clima através do refrescamento dos ventos, além de serem elementos estilísticos que valorizam a forma do edifício ao espelhar suas formas.

### **10.3.6 AÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Devido às constantes preocupações com a falta de água no Estado e também em todo o nordeste, preocupações com a captação de água das chuvas são bem pertinentes para as novas edificações que vem sendo construídas, principalmente as de caráter público, que precisam demonstrar e por em prática esse tipo de preocupação para com o meio ambiente.

Atualmente, a cidade de Campina Grande vem passando por uma crise no sistema de abastecimento de água devido à irregularidade das chuvas, dessa forma, foi proposta a inserção de um sistema de captação e uso da água das chuvas, não só pelo fato da crise hídrica que acomete a cidade, mas também pelos benefícios que o sistema proporciona, como a diminuição dos gastos com a conta de água além de ajudar a diminuir possíveis acumulações de água nas imediações do edifício.

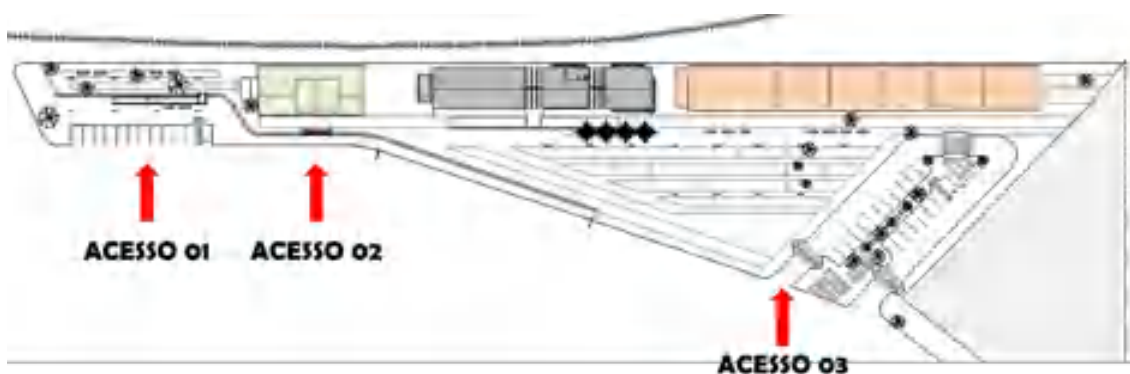
O sistema capta a água de boa parte do edifício, sendo na fachada nordeste, captado através dos espelhos d'água e na fachada sudoeste por meio de calhas existentes no nível "0" (zero), que encaminham as águas para o sistema onde é tratada e armazenada. O ambiente construído, onde se dá o tratamento e a estocagem da água tem capacidade para receber até 6.000L em sistemas de cisternas comercializadas no mercado.



#### 10.4 INTERVENÇÕES NO SÍTIO – ÁREA EXTERNA

De acordo com as estratégias iniciais traçadas para a intervenção, para melhorar a integração entre a Estação Velha e a comunidade, de forma que os transeuntes sintam-se convidados a adentrar no sítio, foram eliminadas as barreiras físicas que impediam tal acesso; as grades de todo o antigo complexo ferroviário foram eliminadas e a pequena barreira que havia entre a área externa do edifício sede e os galpões/estacionamento também foram retiradas, possibilitando uma integração de todo o novo complexo cultural, que agora é conformado em três edifícios: o edifício sede da Estação Velha (figura 106, em verde) com a renovação do ambiente do Museu do Algodão, o novo edifício (figura 106, em cinza) que traz novas atividades para a comunidade ao conjunto e por fim o edifício dos galpões (figura 106, em bege) que dá suporte às atividades externas além de ser uma área para exposições temporárias.

É importante destacar que, tanto o quiosque metálico e a estrutura que abrigava o trem presente no sítio, foram retirados, pois não possuíam nenhum valor arquitetônico e histórico. Propõe-se a realocação do trem, para a praça João Vasconcelos, localizada nas imediações da área objeto de estudo.



**FIGURA 106: Nova configuração espacial do sítio.**

Fonte: Acervo do autor, 2016.

Os acessos foram dispostos de maneira que pudessem transpor, principalmente, o desnível da rua em relação ao sítio. Dessa maneira, para o acesso 01 (figura 106), foi inserida uma rampa acessível em frente a um pequeno estacionamento criado para 12 veículos; o acesso 02 (figura 106) continuou o mesmo que já existia, sendo inserido apenas corrimãos para facilitar a subida, já o acesso 03 (figura 106) é o local onde se estabeleceu o estacionamento principal, com 25 vagas, sendo destes, 5 para motocicletas,



configurando assim, um total de 37 vagas ofertadas, coerente com a legislação que exige, pelo menos, 32 vagas.

No piso, foi mantido o material original, em pedras portuguesas brancas, que estavam presentes nas imediações do edifício sede, inclusive, o mesmo material foi utilizado para dar unidade ao novo piso que foi estendido até o estacionamento principal. Uma faixa transitável, feita com piso permeável, drenante e antiderrapante, se estende do edifício sede até o edifício dos galpões, condicionando um possível caminho a ser percorrido pelos visitantes do centro cultural. Nas imediações do edifício sede, apenas o piso da porção sudeste, foram remodelados de acordo com a paginação do restante do centro cultural, para da uniformidade e unidade ao lugar.



**FIGURA 107: Pisos utilizados na paginação da área externa.**

Fonte: [www.ajgr.com.br](http://www.ajgr.com.br) / [www.casadaardosia.com.br](http://www.casadaardosia.com.br) / [www.pedrasmelo.com.br](http://www.pedrasmelo.com.br)

Ao centro do sítio, em frente ao novo edifício inserido, foi reservada uma área livre que pode receber diversas manifestações culturais pertinentes às atividades do centro, como shows, feiras e exposições externas. Devido a essa motivação em deixar o espaço livre para as atividades ao ar livre, poucas espécies de vegetação foram inseridas no espaço, em canteiros dispersos ao longo da área, tendo uma maior concentração, na zona próxima ao estacionamento. Esse tipo de configuração do espaço, é semelhante ao encontrado em diversos projetos, como é o caso da Estação Cabo Branco em João Pessoa, de Oscar Niemeyer, que privilegia os espaços abertos com a total integração com o passeio público.

Por fim, vale ressaltar que a configuração espacial do novo conjunto cultural que se propõe, foi condicionada para respeitar o ambiente histórico no qual se deu a intervenção, de maneira que o novo edifício introduzido, bem como as novas áreas externas criadas, pudessem considerar as visuais dos edifícios históricos, os passeios já pré-estabelecidos e a ambiência do lugar, buscando resgatar a importância do lugar que outrora fora de grande relevância para a dinâmica da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorar um sítio histórico e importante para a cidade de Campina Grande, de maneira que pudesse devolver à cidade um equipamento cultural totalmente remodelado, levando em consideração o estudo teórico dos preceitos da restauração e análise de projetos de intervenção foi a tônica desse trabalho. O produto final obtido consistiu na junção de todos os aspectos contemplados ainda na fase inicial da pesquisa, evidenciando a relevância de todos os tópicos tratados no decorrer do trabalho.

A divisão do conteúdo em quatro grandes partes foi ideal para atender as necessidades do assunto abordado, sendo imprescindível para a sistematização dos dados e para o andamento do trabalho, haja vista as dificuldades inerentes a um projeto que tenta estabelecer uma correlação teórico/prático de forma coerente entre as necessidades do lugar e os anseios conceituais das práticas de intervenções.

As mudanças que foram necessárias ser realizadas nos edifícios históricos contribuíram para a valorização dos mesmos, de acordo com o programa que foi estabelecido para cada um, de maneira que foram respeitados os aspectos arquitetônicos essenciais para o reconhecimento da obra, não produzindo um falso histórico. Já o novo edifício proposto tem na sua forma e na sua tectônica, o grande diferencial, por se inserir com cautela no sítio, trazendo consigo diversas referências do sistema ferroviário, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma edificação moderna pelo vasto uso do concreto aparente e pela sua forma monolítica, cumprindo seu dever de atrair a curiosidade do público.

Como principais dificuldades têm-se, primeiramente, a profusão de conceitos e vertentes teóricas referentes à temática da intervenção e restauração em patrimônio histórico, sendo, cada uma, de extrema importância na formação do próprio conceito e pensamento para elaboração projetual coerente com a importância do ambiente no qual se manifesta a ação do arquiteto. Já na parte prática, outra dificuldade encontrada está no fato da área de intervenção estar inserida num ambiente histórico com certo grau de descaso, tanto pela população, quanto pelo poder público, dificultando uma melhor inserção na ambiência e no cotidiano do local objeto de estudo. Mas, de

um modo geral, os objetivos traçados ao longo da caminhada acadêmica, foram alcançados, pois foi possível conceber um edifício conexo com o meio e promover mudanças singelas, porém significativas, na conformação do novo centro cultural que agora pode assumir uma importância mais significativa para a sua cidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eneida de. **O “construir no construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática.** 2009. 236 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo. São Paulo – São Paulo. 2009.

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira de. **Metamorfose Arquitetônica: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado.** 2006. 351 f. Tese de Mestrado – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador - Bahia. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura.** Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. **NBR 15655-1: Plataformas de elevação motorizada para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional.** Rio de Janeiro, 2009.

BLOG RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. **Aqui jaz, a Estação Velha, gênese do progresso de Campina Grande.** Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/02/aqui-jaz-estacao-velha-genese-do.html>>. Acesso em: 24 de Jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estações ferroviárias de Campina Grande.** Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/02/aqui-jaz-estacao-velha-genese-do.html>>. Acesso em: 24 de Janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Memória: o antigo Restaurante Turístico da Estação Velha.** Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2015/06/memoria-o-antigo-restaurante-turistico.html>>. Acesso em: 24 de Jan. 2015.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração.** São Paulo: Ateliê Editorial. 2 ed. 2004.

BRITTO, Haroldo Maranhão Bezerra Cabral de. **Centro Cultural Capitania das Artes (CCCA).** 2014. 144 f. Tese de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – Rio Grande do Norte. 2014.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar nº 003, de 09 de outubro de 2006.** Promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande. Campina Grande, 2006.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Lei nº 5410/13, de 23 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre o disciplinamento geral e específico dos projetos e execuções de obras e dá outras providências. Campina Grande, 2013.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

COSTA, Danielly Walesk de Oliveira. **Estudo de Desenho Urbano para o bairro Vila Mocó em Itaporanga (PB)**. 2014. 156 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). João Pessoa – Paraíba. 2014.

CRUZ, Evaldo. Programa Trienal de Campina Grande (1974-1976). Campina Grande: Grafset, 1974.

DE GRACIA, Francisco. **Construir em lo construído: La arquitectura como modificacion**. Madri: NEREA, 1992.

DELGADO, Maria Joana Ferreira Cardoso Sardoeira. **A Requalificação Arquitectónica na Reabilitação de Edifícios: critérios exigênciais de qualidade; estudos de caso**. 2008. 73 f. Tese de Mestrado – Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto. Porto – Portugal. 2008.

FERRAZ, Marcelo. **Numa velha fábrica de tambores: SESC-Pompéia comemora 25 anos**. Vitruvius, Minha Cidade, abr. 2008. <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.093/1897>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2014.

INGARDEN & EWY ARCHITECTS. **Małopolski ogród sztuki, Kraków**. Disponível em: <http://www.iea.com.pl/projekt.php?lang=1&pro=26>>. Acesso em: 19 de Mar. 2016.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Cesare Brandi e a teoria da restauração**. Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 21, p 198-211, jun. 2007.

LUQUE, André. **Centro Cultural de Araras**. Disponível em: <<http://www.andreluque.com/portofolio/centro-cultural-de-araras/>>. Acesso em: 18 de Mar. 2016.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes. 1988.

MARTINS, Angela Maria Moreira. **Turismo e arquitetura: a produção do atrativo via singularidade/notoriedade do lugar**. Vitruvius, Arqtextos, fev. 2008. <<http://www.leffa.pro.br/textos/abnt.htm#5.16.2>>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Manual de preservação de edificações ferroviárias antigas da RFFSA (1991)**. Disponível em: <[www.transportes.gov.br/images/2015/06/preserfe.pdf](http://www.transportes.gov.br/images/2015/06/preserfe.pdf)>. Acesso em: 09 de Mar. 2016.

NEUFERT, Ernst. **Arte de Projetar em Arquitetura**. 13ª Ed. São Paulo: Gustavo Gili, S.A. 1998.

PARAÍBA. Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. **Norma técnica nº 004/2013**. Dispõe sobre a classificação das edificações quanto à natureza da ocupação, carga de incêndio, altura e área construída. João Pessoa, 2013.

\_\_\_\_\_. Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. **Norma técnica nº 007, de 17 de maio de 2014**. Estabelece os procedimentos administrativos e as medidas de

segurança contra incêndio para regularização das edificações de baixo risco. João Pessoa, 2014.

\_\_\_\_\_. Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. **Norma técnica nº 010, de 09 de maio de 2014**. Estabelece os requisitos mínimos necessários para a segurança contra incêndio e pânico em centros esportivos e de exibição. João Pessoa, 2014.

\_\_\_\_\_. Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. **Norma técnica nº 012, de 19 de setembro de 2015**. Estabelece os requisitos mínimos necessários para o dimensionamento das saídas de emergência para que sua população possa abandonar a edificação em caso de incêndio ou pânico. João Pessoa, 2014.

PORTAL A'DESIGN AWARD & COMPETITION. **Malopolska Garden of Arts (MGA) Performing arts centre e mediatheque by Ingarden & Ewý Architects**. Disponível em: <https://competition.adesignaward.com/design.php?ID=34088>>. Acesso em: 19 de Mar. 2016.

PORTAL ARCHDAILY. **Malopolska Garden of Arts / Ingarden & Ewý Architects**. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/288978/malopolska-garden-of-arts-ingarden-ewy-architects>>. Acesso em: 19 de Mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Clássicos da Arquitetura: SESC Pompéia / Lina Bo Bardi**. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi>>. Acesso em: 16 de Mar. 2016.

PORTAL ARCHITIZER. **Malopolska Garden of Arts**. Disponível em: <http://architizer.com/projects/malopolska-garden-of-arts/>>. Acesso em> 19 de Mar. 2016.

PORTAL AUM ARQUITETOS. **Centro Cultural de Araras**. Disponível em: <<http://aumarquitetos.com.br/projeto/centro-cultural-de-araras/?cat=7>>. Acesso em: 19 de Mar. 2016.

PORTAL CONCURSOS DE PROJETO. **Centro Cultural de Araras – São Paulo**. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2009/10/28/centro-cultural-de-araras-sao-paulo/>>. Acesso em: 17 de Mar. 2016.

PORTAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS. **Rede regional de museus**. Disponível em: < <http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/rede-regional-de-museus>>. Acesso em: 03 de Fev. 2015.

PORTAL DEZEEN MAGAZINE. **Malopolska Garden of Arts by Ingarden & Ewý**. Disponível em: <<http://www.dezeen.com/2012/11/22/malopolska-garden-of-arts-by-ingarden-ewy>>. Acesso em: 19 de Mar. 2016.

PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre os municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 26 de Jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Histórico dos municípios.** Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 26 de Jan. 2015.

PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus Ibram.** Disponível em:

<<http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-ibram/>>. Acesso em: 25 de Jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Guia brasileiro de museus – Região Nordeste.** Disponível em: <

[http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb\\_nordeste.pdf](http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_nordeste.pdf)>. Acesso em: 03 Fev. 2015.

PORTAL DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

**Carta de Atenas.** Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 23 de Mar. 2015.

PORTAL DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Centro de**

**Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC).** Disponível em: <

<http://www.cptec.inpe.br/>>. Acesso em: 03 de Dez. 2015.

PORTAL ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **Município de Campina Grande**

– **PB.** Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/paraiba/campina.htm>>.

Acesso em: 27 de Jan. 2015.

PORTAL VITRUVIUS. **Concurso nacional de projetos para recuperação da**

**histórica Estação Ferroviária de Araras para implantação do Centro Cultural**

**Municipal.** Disponível em:

<<http://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/04.041/2323?page=2>>. Acesso em: 18 de Mar. 2016.

PIMENTEL, André Almeida. **Inventário arquitetônico do Armazém da Estação Velha na cidade de Campina Grande – PB.** 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Arquitetura e Urbanismo, FACISA – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **O século 20 e a constituição de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande-PB 1930-1950.** Revista CPC, São Paulo, n. 11, p. 103-135, nov. 2010.

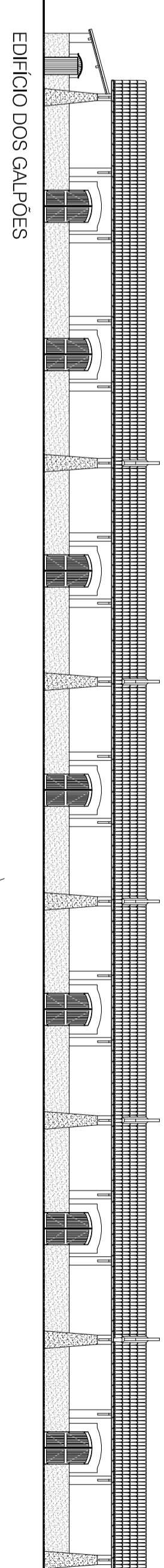
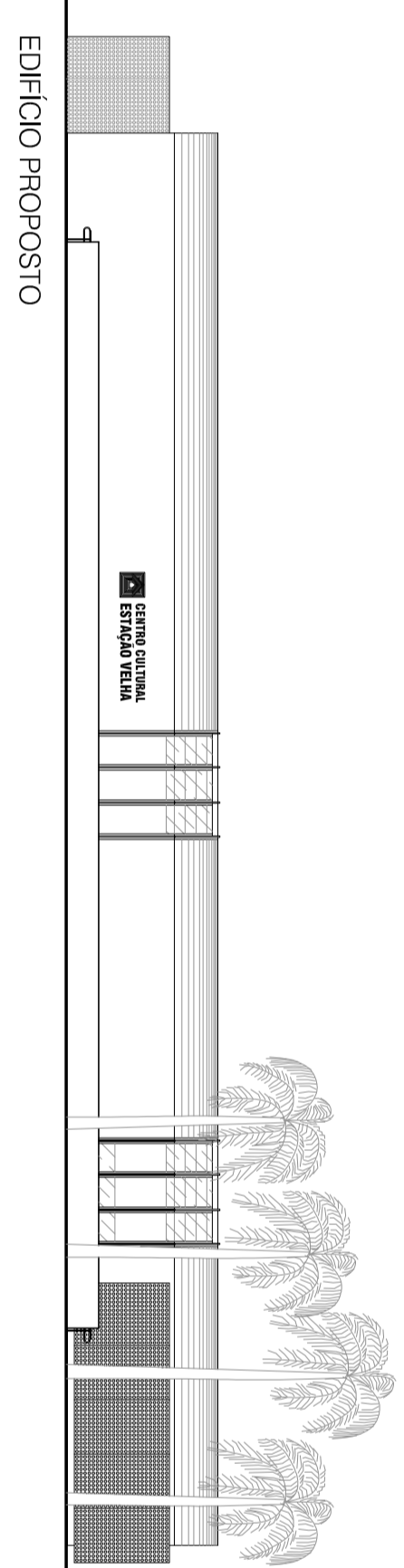
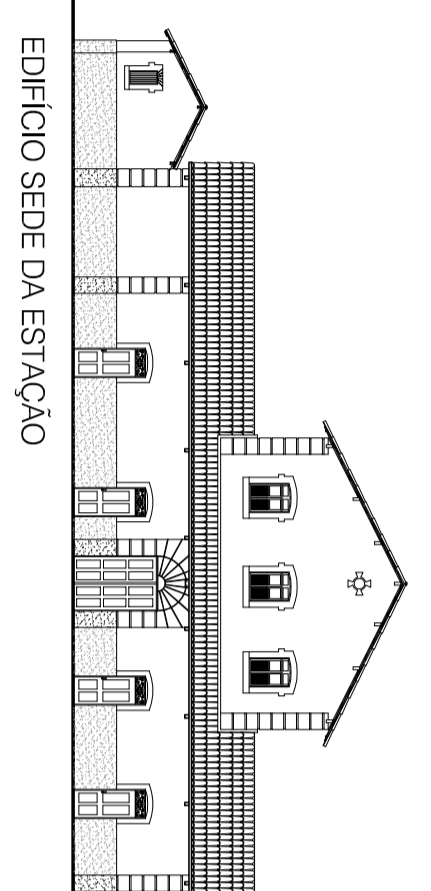
SANTO, Flávia Prata Martins Espírito. **Lina Bo Bardi: Um olhar sobre o restauro no Brasil.** Anais do CONIC-SEMESP. Volume 1, 2013. Faculdade Anhanguera de Campinas, São Paulo. 2013.

SILVA, Heitor de Andrade. **Projeto em áreas consolidadas de Patrimônio Cultural: propostas para a construção de uma metodologia de ensino.** 2012. 392 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – Rio Grande do Norte. 2012.

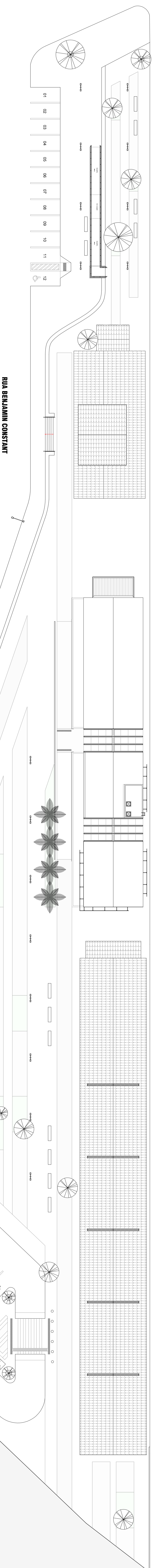
VIEIRA, Natália. ; CAVALCANTI-BRENDLE, M. B. U. . **Nova arquitetura e preexistências: a contribuição contemporânea ao patrimônio da cidade.** In: XIII Congresso Internacional da ABRACOR (Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais). 2009, Porto Alegre. 2009.



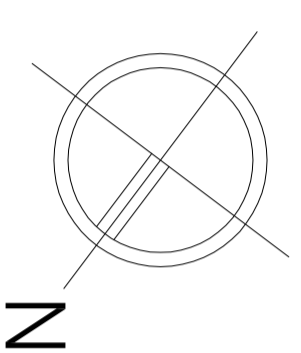




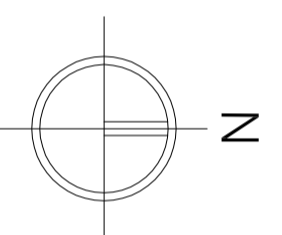
RUA GUILHERMINO BARBOSA  
(Linha Férrea)



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
ESCALA 1/250



PLANTA DE SITUAÇÃO  
ESCALA 1/1000



ESCALA GRÁFICA  
0 10 20 40 60

RUA BENJAMIM CONSTANT

HIPERMERCADO  
HIPER SUPERMERCADO

**PRESCRIÇÕES URBANÍSTICAS (COMPLEXO CULTURAL)**

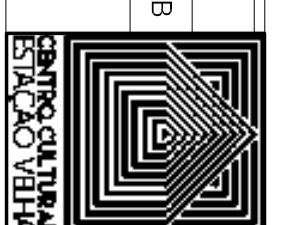
ÁREA BRANQUELA	241,50m²
COEF. APROVEITAMENTO	0,18%
TAXA DE OCUPAÇÃO	0,18%

**ÁREAS DE OCUPAÇÃO**

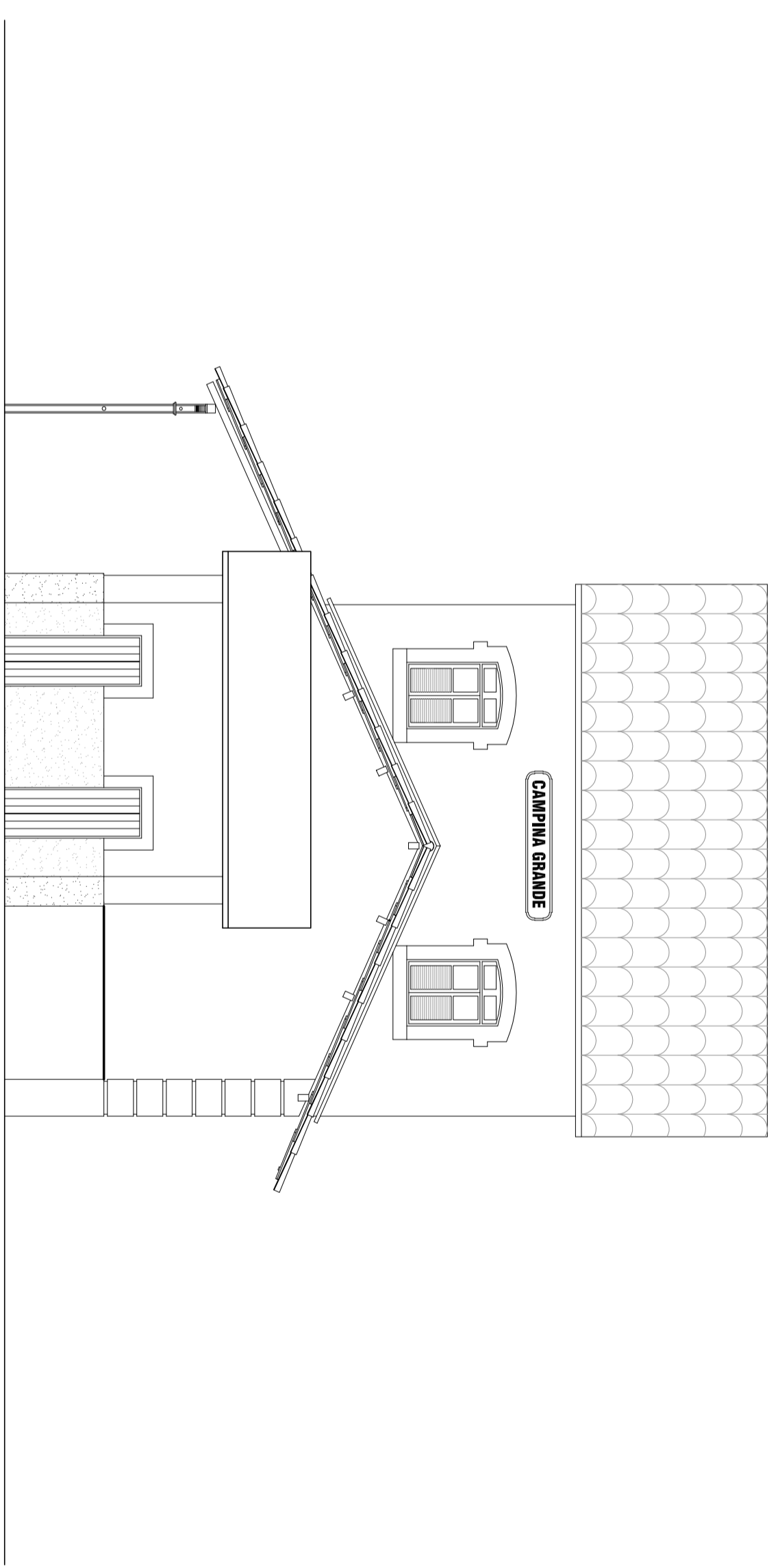
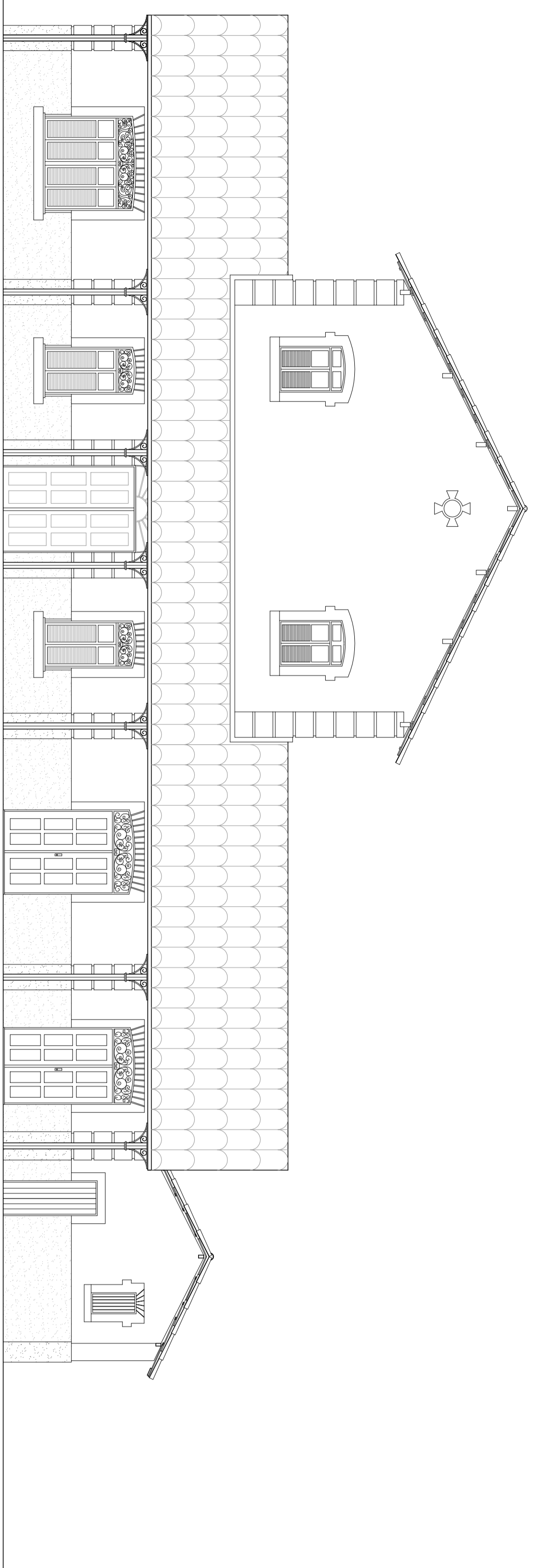
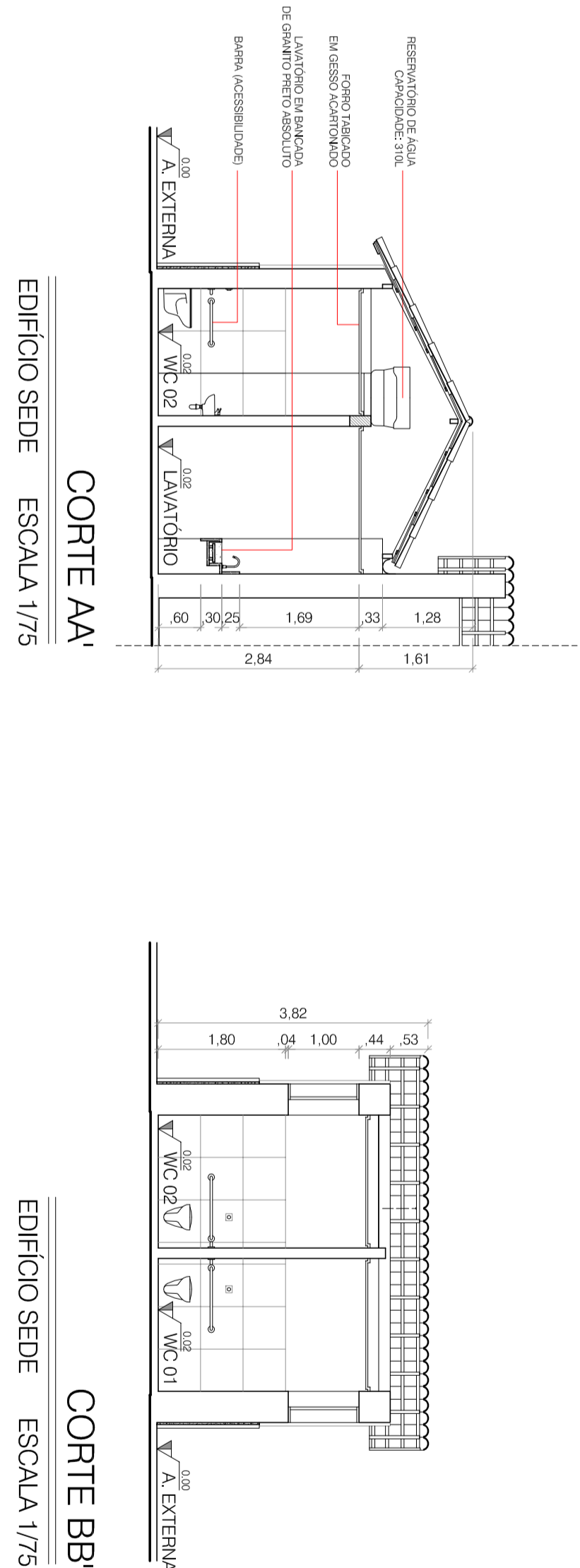
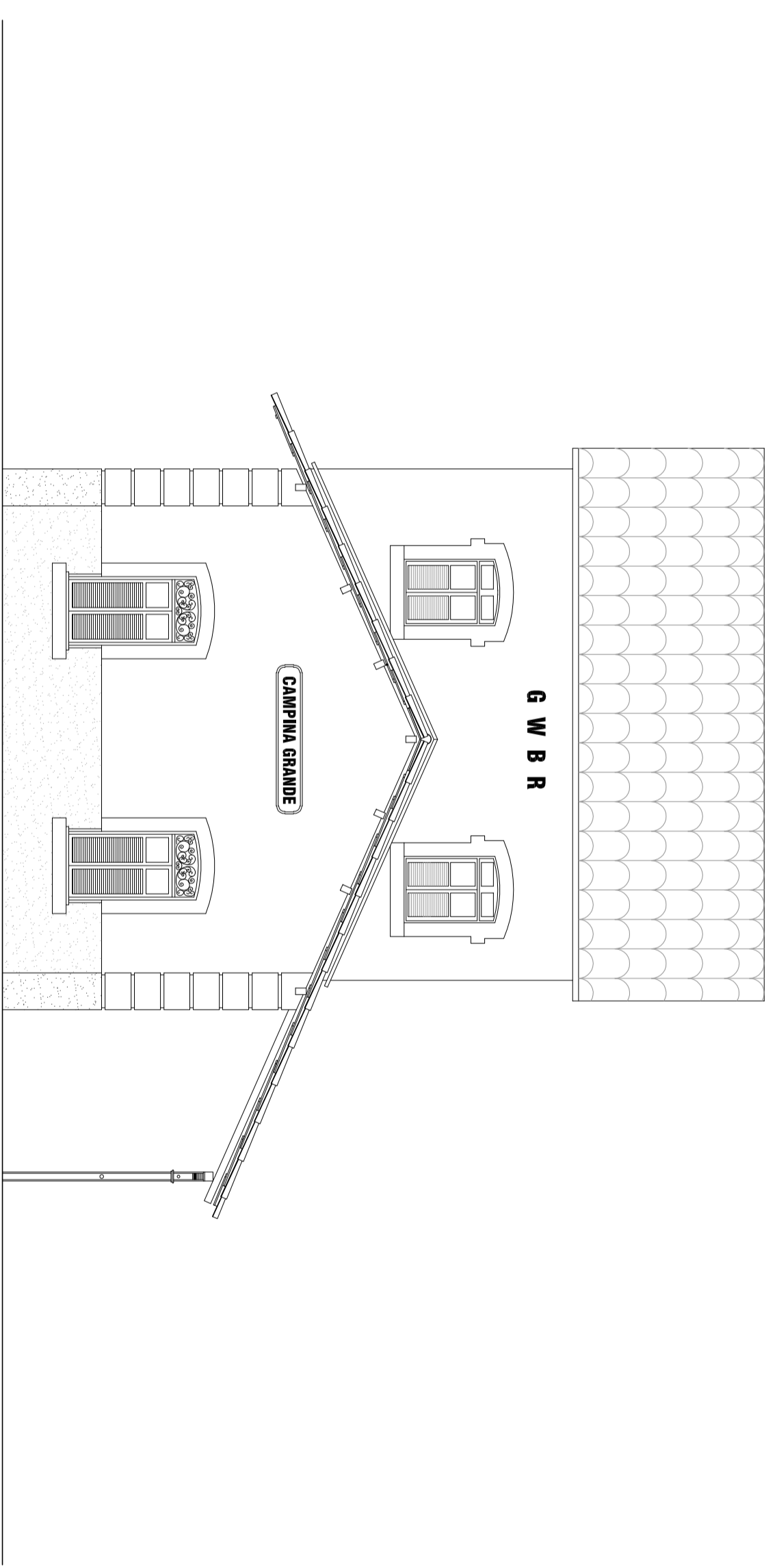
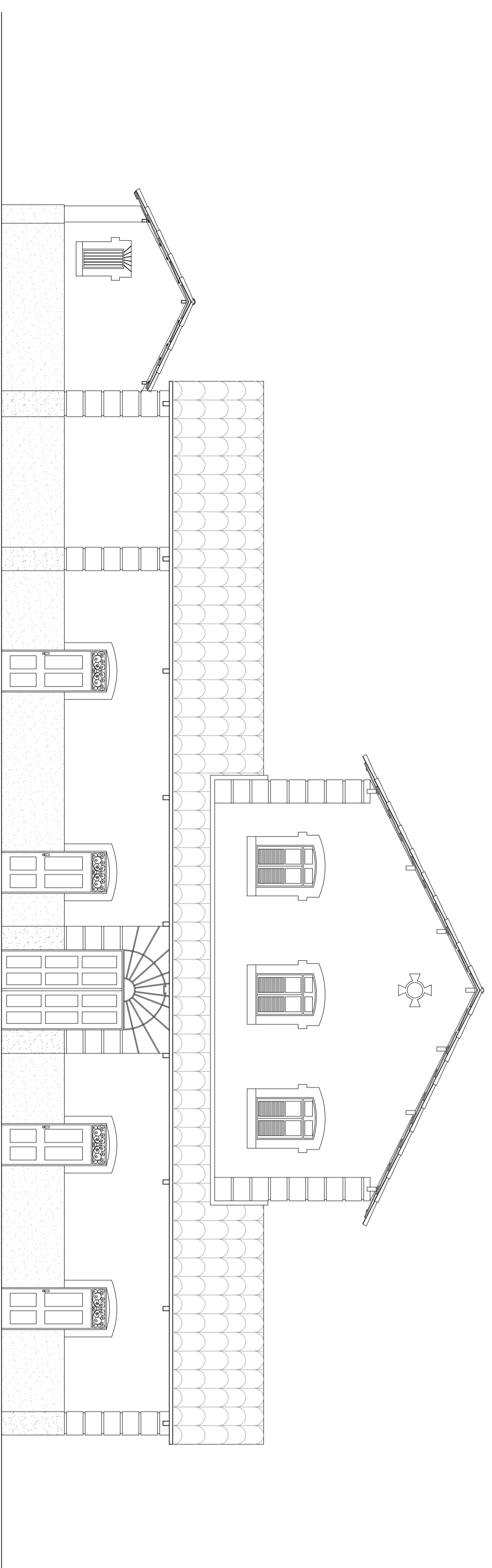
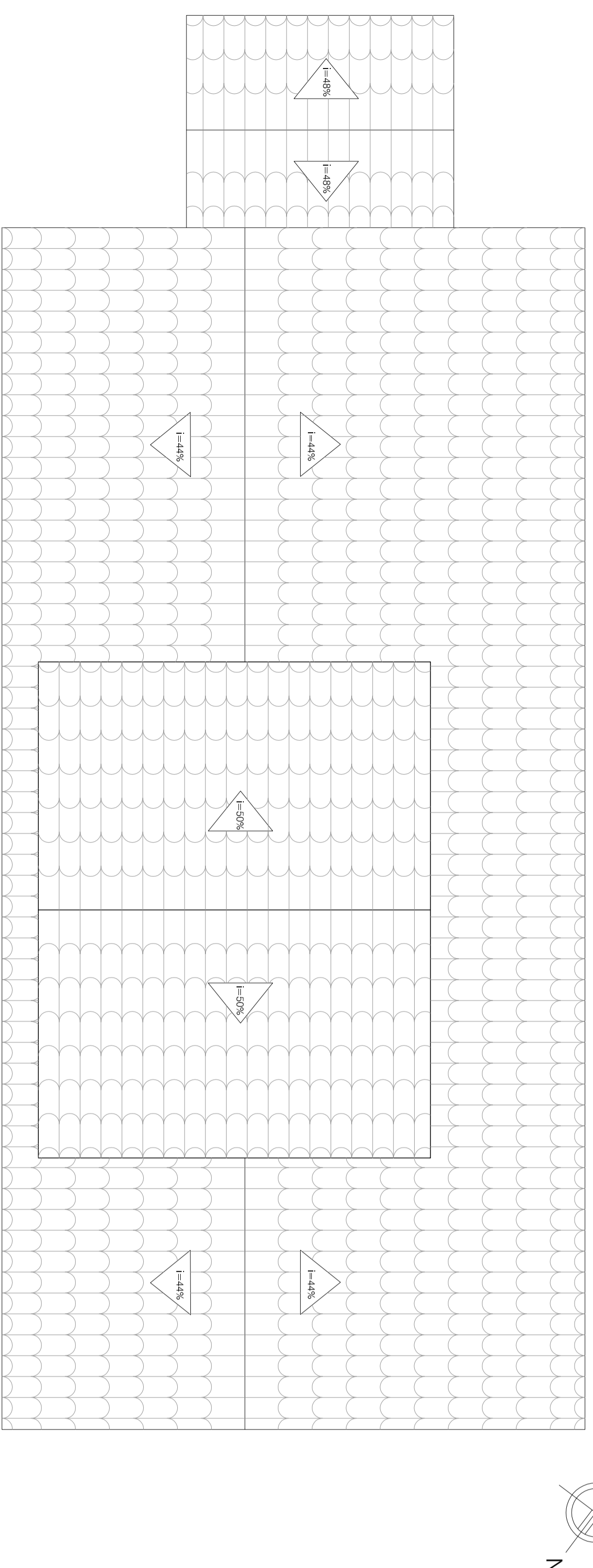
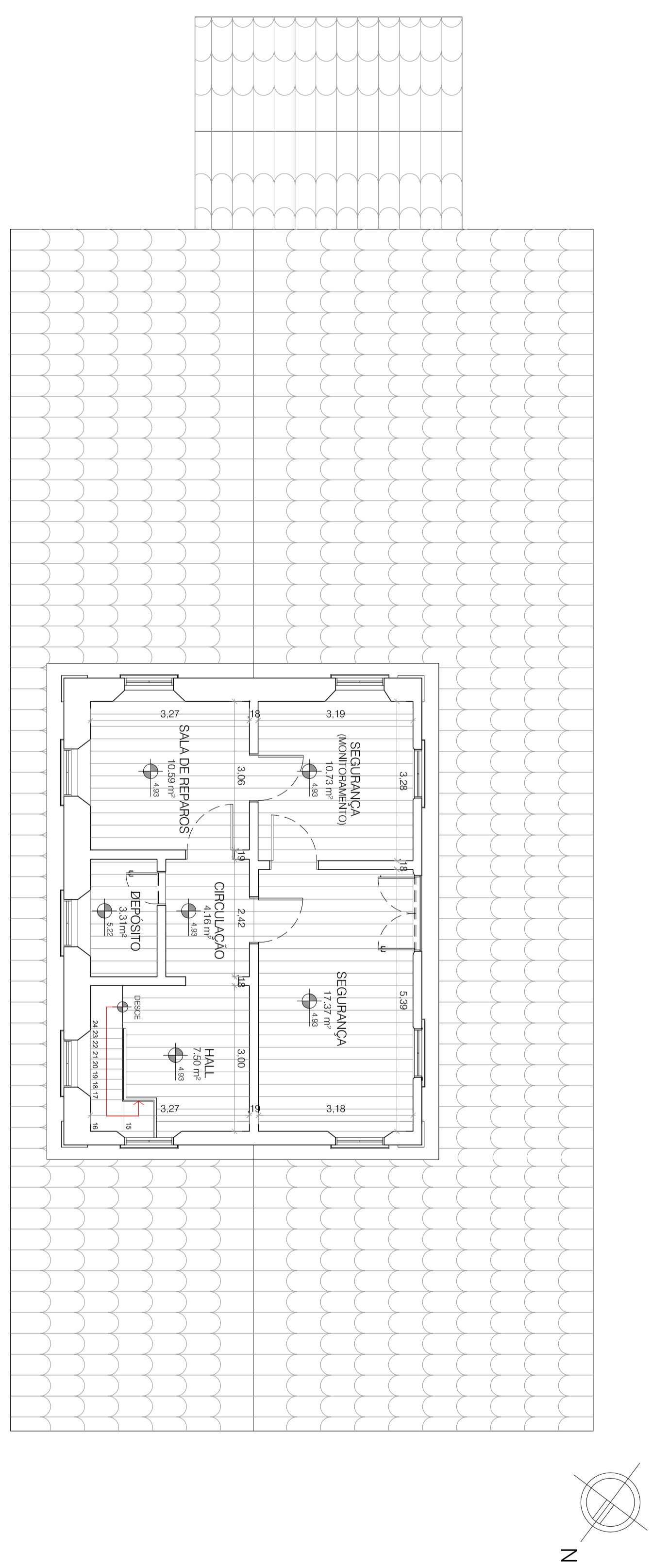
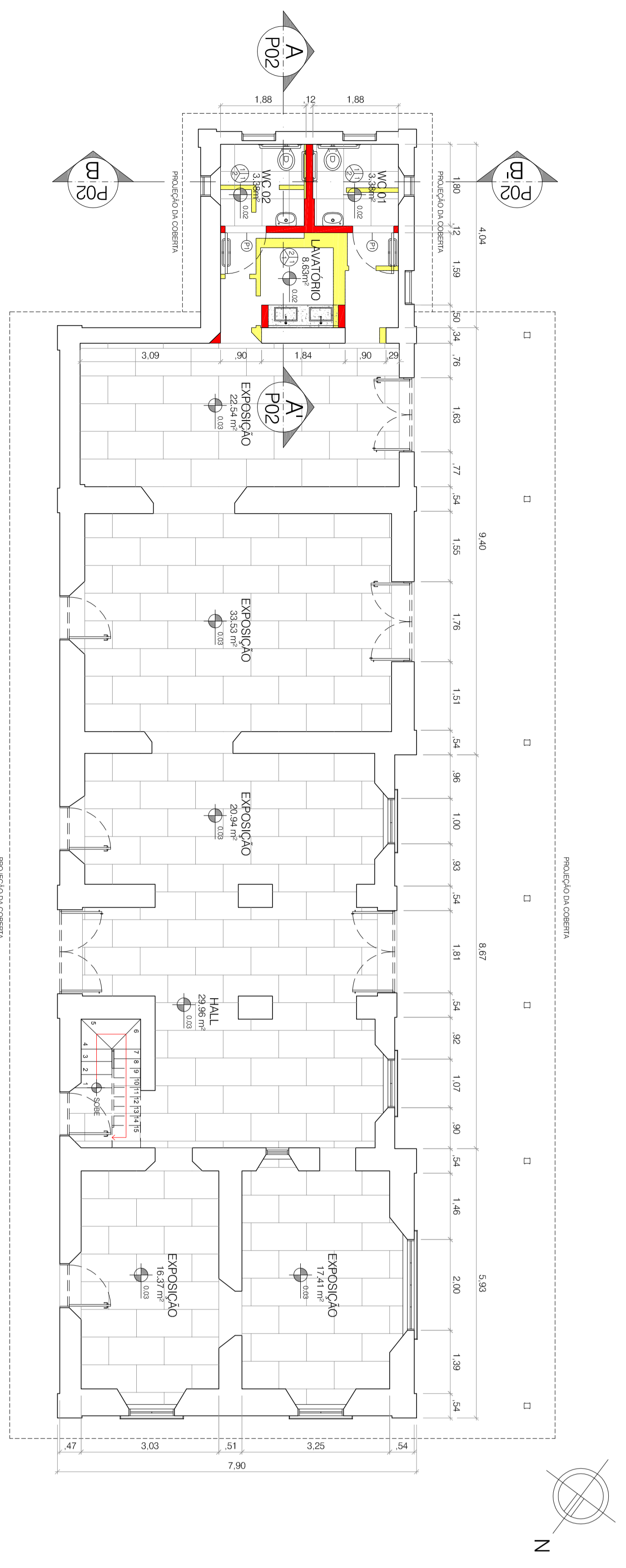
TERRENO	8.305m²
EDIFÍCIO SEDE	303,83m²
EDIFÍCIO PROPOSTO	544,33m²
EDIFÍCIO GALPÕES	961m²

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA CIVIL  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
AUTOR: MAURO STENIO CARDOVA ROCHA  
ORIENTADOR: HÉTOR DE ANDRADE SILVA

PROJETO: Intervenção em sítio histórico - Centro Cultural Estação Velha  
ENDEREÇO: Rua Benjamin Constant, s/n, Estação Velha - Campina Grande - PB  
ASSUNTO DA PRÁTICA: Práticas de Implantação e Situação  
PRÁTICA: 01  
ESCALA: Indisica  
DATA: JUN/2016







**QUADRO DE ESQUADRIAS**

COD.	ESQUADRIA	MATERIAL	QUANT.
FOR1	FORNOS	ALUMÍNIO	02
FOR2	FORNOS	ALUMÍNIO	02
FOR3	FORNOS	ALUMÍNIO	02

**ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS**

CONDIÇÃO	Nº	MATERIAL
1	1	FERRO (ARREDO) PAVIMENTO COM TELA ALUMÍNIO BRANCA
2	2	REVESTIMENTO CERÂMICO (AZULEJO BRANCO)
3	3	REVESTIMENTO CERÂMICO (AZULEJO BRANCO)

**LEGENDA**

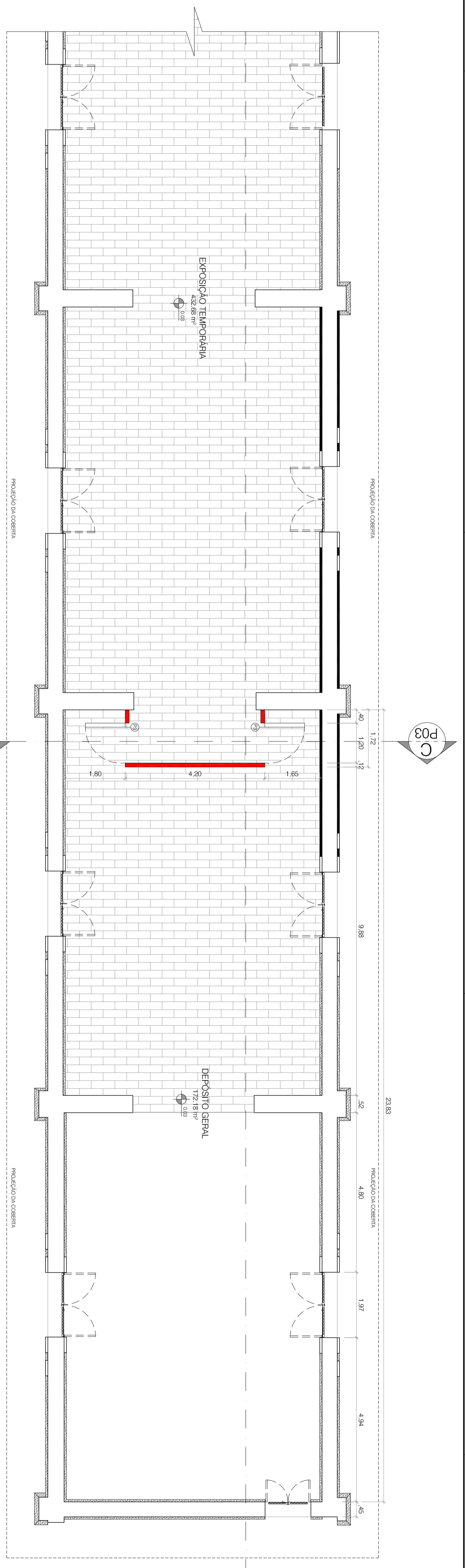
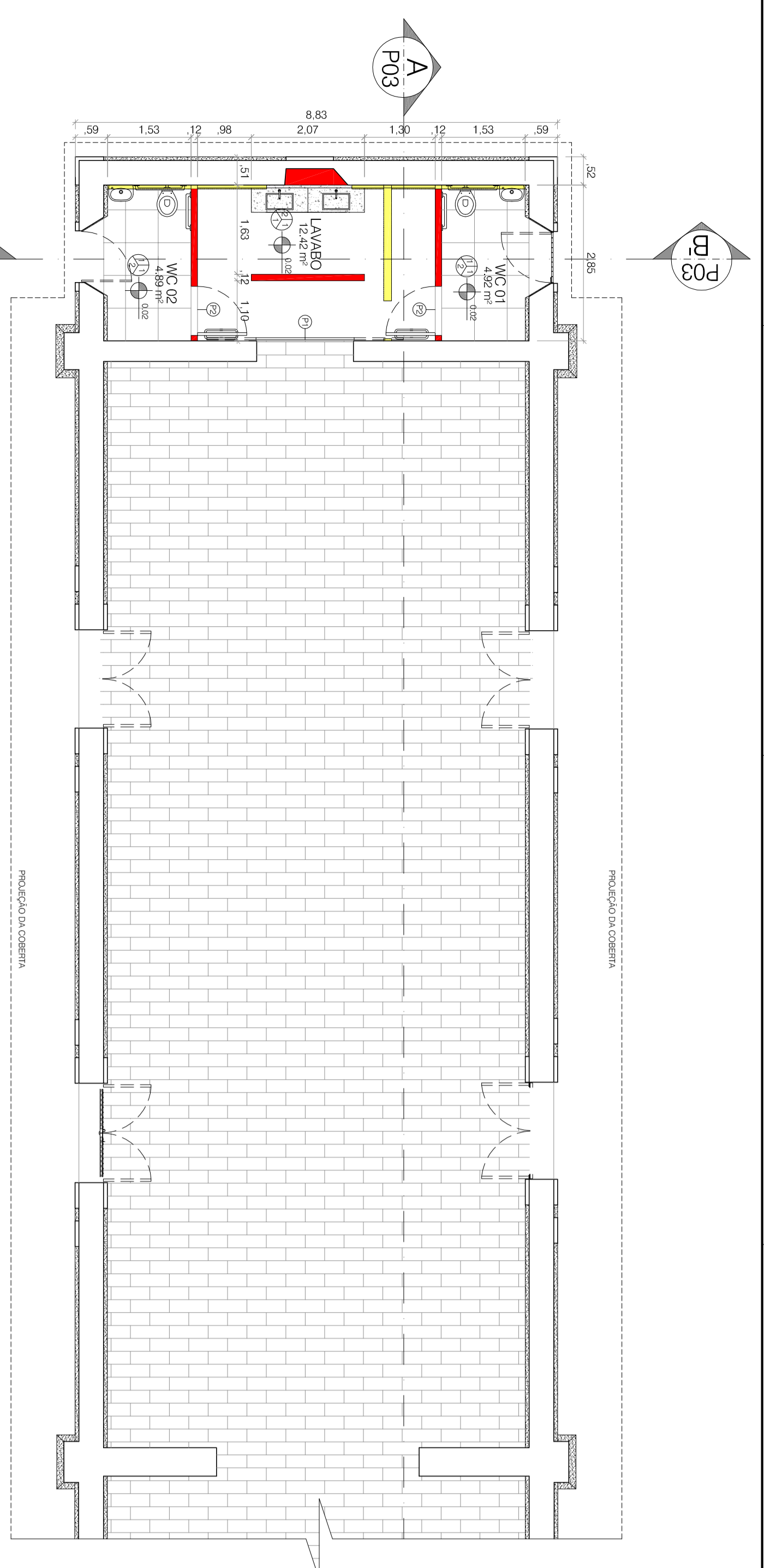
- █ A CONSTRUIR
- █ A DEMOLIR
- █ A CONSERVAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA CIVIL  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
AUTOR: MAURO STENIO CARDOVA ROCHA  
ORIENTADOR: HÉITOR DE ANDRADE SILVA

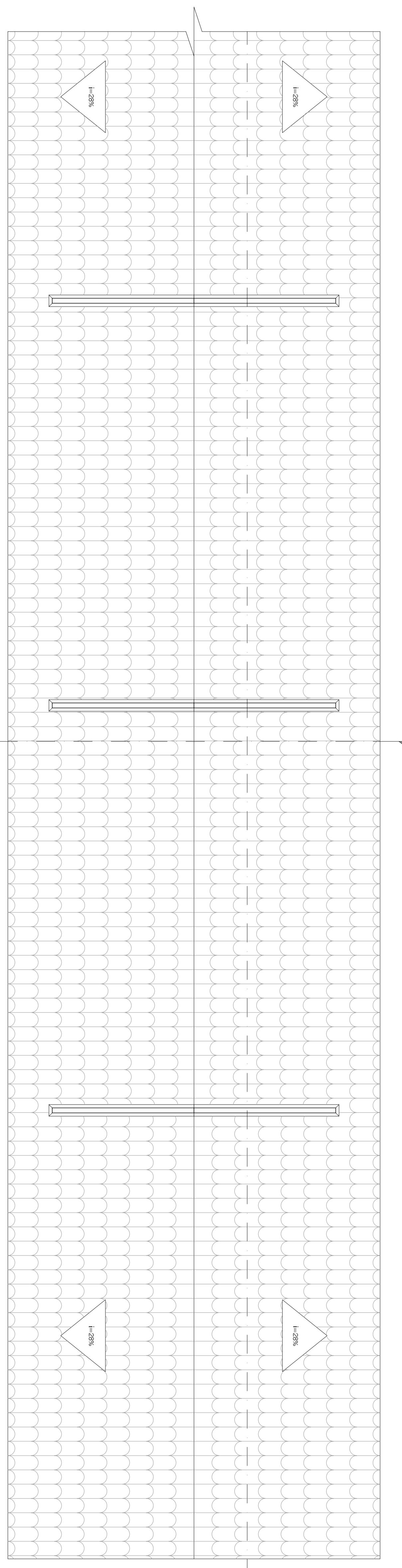
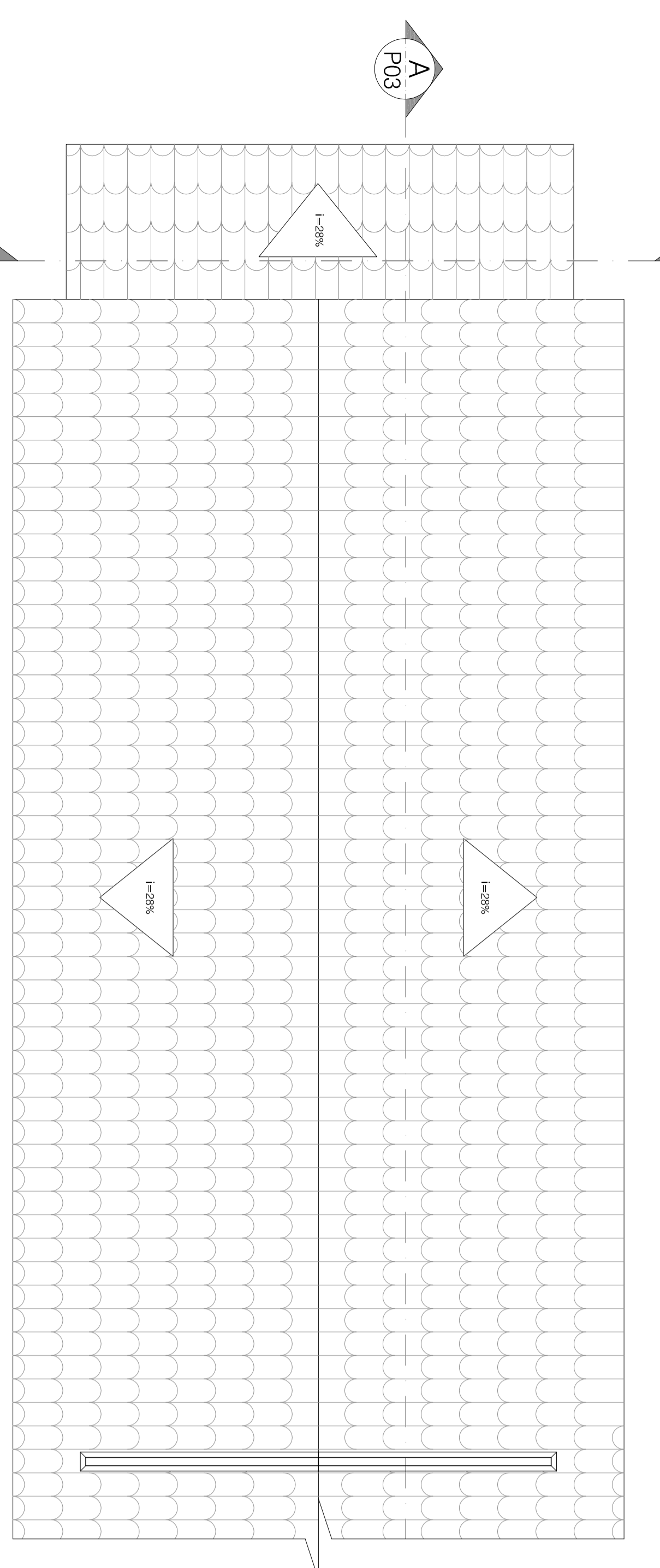
PROJETO: Intervenção em sala de aula - Centro Cultural Estação Velha  
ENDEREÇO: Rua Benjamin Constant, s/n, Edifício Velha - Campina Grande - PB  
ASSUNTO DA PRÁTICA: Prática de intervenção Edifício Sede - PRÁTICA  
ESCALA: 1/75 DATA: JUN/2016

**02**

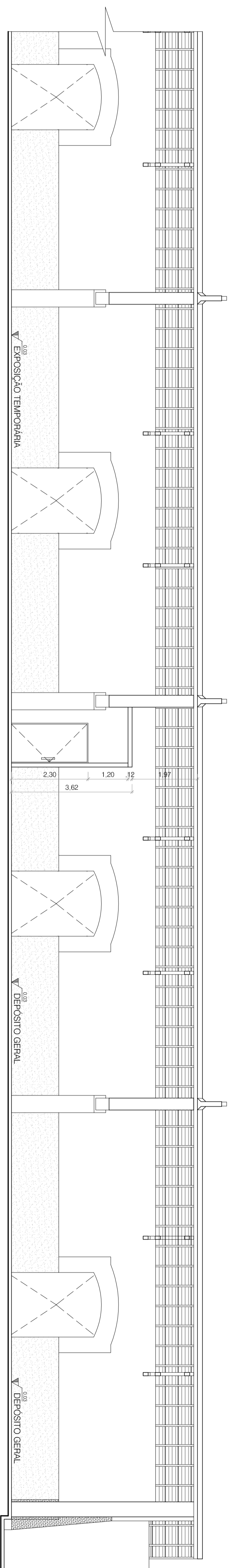
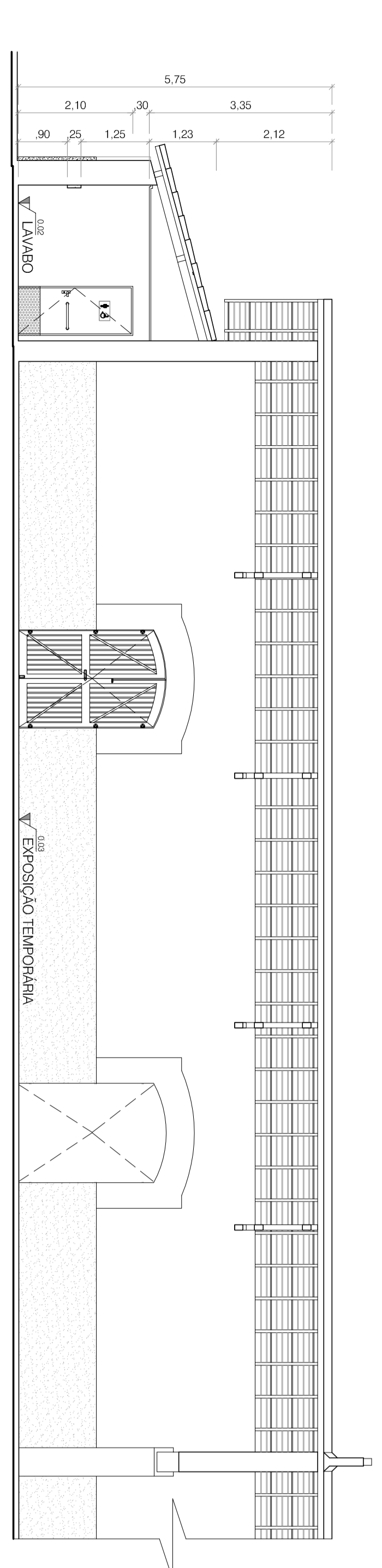




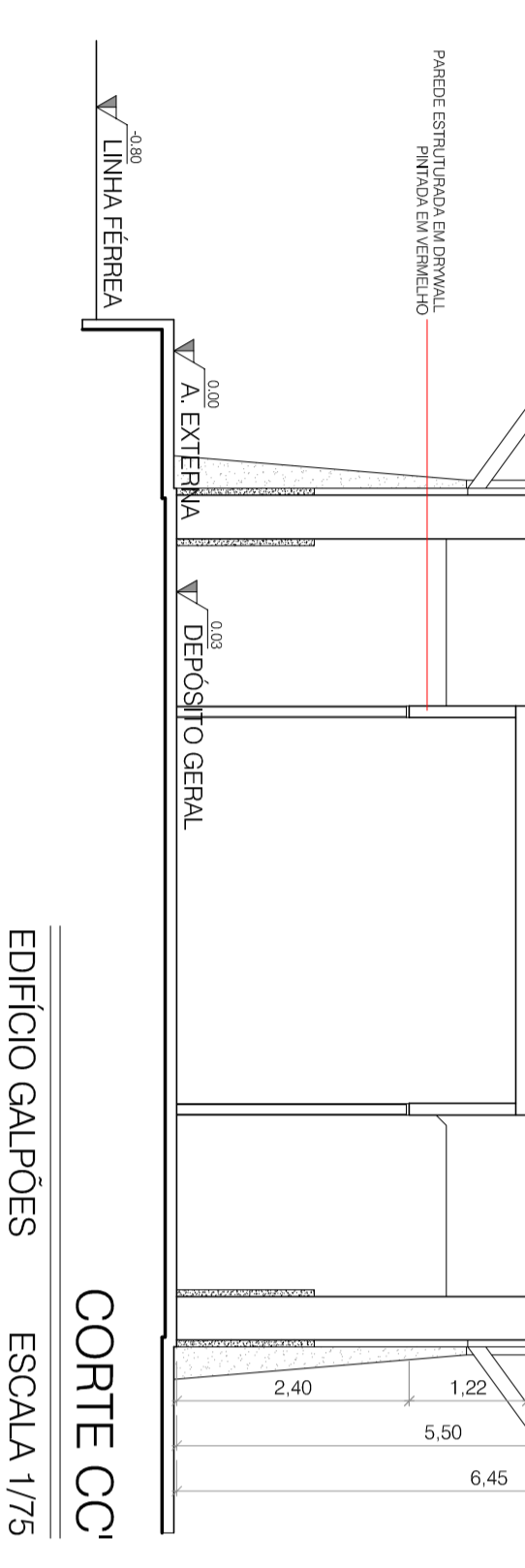
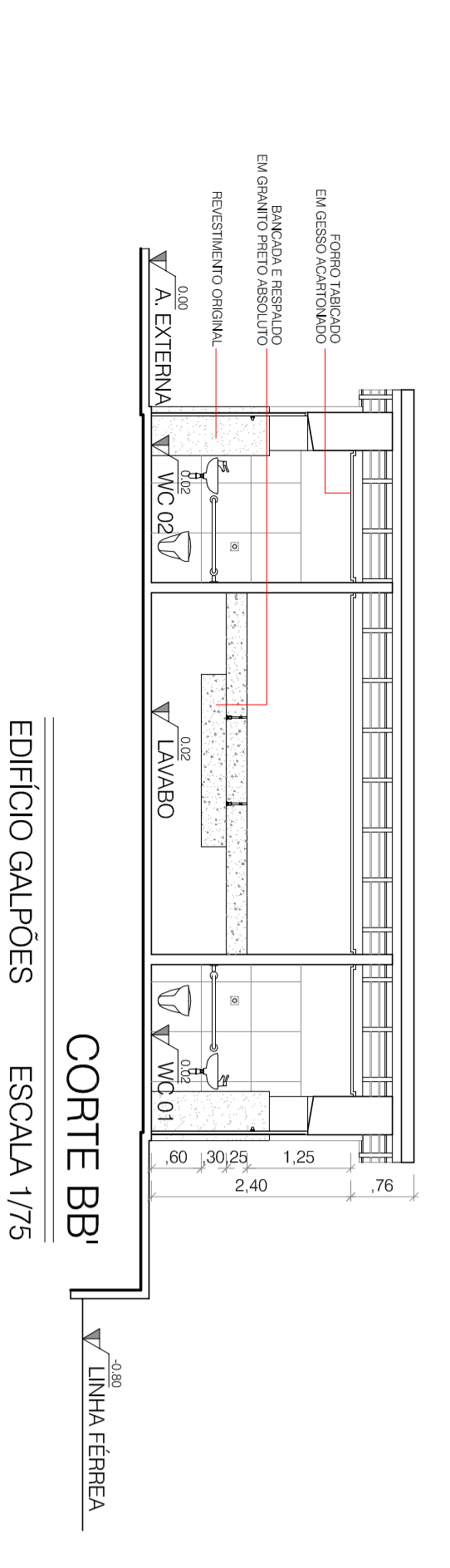
PLANTA BAIXA  
EDIFÍCIO GALPÕES ESCALA 1/75



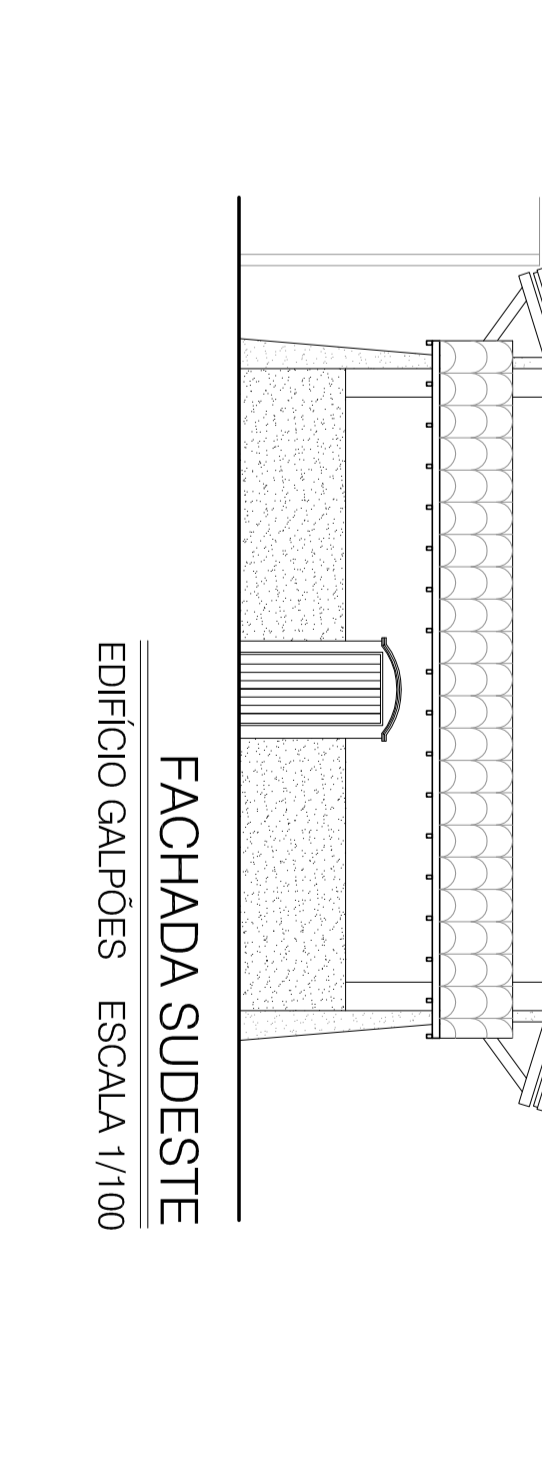
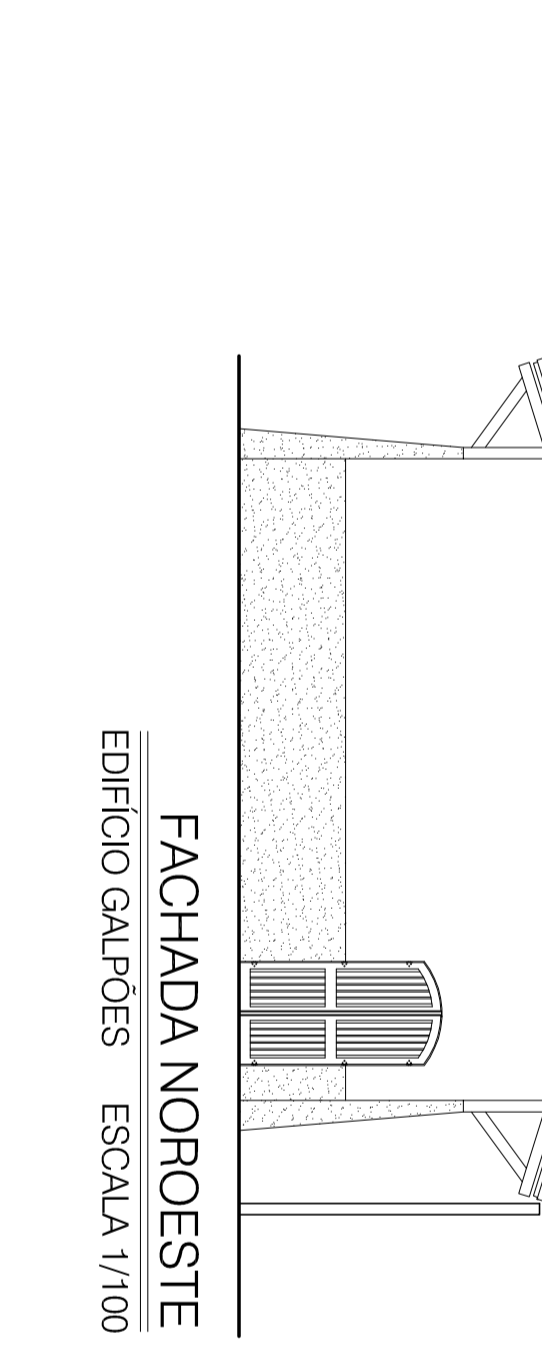
PLANTA DE COBERTA  
EDIFÍCIO GALPÕES ESCALA 1/75



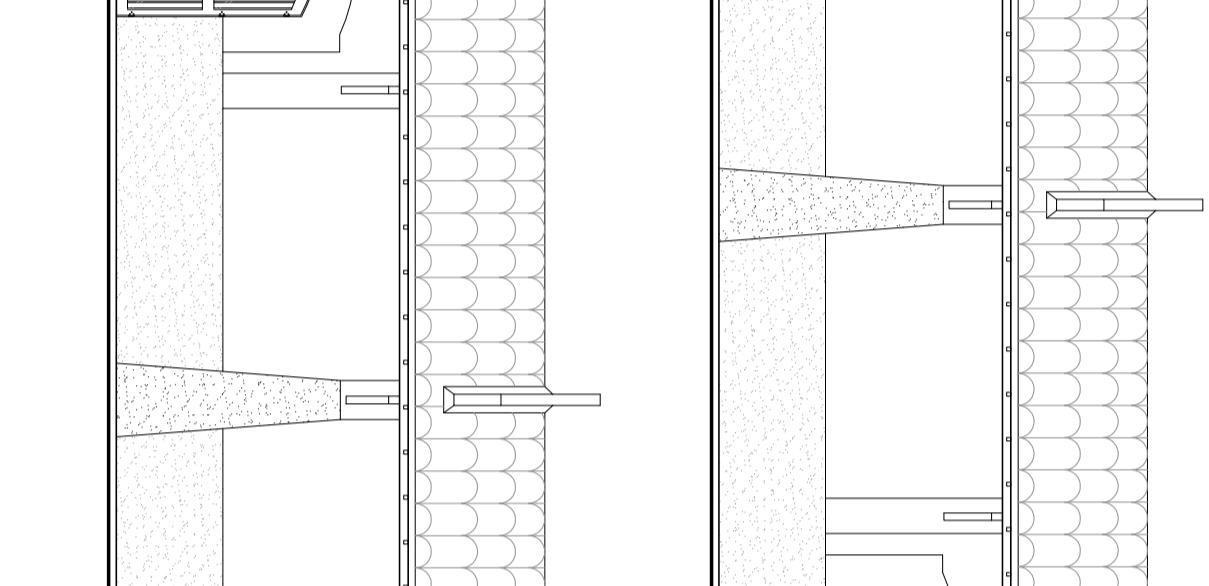
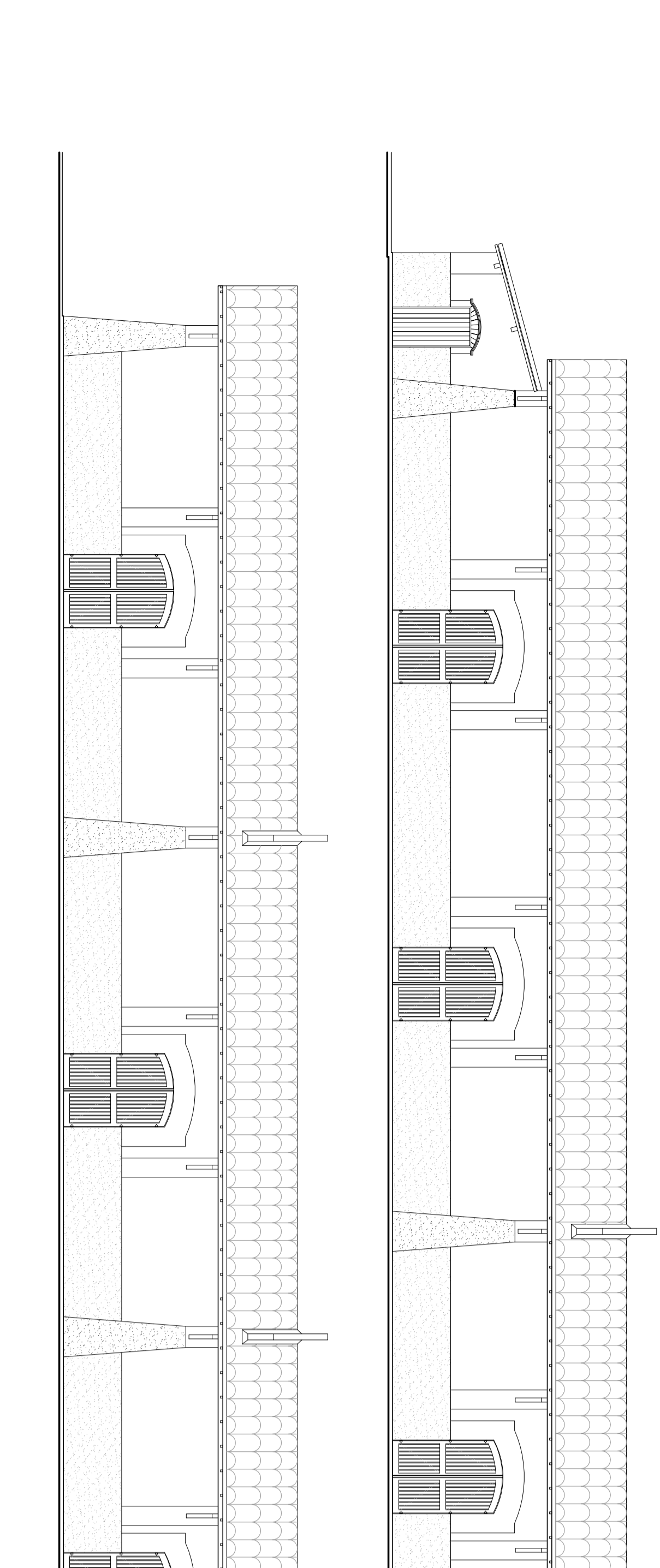
CORTE LONGITUDINAL AA'  
EDIFÍCIO GALPÕES ESCALA 1/75



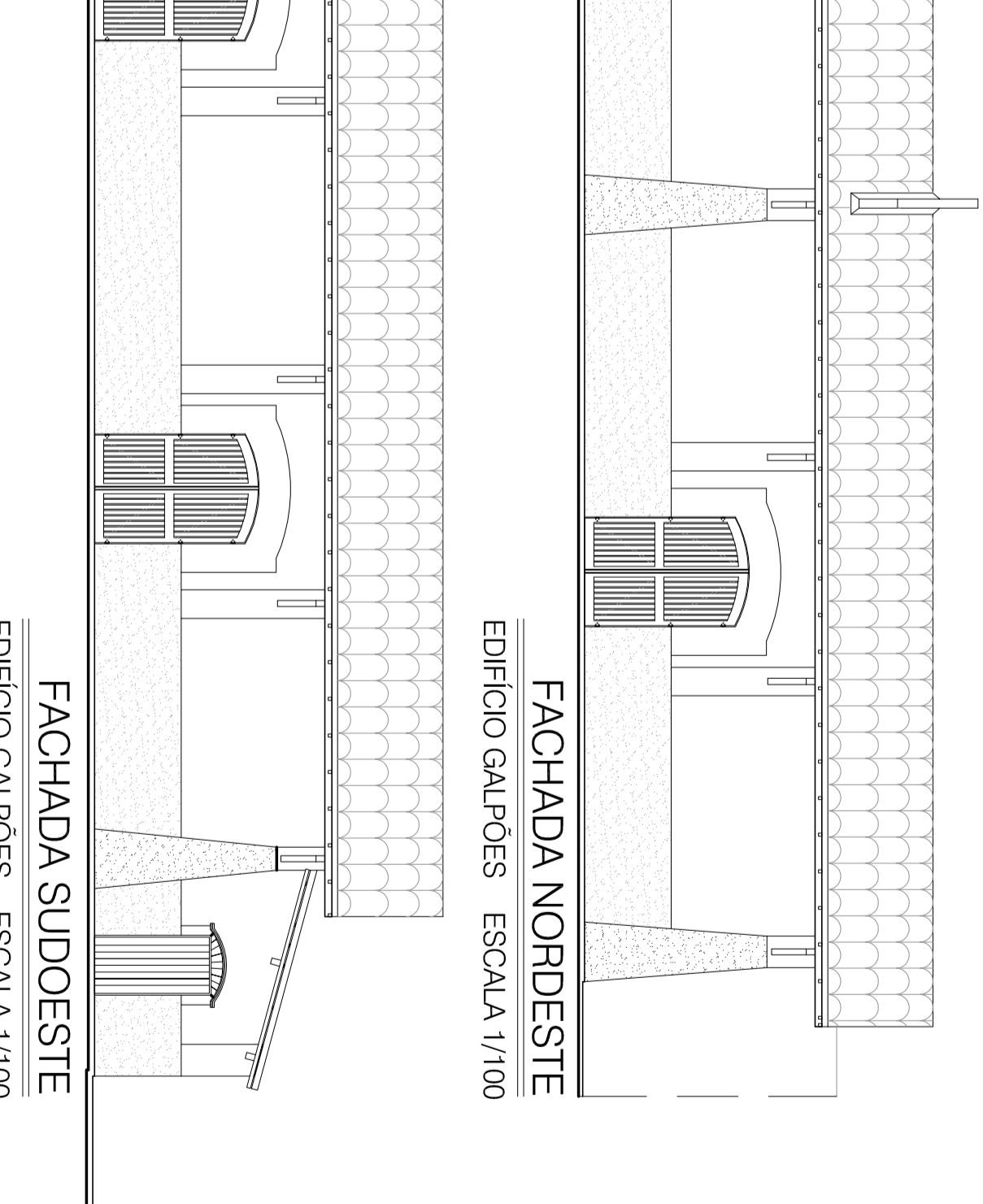
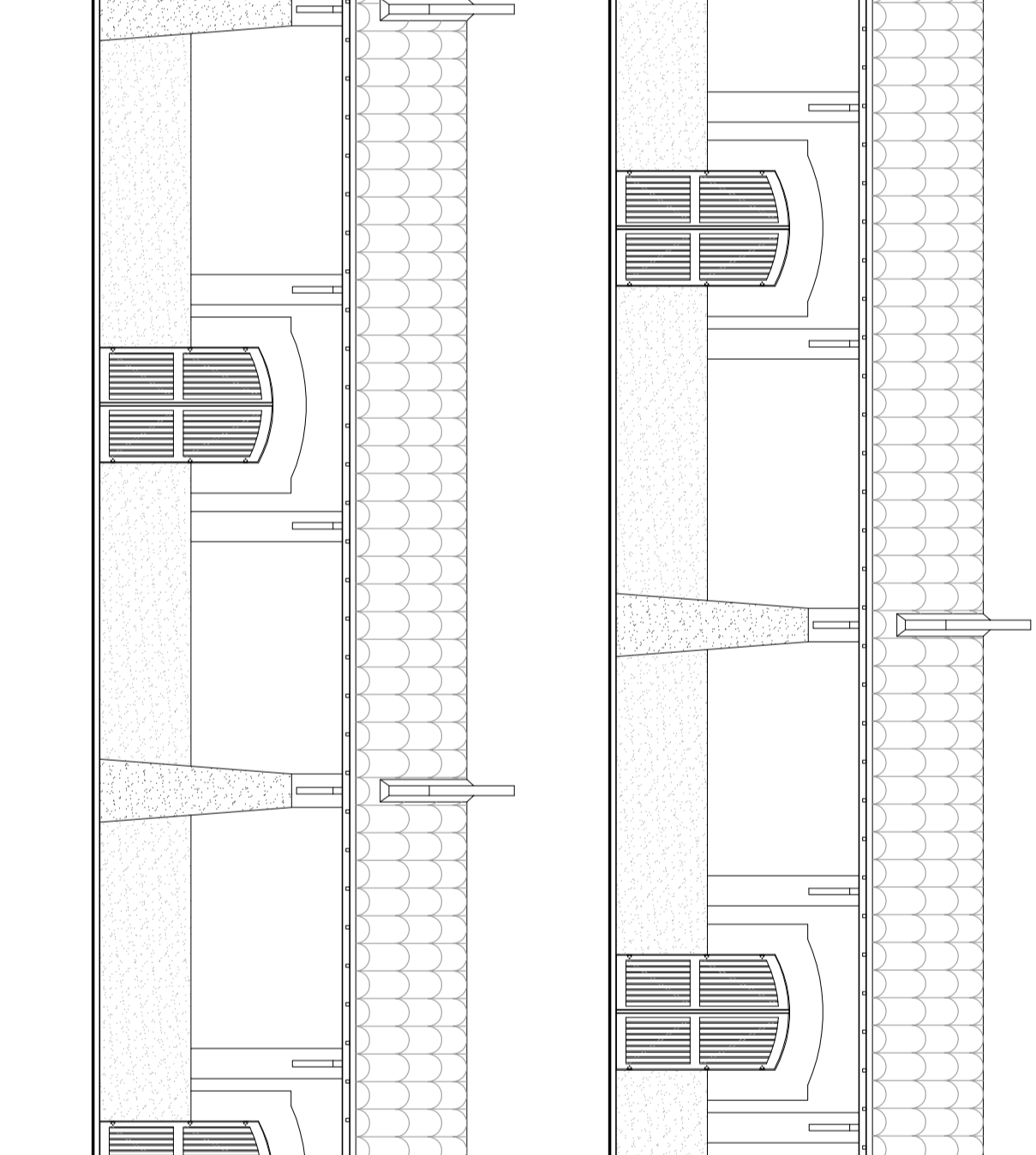
CORTE BB'  
EDIFÍCIO GALPÕES ESCALA 1/75



CORTE CC'  
EDIFÍCIO GALPÕES ESCALA 1/75



FACHADA SUDESTE  
EDIFÍCIO GALPÕES ESCALA 1/100



FACHADA NOROESTE  
EDIFÍCIO GALPÕES ESCALA 1/100

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA CIVIL  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
AUTOR: MAURO STENO CARDOVA ROCHA  
ORIENTADOR: HEITOR DE ANDRADE SILVA

PROJETO: Intervenção em sítio histórico - Campina Grande Estação Velha  
ENDEREÇO: Rua Benjamin Constant, s/n, Edifício Velha, Campina Grande - PB  
ASSINANTE DA PRONÓCIA: Priscila Siqueira Edif. Galpões PRONÓCIA  
ESCALA: Indistinta DATA: Junho/2016

ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAS

CONVENÇÃO	Nº	MATERIAL
	1	FERRÃO DE ALUMÍNIO PERIFÉRICO COM TUBULAGEM BRANCA
	2	REVESTIMENTO CERÂMICO BRANCO 30x30
	3	TUBO DE ALUMÍNIO 100x100
	4	REVESTIMENTO CERÂMICO BRANCO 30x30

QUADRO DE ESQUADRIAS

COD.	EMENSA	MATERIAL	QUANT.	UNID.	VALOR
P01	1,00	ALUMÍNIO PERIFÉRICO BRANCO 100x100	10	m	100,00
P02	1,00	MATERIAL CERÂMICO BRANCO 30x30	100	m²	100,00
P03	1,00	ALUMÍNIO PERIFÉRICO BRANCO 100x100	10	m	100,00
P04	1,00	REVESTIMENTO CERÂMICO BRANCO 30x30	100	m²	100,00

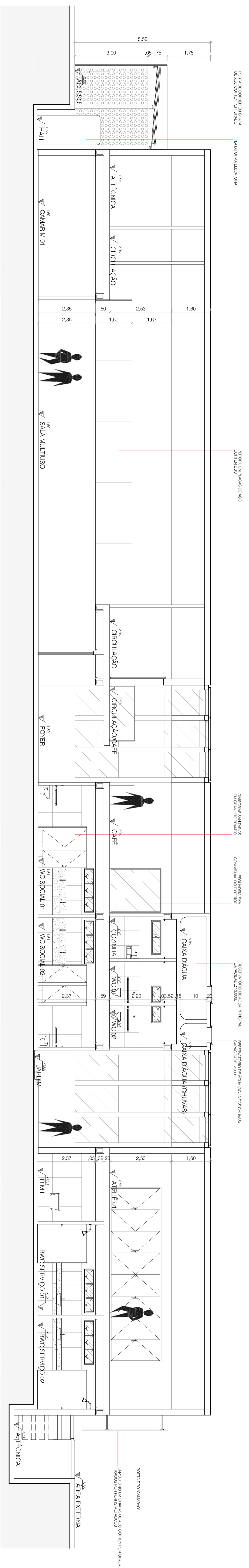
LEGENDA

	1. CONSTRUÇÃO
	2. BRUNDADE
	3. CONSTRUÇÃO

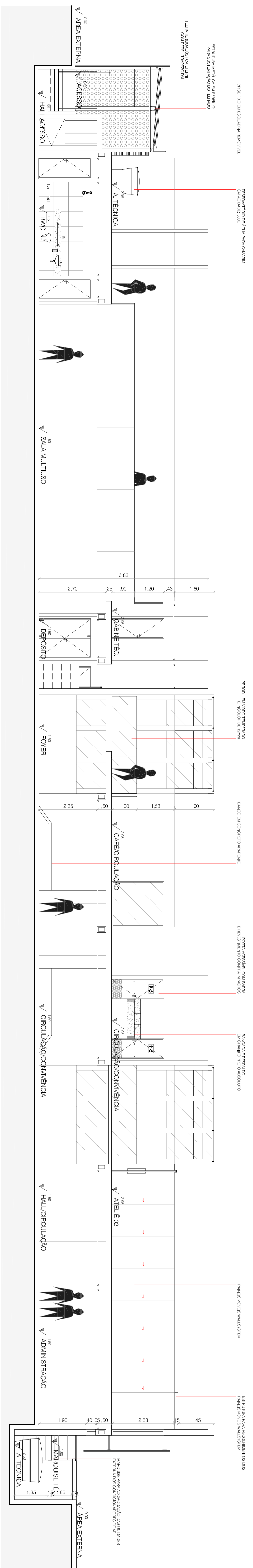




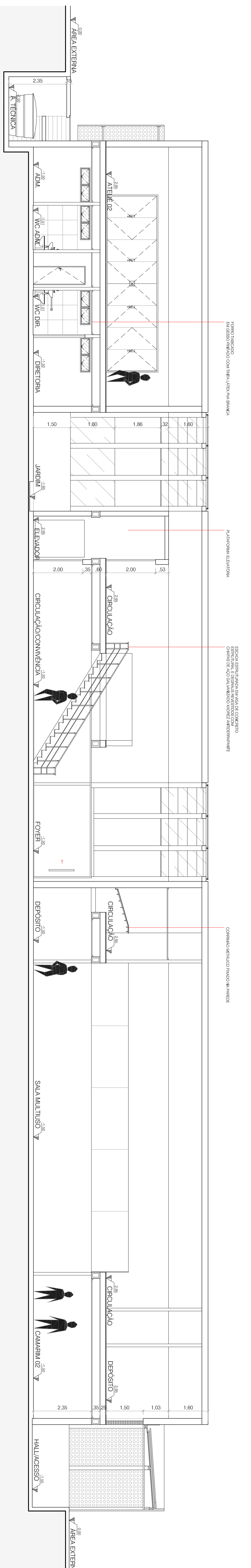




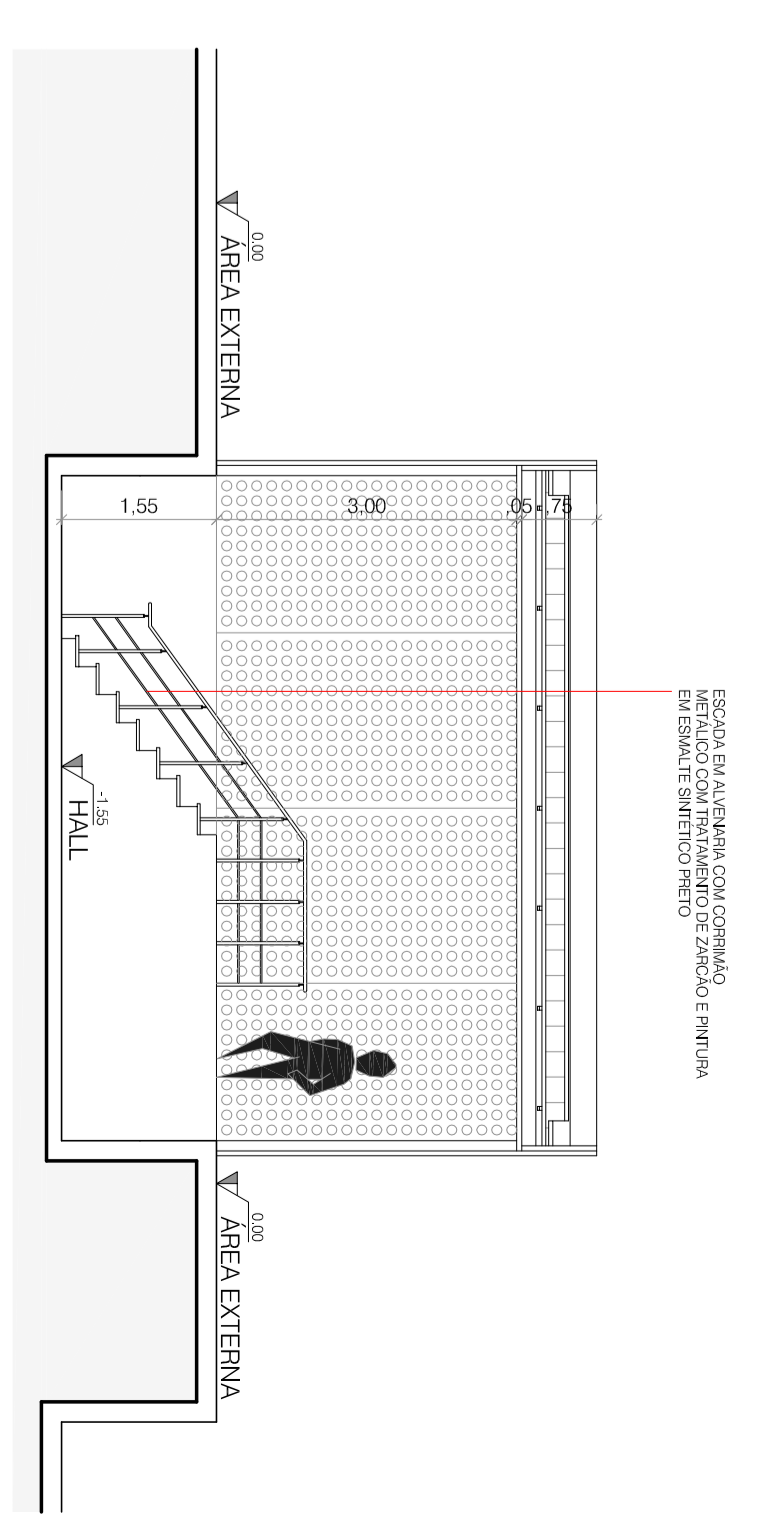
CORTE AA  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



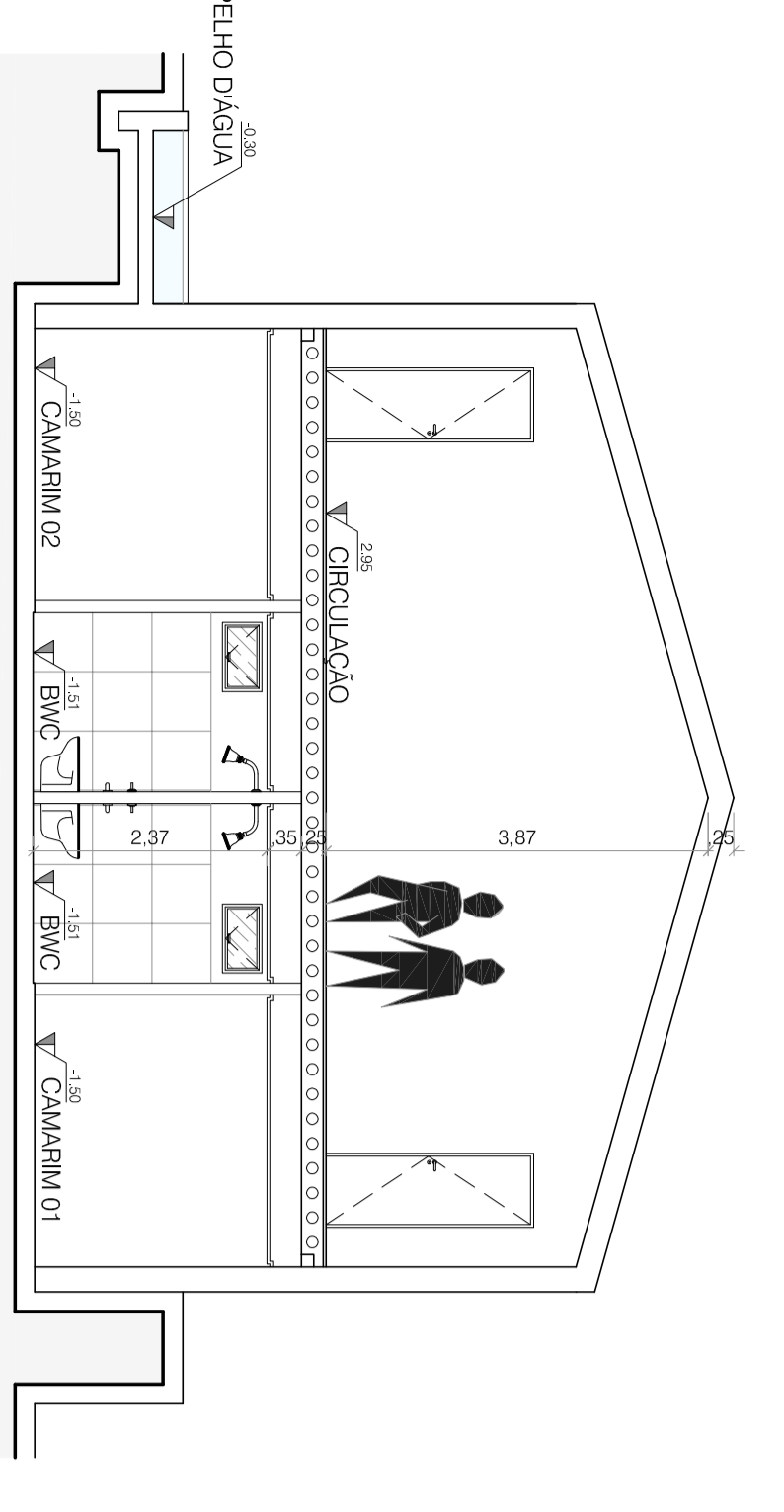
CORTE BB  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



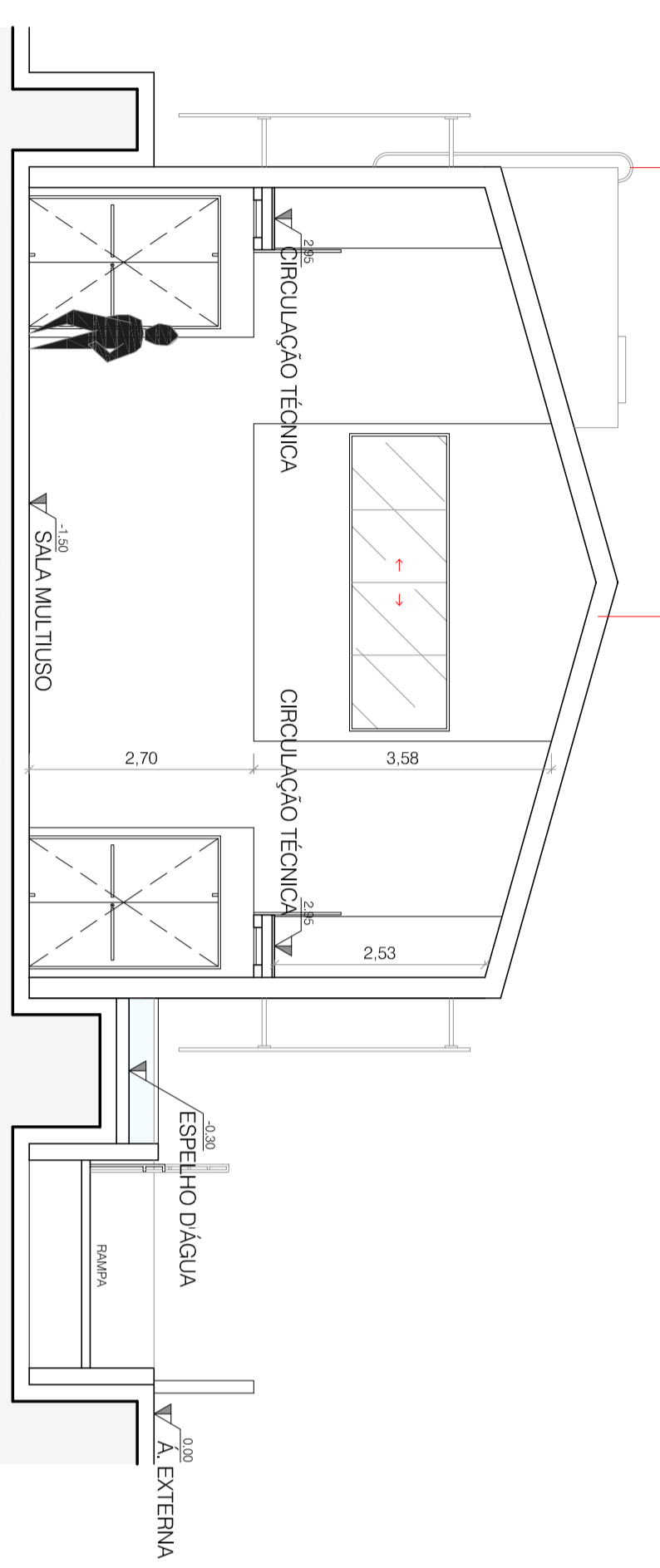
CORTE CC  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



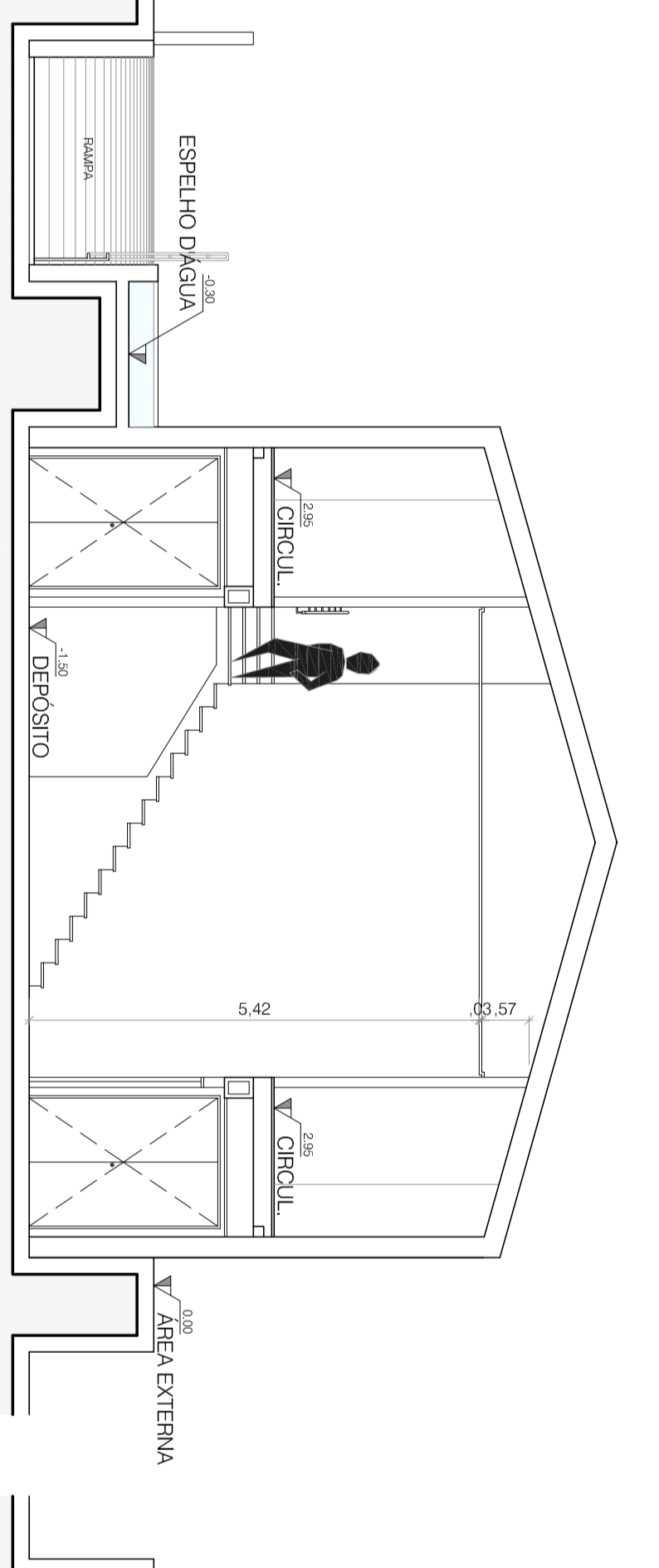
CORTE DD  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



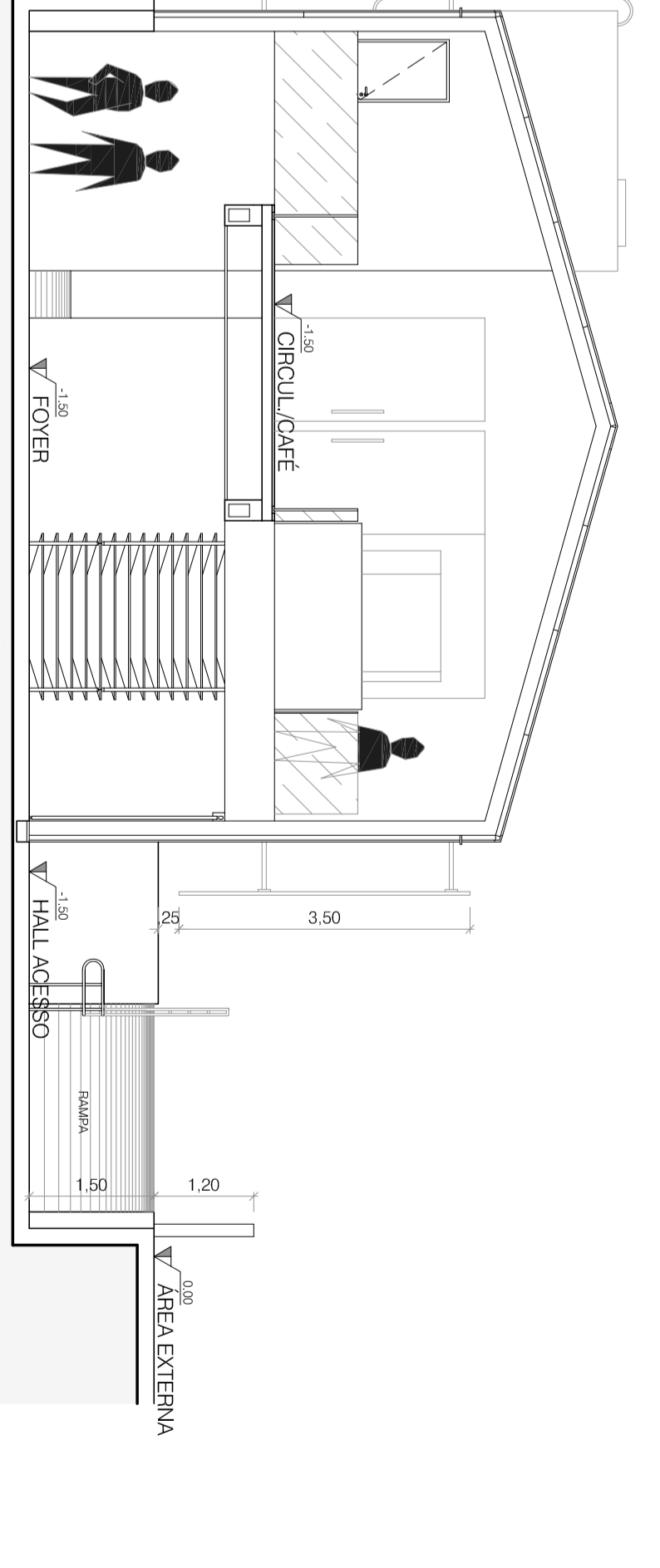
CORTE EE  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



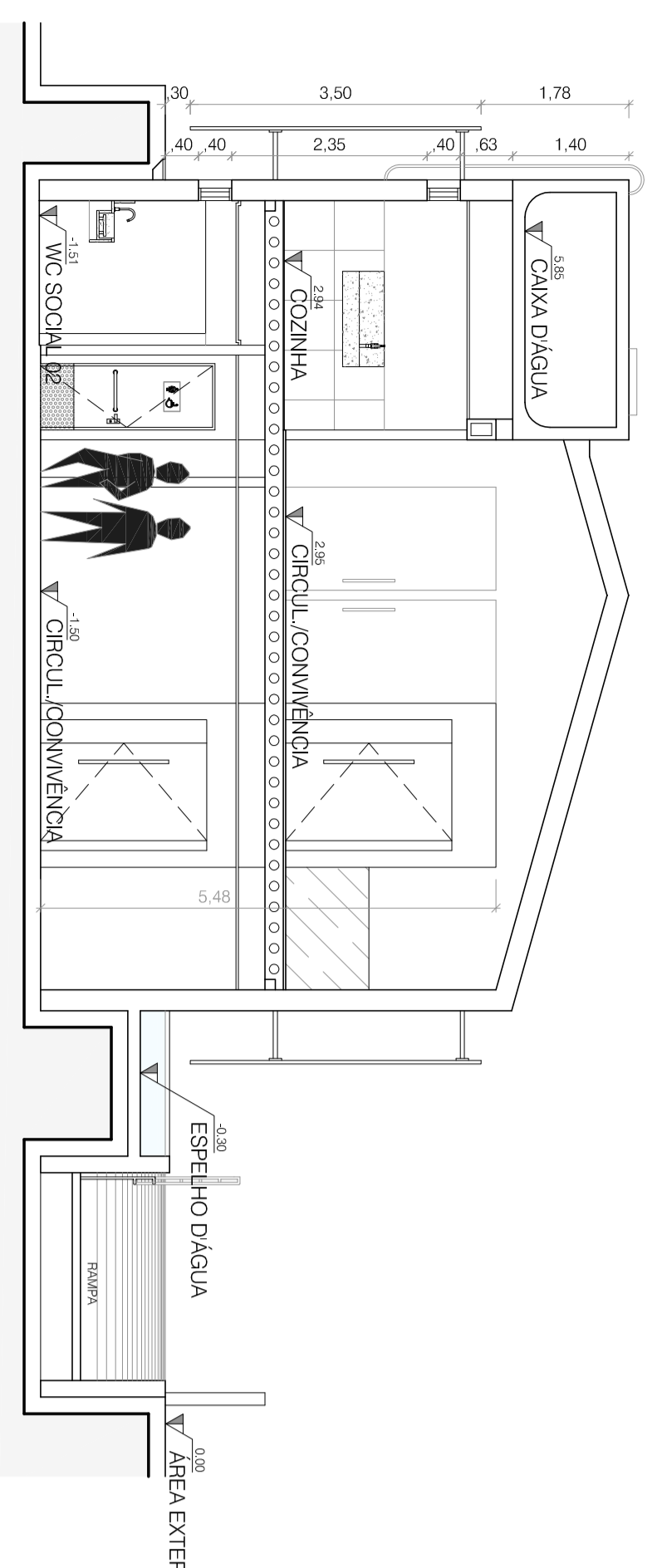
CORTE FF  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



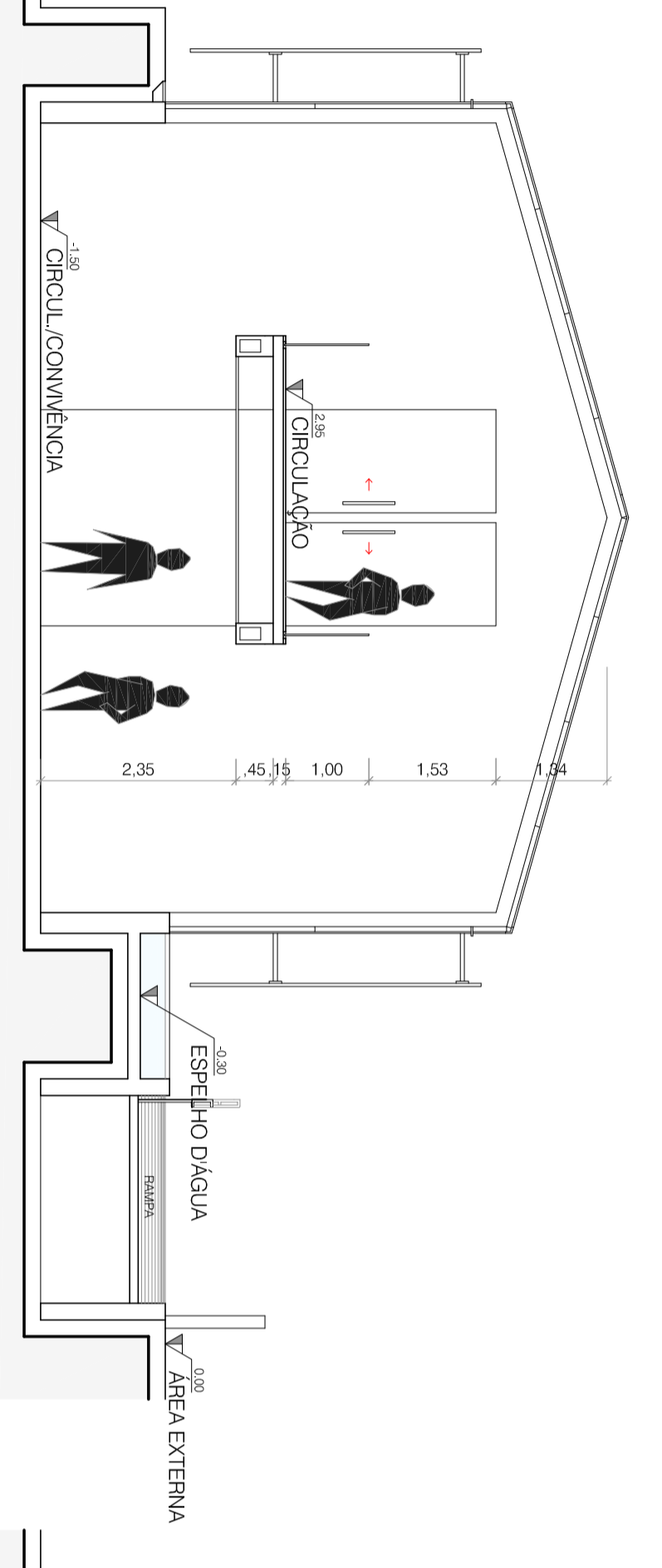
CORTE GG  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



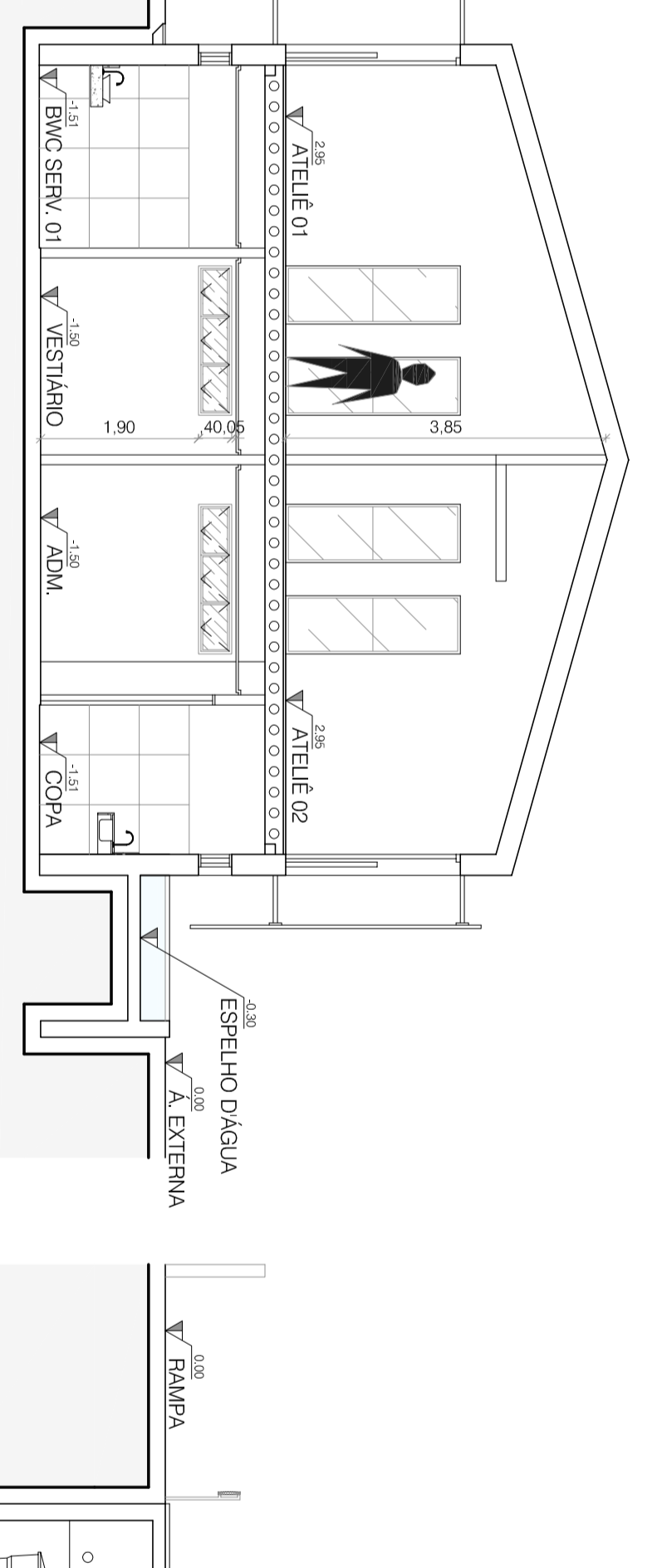
CORTE HH  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



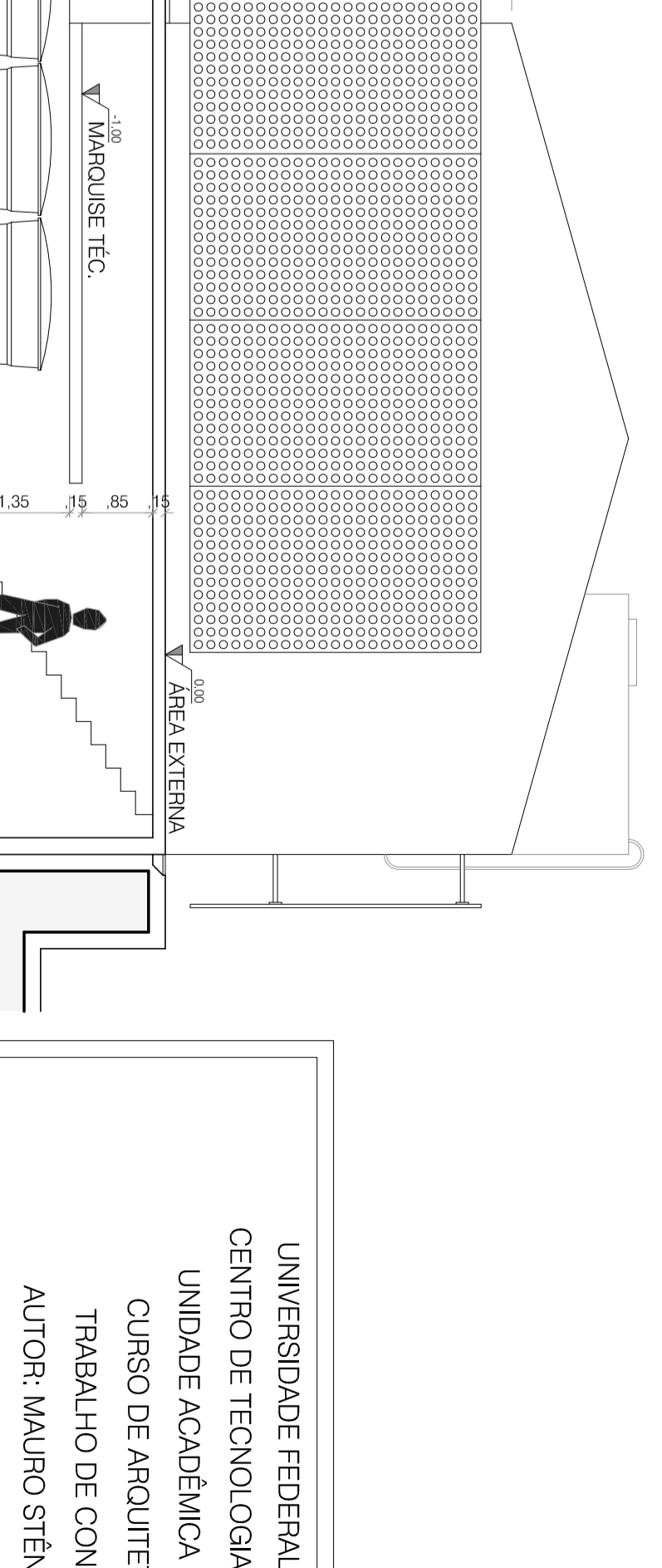
CORTE II  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



CORTE III  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



CORTE JJ  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75

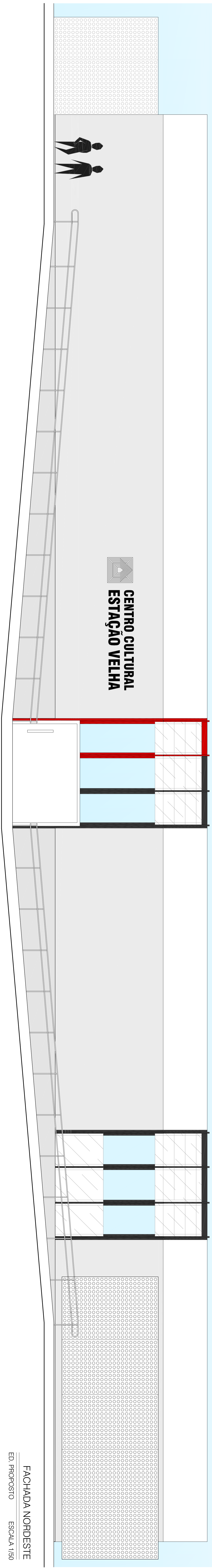


CORTE LL  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75

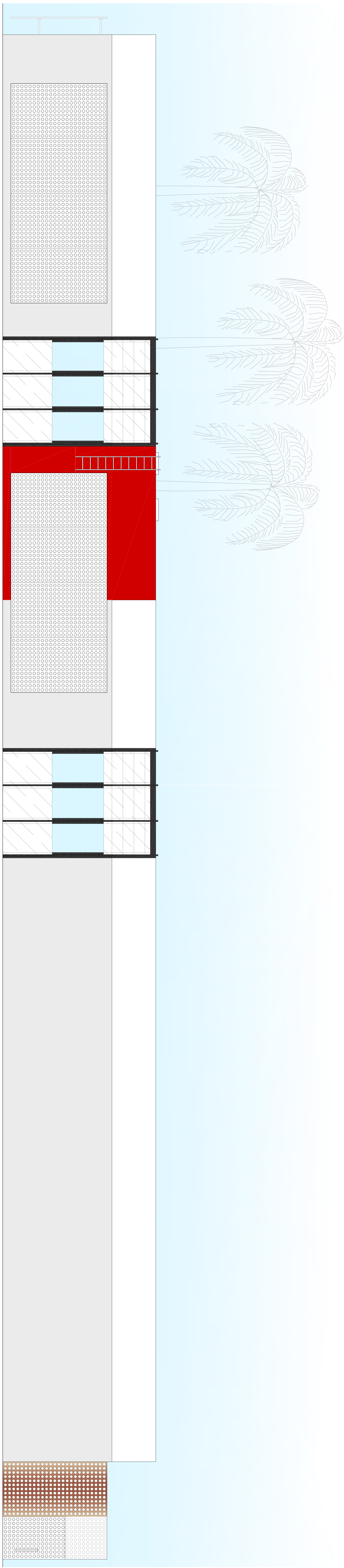
PROJETO: Intervenção em sítio histórico - Centro Cultural Estação Velha  
ENDEREÇO: Rua Benjamin Constant, s/n, Estação Velha, Campina Grande - PB  
ASSUNTO DA PRONCHIA: Cortes técnicas - ED. PROPOSTO  
PRONCHIA: 05  
ESCALA: 1/75  
DATA: JUN/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA CIVIL  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
AUTOR: MAURO STENO CARROINA ROCHA  
ORIENTADOR: HEITOR DE ANDRADE SILVA

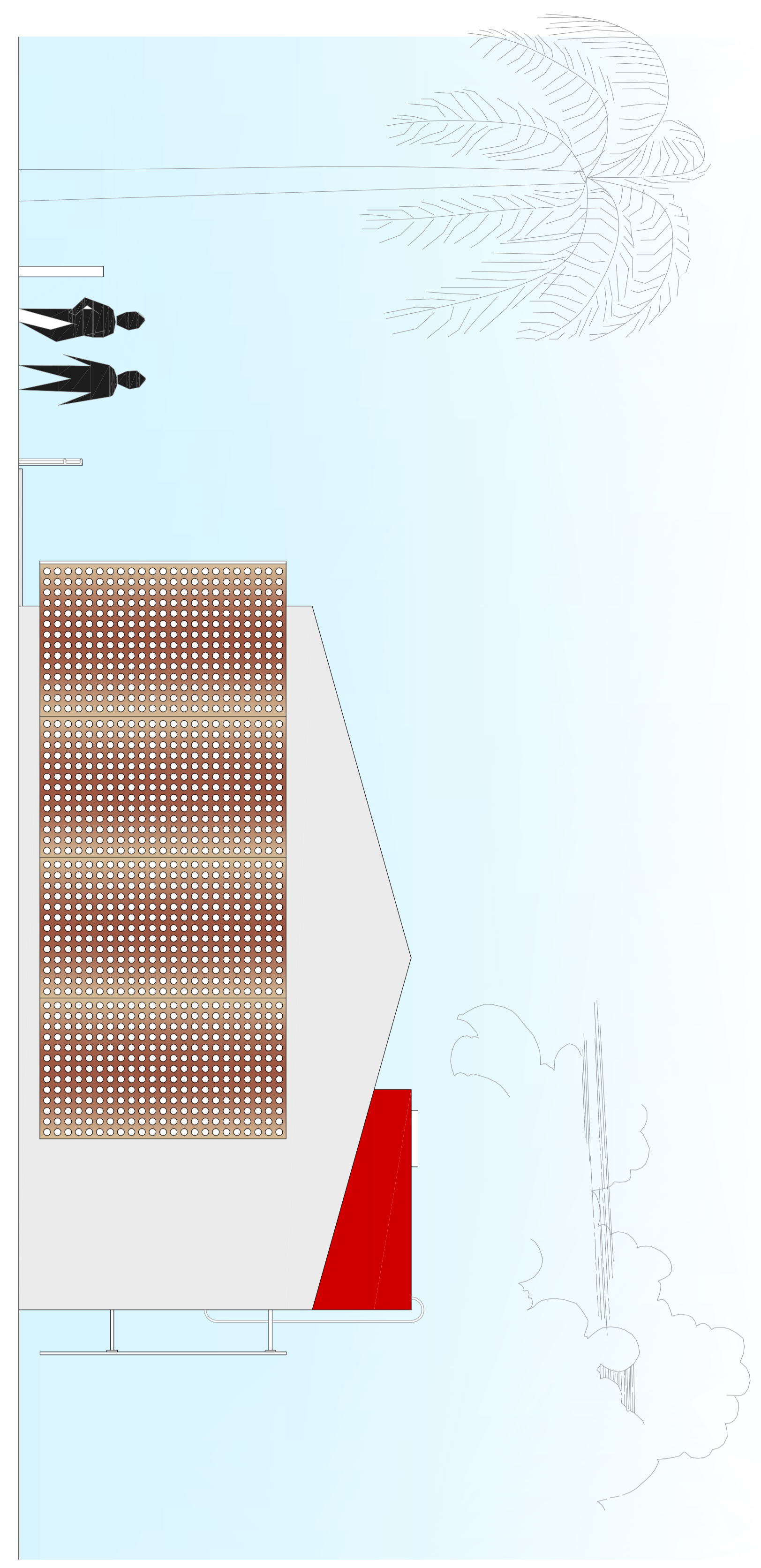




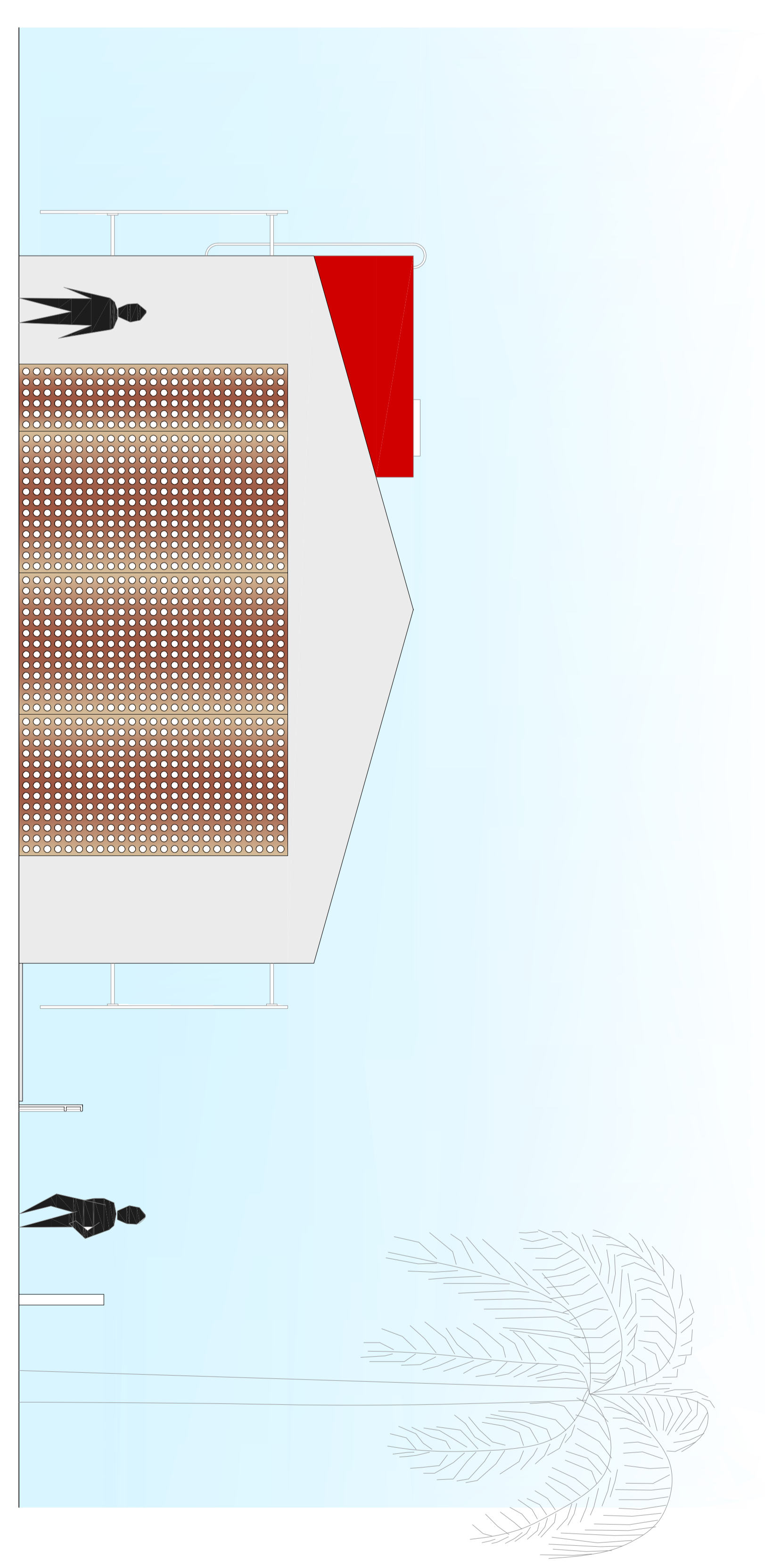
FACHADA NORDESTE  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/50



FACHADA SUDESTE  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/50



FACHADA NOROESTE  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/50



FACHADA SUDESTE  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/50

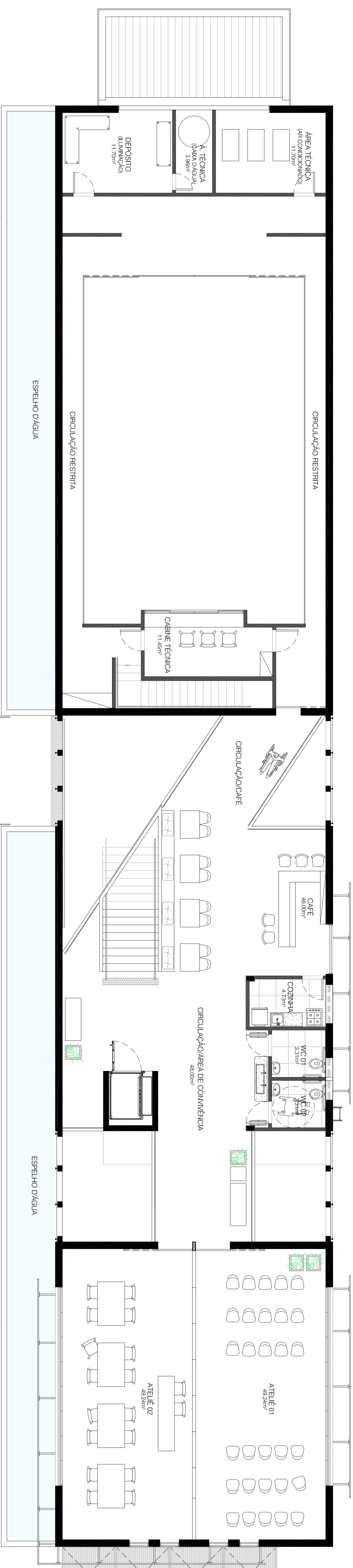
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA CIVIL  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
AUTOR: MAURO STENO CARDOVA ROCHA  
ORIENTADOR: HÉTOR DE ANDRADE SILVA

PROJETO: Intervenção em sítio histórico - Centro Cultural Estação Velha  
ENDEREÇO: Rua Benjamin Constant, s/n, Estação Velha, Campina Grande - PB  
ASSUNTO DA PRONCHIA: Fachadas - ED. PROPOSTO  
PRONCHIA: 06  
ESCALA: 1/50  
DATA: JUN/2016

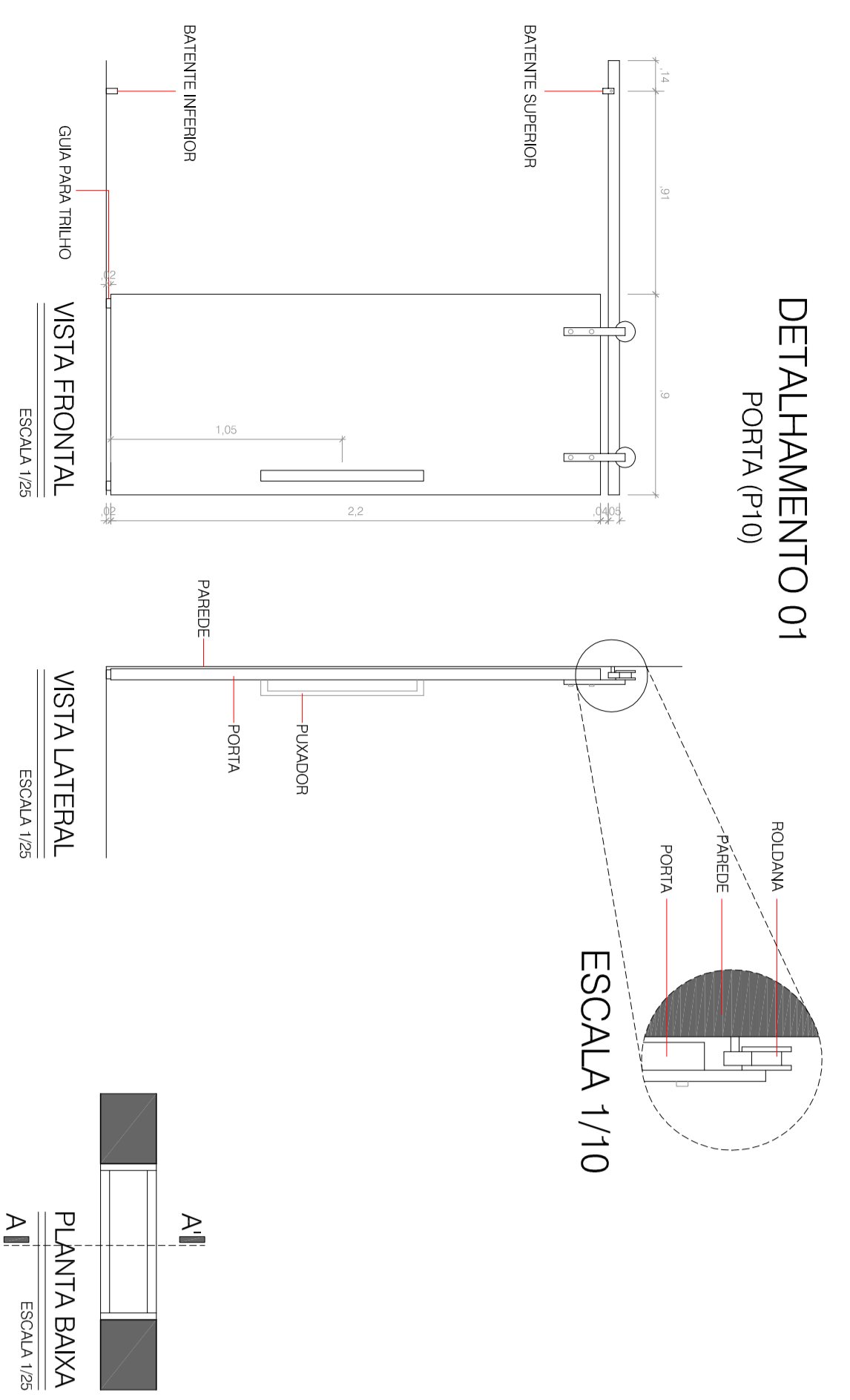




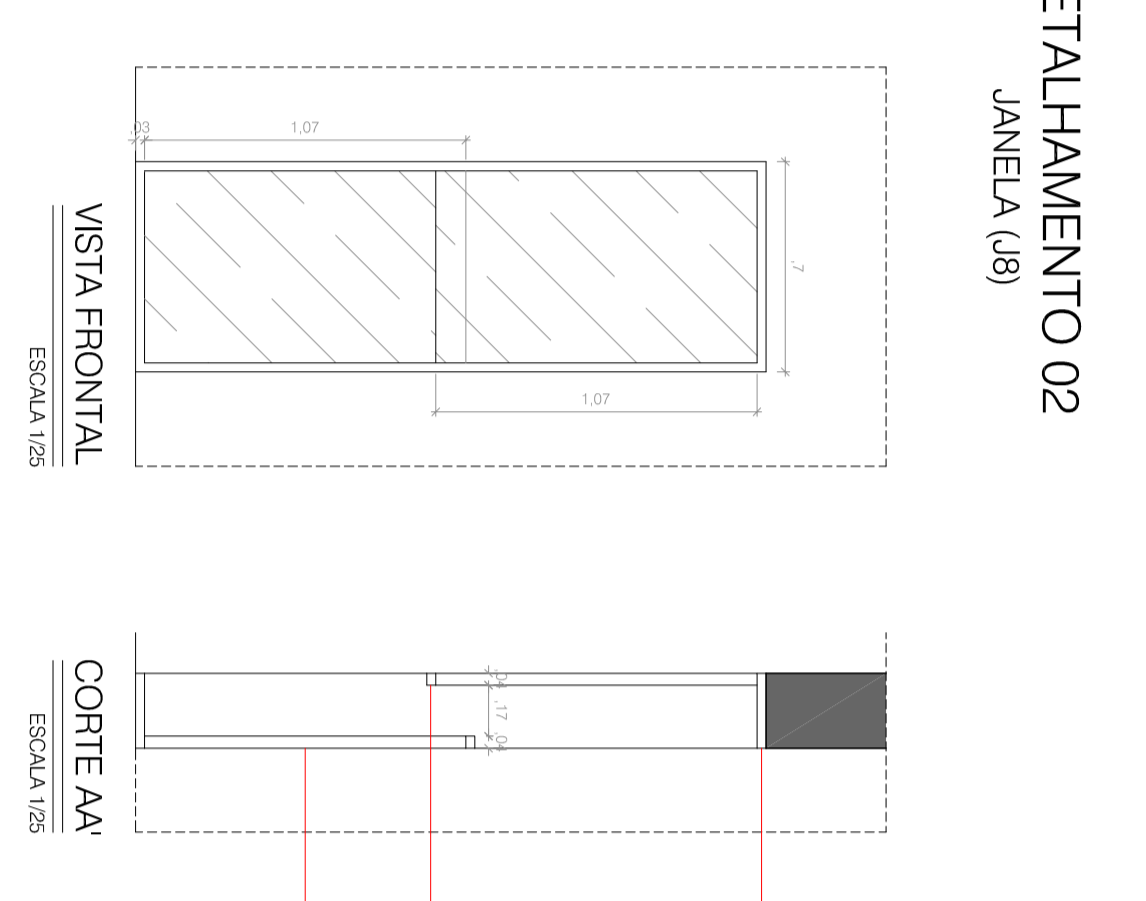
PLANTA LAYOUT - TÉRREO  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



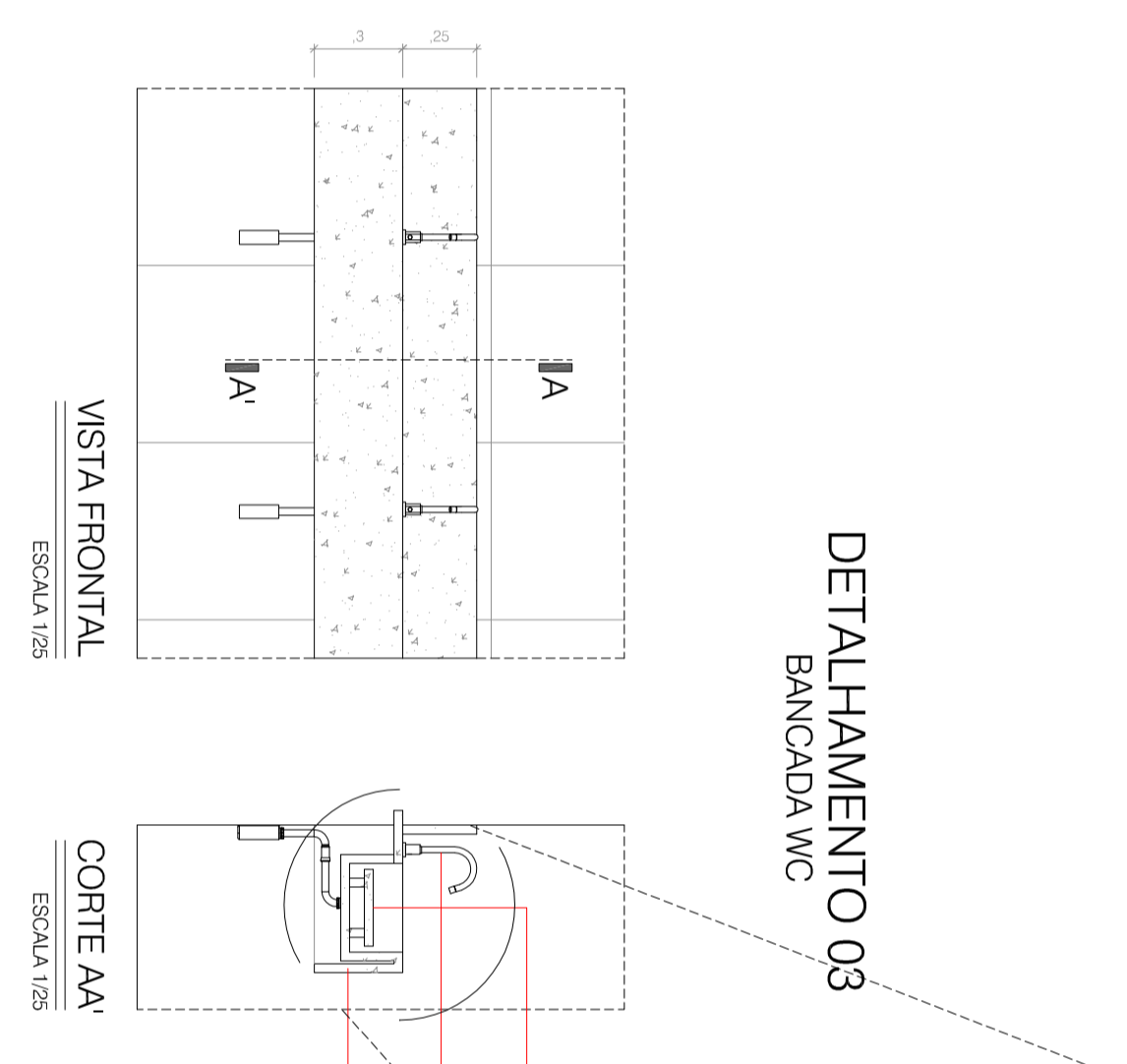
PLANTA LAYOUT - 1º PAV.  
ED. PROPOSTO ESCALA 1/75



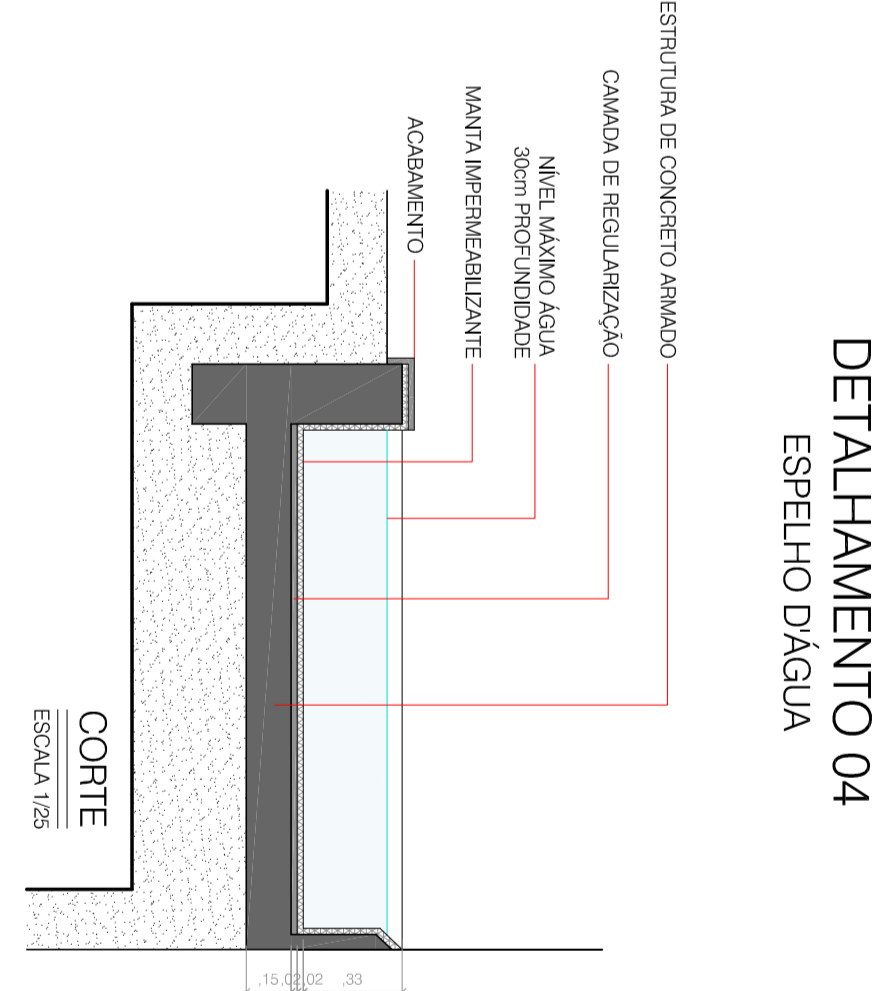
DETALHAMENTO 01  
PORTA (P10)  
ESCALA 1/10



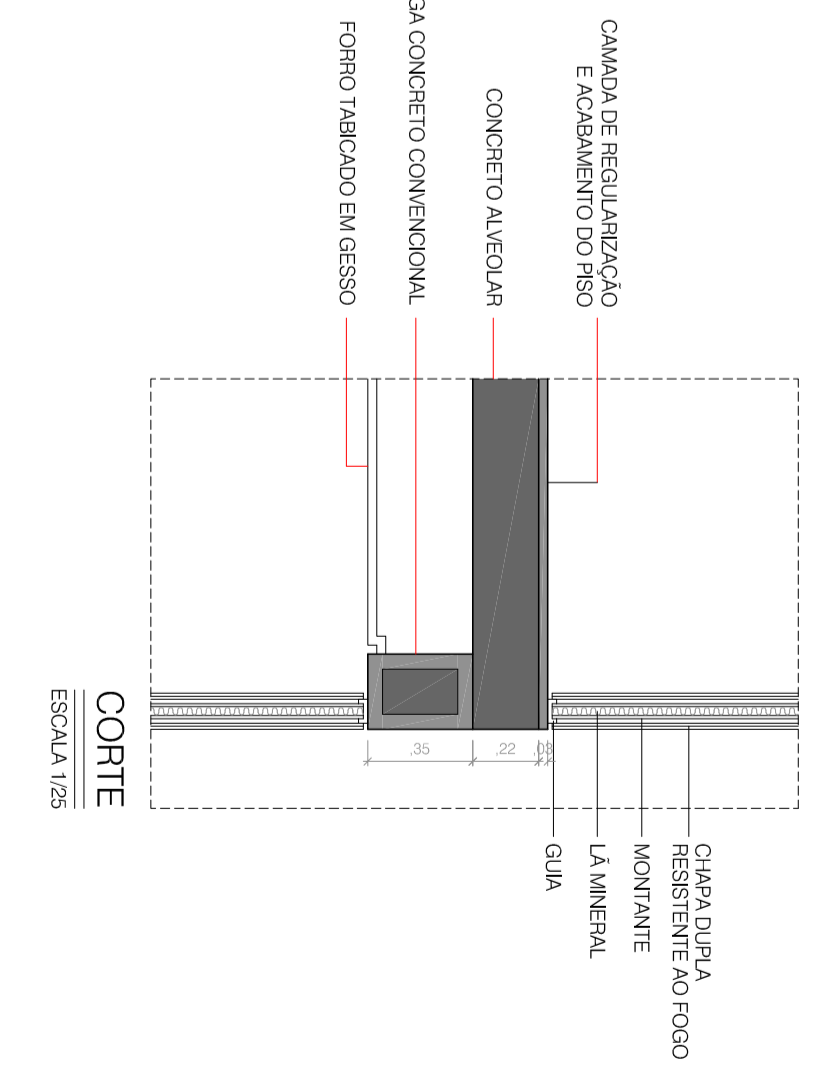
DETALHAMENTO 02  
JANELA (J8)  
ESCALA 1/10



DETALHAMENTO 03  
BANHEIRA WC  
ESCALA 1/10



DETALHAMENTO 04  
ESPELHO D'ÁGUA  
ESCALA 1/25



DETALHAMENTO 05  
SISTEMAS DE ESTRUTURA E FECHAMENTOS (DRYWALL)  
ESCALA 1/25

PROJETO: Intervenção em sala de aula - Centro Cultural Escola Velha  
ENDEREÇO: Rua Benjamin Constant, s/n, Edifício Velha - Campina Grande - PB  
ASSUNTO: DA PRAXINCA, Layout e detalhes - ED. PROPOSTO | PRAXINCA  
ESCALA: Indica | DATA: JUN/2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA CIVIL  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
AUTOR: MAURO STENO CARDOVA ROCHA  
ORIENTADOR: HÉTOR DE ANDRADE SILVA

07 / 07